Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 5

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025 10

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024 11

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023 12

Demonstração de Valor Adicionado 13

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 15

Balanço Patrimonial Passivo 17

Demonstração do Resultado 18

Demonstração do Resultado Abrangente 20

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto) 21

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025 22

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024 23

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023 24

Demonstração de Valor Adicionado 25

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 27

Notas Explicativas 33

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 137

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 147

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM) 148

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 150

Índice

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 151

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	119.162.783
Preferenciais	113.288.564
Total	232.451.347
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	823.248
Total	823.248
	#Error
	#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	32.401.311	0	0
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	38.696	0	0
1.01.01	Caixa	38.696	0	0
1.02	Ativos Financeiros	29.179.956	0	0
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	8.374.198	0	0
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	7.118.274	0	0
1.02.02.02	Derivativos	1.255.924	0	0
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	2.063.167	0	0
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	2.063.167	0	0
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	18.742.591	0	0
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	865.221	0	0
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	5.778.543	0	0
1.02.04.04	Operações de Crédito	12.754.481	0	0
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-947.650	0	0
1.02.04.08	Outros Ativos Financeiros	291.996	0	0
1.03	Tributos	1.052.851	0	0
1.03.03	Outros	1.052.851	0	0
1.04	Outros Ativos	1.323.475	0	0
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	343.798	0	0
1.04.03	Outros	979.677	0	0
1.05	Investimentos	721.850	0	0
1.05.03	Participações em Controladas	720.590	0	0
1.05.05	Outros Investimentos	1.260	0	0
1.06	Imobilizado	59.622	0	0
1.06.01	Imobilizado de Uso	86.853	0	0
1.06.03	Depreciação Acumulada	-27.231	0	0
1.07	Intangível	24.861	0	0
1.07.01	Intangíveis	40.449	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.07.03	Amortização Acumulada	-15.588	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	32.401.311	0	0
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	2.245.844	0	0
2.01.09	Outras Obrigações	2.245.844	0	0
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	26.032.303	0	0
2.02.01	Depósitos	15.531.929	0	0
2.02.01.01	Depósitos Interfinaceiros	538.430	0	0
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	14.911.580	0	0
2.02.01.03	Depósitos à Vista	81.919	0	0
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	4.681.536	0	0
2.02.02.01	Carteira Própria	4.681.536	0	0
2.02.03	Recursos Mercado Interfinanceiro	4.837.331	0	0
2.02.03.01	Recursos de Letras de Crédito do Agronegócio	1.601.551	0	0
2.02.03.02	Recursos de letras financeiras	2.556.922	0	0
2.02.03.04	Recursos de Letras de Crédito Imobiliário	678.858	0	0
2.02.04	Outras Captações	981.507	0	0
2.03	Provisões	13.126	0	0
2.05	Outros Passivos	2.704.446	0	0
2.05.07	Outros Passivos	2.704.446	0	0
2.07	Patrimônio Líquido	1.405.592	0	0
2.07.01	Capital Social Realizado	1.000.910	0	0
2.07.02	Reservas de Capital	9.832	0	0
2.07.02.04	Opções Outorgadas	17.902	0	0
2.07.02.05	Ações em Tesouraria	-8.070	0	0
2.07.04	Reservas de Lucros	396.548	0	0
2.07.04.01	Reserva Legal	45.866	0	0
2.07.04.02	Reserva Estatutária	350.682	0	0
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.698	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	4.847.324	0	0
3.01.01	Operações de Crédito	3.004.153	0	0
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliarios	2.112.624	0	0
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-288.044	0	0
3.01.05	Operações de empréstimos e repasses	18.591	0	0
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-3.817.754	0	0
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-3.392.207	0	0
3.02.03	Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	-425.547	0	0
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	1.029.570	0	0
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-354.522	0	0
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	30.722	0	0
3.04.03	Despesas com Pessoal	-146.936	0	0
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-345.564	0	0
3.04.05	Despesas Tributárias	-43.533	0	0
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	46.395	0	0
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-28.091	0	0
3.04.07.01	Outras despesas operacionais	-21.256	0	0
3.04.07.02	Outras despesas não operacionais	-6.835	0	0
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	132.485	0	0
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	675.048	0	0
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-120.080	0	0
3.06.01	Corrente	-79	0	0
3.06.02	Diferido	-120.001	0	0
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	554.968	0	0
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	554.968	0	0
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-111.374	0	0
3.10.01	Participações	-111.374	0	0
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	443.594	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.99	Lucro por Ação (R$/Ação)	190.833	0	0
3.99.01	Lucro Básico por Ação	190.833	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	443.594	0	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	1.912	0	0
4.04	Resultado Abrangente do Período	445.506	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	-1.455.173	0	0
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	812.911	0	0
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	443.594	0	0
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	369.317	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.268.084	0	0
6.01.02.01	(Aumento) Redução de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-170.835	0	0
6.01.02.02	(Aumento) redução de Titulos e Valores Mobiliários	-4.963.789	0	0
6.01.02.03	(Aumento) Redução de Operação de Crédito	-4.409.064	0	0
6.01.02.04	(Aumento) Redução de Outros de Crédito	918.683	0	0
6.01.02.07	(Aumento) Redução de Instrumentos Financeiros Derivativos	1.976.880	0	0
6.01.02.08	(Aumento) Redução de Depósitos	435.314	0	0
6.01.02.09	(Aumento) Redução de Operações Compromissadas	-304.581	0	0
6.01.02.10	(Aumento) Redução de Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	2.471.599	0	0
6.01.02.11	(Aumento) Redução de Obrigações por Empréstimos e Repasses	152.596	0	0
6.01.02.12	(Aumento) Redução de Outras Obrigações	1.625.113	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-59.818	0	0
6.02.01	Alienação de Imobilizado de Uso	-15.612	0	0
6.02.03	Aplicações/Alienações no Intangível	-10.629	0	0
6.02.07	Aumento de capital em controladas	-33.570	0	0
6.02.08	Aquisição de outros investimentos	-7	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-270.516	0	0
6.03.02	Aquisição de Ações em Tesouraria	-73.290	0	0
6.03.03	Juros Sobre o Capital Proprio e Dividentos Pagos	-123.902	0	0
6.03.04	Aumento (Redução) em obrigações por divida subordinada	-121.556	0	0
6.03.05	Aumento de capital	48.232	0	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	63.641	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.721.866	0	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.327.840	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	605.974	0	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	952.678	-15.289	293.428	0	0	-3.610	1.227.207
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-171.404	0	-171.404
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	952.678	-15.289	293.428	0	-171.404	-3.610	1.055.803
5.04	Transações de Capital com os Sócios	48.232	25.121	-15.104	0	-153.966	0	-95.717
5.04.01	Aumentos de Capital	48.232	0	0	0	0	0	48.232
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	25.121	-15.104	0	0	0	10.017
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-6.300	0	-6.300
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-147.666	0	-147.666
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	443.594	1.912	445.506
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	443.594	0	443.594
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	1.912	1.912
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	1.912	1.912
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	118.224	0	-118.224	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	118.224	0	-118.224	0	0
5.07	Saldos Finais	1.000.910	9.832	396.548	0	0	-1.698	1.405.592

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Justificativa: De acordo com a resolução CMN 4.966, Art. 79. As instituições mencionadas no art. 1º ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Justificativa: De acordo com a resolução CMN 4.966, Art. 79. As instituições mencionadas no art. 1º ficam dispensadas da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores.

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	0	0	0	0	0	0	0
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	0	0	0	0	0	0	0
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	0	0	0	0	0	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	4.521.253	0	0
7.01.01	Intermediação Financeira	4.847.324	0	0
7.01.02	Prestação de Serviços	30.722	0	0
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-425.547	0	0
7.01.04	Outras	68.754	0	0
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-3.392.207	0	0
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-368.609	0	0
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-1.060	0	0
7.03.02	Serviços de Terceiros	-283.768	0	0
7.03.04	Outros	-83.781	0	0
7.04	Valor Adicionado Bruto	760.437	0	0
7.05	Retenções	-15.554	0	0
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-15.554	0	0
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	744.883	0	0
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	132.485	0	0
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	132.485	0	0
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	877.368	0	0
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	877.368	0	0
7.09.01	Pessoal	258.310	0	0
7.09.01.01	Remuneração Direta	94.753	0	0
7.09.01.02	Benefícios	22.014	0	0
7.09.01.03	F.G.T.S.	6.388	0	0
7.09.01.04	Outros	135.155	0	0
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	163.612	0	0
7.09.02.01	Federais	161.026	0	0
7.09.02.03	Municipais	2.586	0	0
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	11.852	0	0
7.09.03.01	Aluguéis	11.852	0	0

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	443.594	0	0
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	153.966	0	0
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	289.628	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	31.013.108	26.994.482	20.548.981
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	657.173	2.327.961	205.863
1.01.01	Caixa	657.173	2.327.961	205.863
1.02	Ativos Financeiros	25.399.036	20.496.647	16.632.189
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	7.405.177	4.652.345	4.387.809
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	6.149.253	1.553.327	2.510.581
1.02.02.02	Derivativos	1.255.924	3.099.018	1.877.228
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	2.155.332	2.364.597	990.283
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	2.155.332	2.364.597	990.283
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	15.838.527	13.479.705	11.254.097
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	297.943	127.480	437.680
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	5.778.543	5.568.396	4.801.743
1.02.04.04	Operações de Crédito	10.517.964	8.226.714	6.212.022
1.02.04.07	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de Operações de Arrendamento	-755.923	-442.885	-197.348
1.03	Tributos	567.059	675.382	584.514
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	567.059	675.382	584.514
1.04	Outros Ativos	4.272.645	3.343.432	3.045.749
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	855.168	848.318	728.811
1.04.03	Outros	3.417.477	2.495.114	2.316.938
1.04.03.01	Outros ativos	909.771	661.564	467.474
1.04.03.02	Ativos Financeiros Avaliados ao VJR - Operações de Crédito	2.699.950	1.917.397	1.849.464
1.04.03.03	Ativos Financeiros Avaliados ao VJR - Provisão para Perdas Esperadas	0	-27.022	0
1.04.03.04	Ativos Financeiros Avaliados ao VJORA - Provisão para Perdas Esperadas	-192.244	-56.825	0
1.05	Investimentos	1.530	44.518	21.749
1.05.01	Participações em Coligadas	1.530	44.518	21.749
1.06	Imobilizado	90.804	82.598	40.712
1.06.01	Imobilizado de Uso	90.804	82.598	40.712
1.07	Intangível	24.861	23.944	18.205

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1.07.01	Intangíveis	24.861	23.944	18.205

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	31.013.108	26.994.482	20.548.981
2.01	Passivos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	2.245.844	2.137.616	2.199.505
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	26.003.432	23.106.954	17.086.416
2.02.01	Depósitos	17.739.777	16.400.600	11.920.877
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	4.681.536	4.986.117	4.046.998
2.02.04	Outras Captações	3.582.119	1.720.237	1.118.541
2.03	Provisões	13.155	12.402	60.588
2.04	Passivos Fiscais	17.528	9.313	7.526
2.05	Outros Passivos	1.296.548	656.280	213.047
2.07	Patrimônio Líquido Consolidado	1.436.601	1.071.917	981.899
2.07.01	Patrimônio Líquido Atribuído ao Controlador	1.404.527	1.067.817	981.899
2.07.01.01	Capital Social Realizado	1.000.910	952.678	852.335
2.07.01.02	Reservas de Capital	9.832	-15.289	-2.717
2.07.01.02.05	Ações em Tesouraria	9.832	-15.289	-2.717
2.07.01.04	Reservas de Lucros	395.483	134.038	139.331
2.07.01.04.01	Reserva Legal	37.243	15.717	10.645
2.07.01.04.02	Reserva Estatutária	358.240	118.321	128.686
2.07.01.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.698	-3.610	-7.050
2.07.02	Patrimônio Líquido Atribuído aos Não Controladores	32.074	4.100	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	4.773.522	2.748.157	2.041.828
3.01.01	Receitas com juros e similares	4.773.522	2.748.157	2.041.828
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-3.398.049	-2.333.900	-1.838.048
3.02.01	Despesas de Intermediação Financeira	-3.398.049	-2.333.900	-1.838.048
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	1.375.473	414.257	203.780
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-814.466	-396.960	46.508
3.04.01	Despesa de Provisão para Perda Esperada para Risco de Crédito	-456.815	-346.881	-16.271
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	146.197	80.648	51.718
3.04.03	Despesas com Pessoal	-277.508	-164.869	-152.133
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-195.894	-148.983	-117.438
3.04.05	Despesas Tributárias	-68.264	-33.656	-59.928
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	101.100	59.995	46.541
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-87.897	133.837	289.375
3.04.07.01	Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	-21.894	142.346	317.999
3.04.07.02	Depreciações e amortizações	-23.141	-14.745	-5.394
3.04.07.03	(Provisões)/Reversões líquidas	3.874	6.512	6.326
3.04.07.04	Resultado na alienação de bens	-10.399	10.775	12.815
3.04.07.05	Despesas de tarifas e comissões	-36.337	-11.051	-42.371
3.04.08	Resultado da Equivalência Patrimonial	24.615	22.949	4.644
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	561.007	17.297	250.288
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-128.129	84.437	-72.588
3.06.01	Corrente	-24.078	-9.759	-5.518
3.06.02	Diferido	-104.051	94.196	-67.070
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	432.878	101.734	177.700
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	432.878	101.734	177.700
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido Consolidado do Período	432.878	101.734	177.700
3.11.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	430.515	101.438	177.700
3.11.02	Atribuído aos Sócios não Controladores	2.363	296	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.99	Lucro por Ação (R$/Ação)	372.446	88.562	190.282
3.99.01	Lucro Básico por Ação	186.223	44.281	95.141
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	186.223	44.281	95.141

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	432.878	101.734	177.700
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	1.912	3.440	-1.260
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	1.912	3.440	-1.260
4.04	Resultado Abrangente do Período	434.790	105.174	176.440
4.04.01	Atribuído aos Sócios da Empresa Controladora	432.427	104.878	176.440
4.04.02	Atribuído aos Sócios da Empresa não Controladora	2.363	296	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Direto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.437.665	2.030.872	-202.008
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	928.977	497.750	243.902
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.366.642	1.533.122	-445.910
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-26.248	-48.626	-22.183
6.02.02	(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso	-15.612	-37.844	-22.183
6.02.03	(Aquisição) Alienação de intangível	-10.629	-10.456	0
6.02.04	Aumento de capital em coligadas	0	-8.332	0
6.02.05	Dividendos recebidos no período	0	6.605	0
6.02.06	(Aquisição)/Alienação de investimentos em coligadas, controladas e outros	0	1.404	0
6.02.08	(Aquisição) de outros investimentos	-7	-3	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-270.516	276.019	111.870
6.03.01	Aumento de Capital	48.232	100.343	670
6.03.02	Aumento (Redução) em obrigações por dívidas subordinadas	-121.556	287.004	143.754
6.03.03	Venda (Aquisição) de ações em tesouraria	-73.290	-28.132	-6.844
6.03.04	Juros sobre o capital próprio pagos	-123.902	-83.196	-25.710
6.04	Efeitos de Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	63.641	-136.167	16.625
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.670.788	2.122.098	-95.696
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.327.961	205.863	301.559
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	657.173	2.327.961	205.863

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	952.678	-15.289	134.038	-3.610	0	0	1.067.817	4.100	1.071.917
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	952.678	-15.289	134.038	-3.610	0	0	1.067.817	4.100	1.071.917
5.04	Transações de Capital com os Sócios	48.232	-73.290	0	0	-153.966	0	-179.024	0	-179.024
5.04.01	Aumentos de Capital	48.232	0	0	0	0	0	48.232	0	48.232
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-73.290	0	0	0	0	-73.290	0	-73.290
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-6.300	0	-6.300	0	-6.300
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-147.666	0	-147.666	0	-147.666
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.912	430.515	0	432.427	2.363	434.790
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	430.515	0	430.515	2.363	432.878
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.912	0	0	1.912	0	1.912
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	276.549	0	-276.549	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	276.549	0	-276.549	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.000.910	9.832	395.483	-1.698	0	0	1.404.527	32.074	1.436.601

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	852.335	-2.717	139.331	-7.050	0	0	981.899	0	981.899
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	852.335	-2.717	139.331	-7.050	0	0	981.899	0	981.899
5.04	Transações de Capital com os Sócios	100.343	-12.572	0	0	-71.605	0	16.166	0	16.166
5.04.01	Aumentos de Capital	100.343	0	0	0	0	0	100.343	0	100.343
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	15.560	0	0	0	0	15.560	0	15.560
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-28.132	0	0	0	0	-28.132	0	-28.132
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-3.131	0	-3.131	0	-3.131
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-68.474	0	-68.474	0	-68.474
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.440	101.438	0	104.878	296	105.174
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	101.438	0	101.438	296	101.734
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	3.440	0	0	3.440	0	3.440
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-5.293	0	-29.833	0	-35.126	3.804	-31.322
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-5.293	0	-29.833	0	-35.126	3.804	-31.322
5.06.01.01	Constituição de Reservas	0	0	-5.293	0	-29.833	0	-35.126	0	-35.126
5.06.01.02	Participação de não-controladores	0	0	0	0	0	0	0	3.804	3.804
5.07	Saldos Finais	952.678	-15.289	134.038	-3.610	0	0	1.067.817	4.100	1.071.917

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido - Acionistas Controladores	Patrimônio Líquido - Acionistas Não Controladores	Total do Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	851.665	0	23.731	-5.790	0	0	869.606	0	869.606
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	851.665	0	23.731	-5.790	0	0	869.606	0	869.606
5.04	Transações de Capital com os Sócios	670	-2.717	0	0	-168.815	0	-170.862	0	-170.862
5.04.01	Aumentos de Capital	670	0	0	0	0	0	670	0	670
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	4.127	0	0	0	0	4.127	0	4.127
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-6.844	0	0	0	0	-6.844	0	-6.844
5.04.06	Dividendos	0	0	0	0	-107.615	0	-107.615	0	-107.615
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-61.200	0	-61.200	0	-61.200
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.260	177.700	0	176.440	0	176.440
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	177.700	0	177.700	0	177.700
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-1.260	0	0	-1.260	0	-1.260
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	115.600	0	-8.885	0	106.715	0	106.715
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	116.500	0	-8.885	0	107.615	0	107.615
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	-900	0	0	0	-900	0	-900
5.06.03.01	outros ajustes	0	0	-900	0	0	0	-900	0	-900
5.07	Saldos Finais	852.335	-2.717	139.331	-7.050	0	0	981.899	0	981.899

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	4.833.001	2.724.123	2.412.258
7.01.01	Intermediação Financeira	5.000.957	2.946.781	2.359.827
7.01.02	Prestação de Serviços	146.197	13.319	9.346
7.01.03	Provisão/Reversão Perdas Esperadas de Risco de Crédito	-456.815	-346.881	-16.271
7.01.04	Outras	142.662	110.904	59.356
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-3.398.049	-2.333.900	-1.838.048
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-517.759	-172.034	-102.462
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-1.109	-1.090	-537
7.03.02	Serviços de Terceiros	-354.722	-137.326	-108.253
7.03.04	Outros	-161.928	-33.618	6.328
7.04	Valor Adicionado Bruto	917.193	218.189	471.748
7.05	Retenções	-23.141	-14.746	-5.394
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-23.141	-14.746	-5.394
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	894.052	203.443	466.354
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.615	22.949	4.644
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	24.615	22.949	4.644
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	918.667	226.392	470.998
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	918.667	226.392	470.998
7.09.01	Pessoal	277.508	164.870	152.134
7.09.01.01	Remuneração Direta	99.866	70.388	63.193
7.09.01.02	Benefícios	22.597	19.193	16.813
7.09.01.03	F.G.T.S.	6.599	5.489	5.233
7.09.01.04	Outros	148.446	69.800	66.895
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	196.394	-50.780	132.516
7.09.02.01	Federais	181.448	-58.585	119.625
7.09.02.03	Municipais	14.946	7.805	12.891
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	11.887	10.568	8.648
7.09.03.01	Aluguéis	11.887	10.568	8.648

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	432.878	101.734	177.700
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	153.966	106.731	61.200
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	276.549	-5.293	116.204
7.09.04.04	Participação de Não Controladores nos Lucros Retidos	2.363	296	296

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. (Banco) relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco Pine é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de 28 anos destaca-se por financiar e assessorar seus clientes em todo território nacional. A estratégia do Banco Pine combina agilidade e foco no cliente com um modelo diversificado, eficiente e integrado, apoiado em dados, tecnologia, especialização setorial e alocação de capital em diferentes segmentos, sustentando crescimento, rentabilidade e resiliência de forma consistente.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2025 foi marcado por eventos geopolíticos e geoeconômicos relevantes, cujos efeitos devem se estender por vários anos sobre a economia e os mercados globais. Nos Estados Unidos, a posse de Donald Trump e a adoção de uma série de mudanças profundas na condução da política econômica contribuíram para a desvalorização do dólar norte-americano e para a valorização de metais preciosos, refletindo o aumento da busca por ativos considerados reserva de valor e o debate sobre o papel dos EUA na ordem econômica global.

No Brasil, o destaque foi o crescimento moderado do PIB, associado à desaceleração da inflação e à manutenção da política monetária em terreno contracionista.

A atividade econômica doméstica seguiu em trajetória de desaceleração gradual, corroborando o cenário de “soft landing” brasileiro. O Indicador de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) registrou crescimento de 2,38% no acumulado até novembro de 2025.

Segundo o IBGE, o setor de serviços apresentou crescimento de 2,7% no ano até novembro, enquanto a produção industrial avançou 0,6%. Em contraste, o comércio varejista ampliado registrou queda de 0,3% no mesmo período.
A taxa de desemprego alcançou a mínima histórica de 5,1% no ano, ante 6,2% em 2024. Esse movimento foi explicado pelo aumento de 1,2 milhão na população ocupada (+1,1%) no período, enquanto a força de trabalho ficou praticamente estável (-0,01%). O rendimento real e a massa de rendimento real apresentaram expansão de 5,0% e 6,4%, respectivamente, na mesma base de comparação.

A inflação medida pelo IPCA acumulou alta de 4,26% em 2025, situando-se dentro do limite superior da meta (3,0%, com tolerância de ±1,5 p.p.). Os preços livres, mais sensíveis ao ciclo econômico, registraram alta de 3,92% no ano, enquanto os preços administrados avançaram 5,29%.

A taxa básica de juros Selic encerrou 2025 em 15,0% ao ano. O Banco Central adotou tom firme em sua comunicação, reafirmando o compromisso com a convergência da inflação ao centro da meta no horizonte relevante de política monetária.

Em função do aperto das condições financeiras ao longo do ano, o custo do crédito apresentou tendência de alta durante todo 2025. A taxa de juros da carteira de recursos livres ficou em 60,1% a.a. para pessoas físicas e em 25,0% a.a. para pessoas jurídicas. O spread bancário para recursos livres ficou em 46,3 p.p. para pessoas físicas e em 11,9 p.p. para pessoas jurídicas. O estoque total das operações de crédito bancário atingiu R$ 7,12 trilhões, aumento de 10,2% em relação a 2024. A carteira de recursos livres avançou 8,6% em relação ao ano passado e a de recursos direcionados, 12,5%, na mesma base de comparação. Por fim, a taxa de inadimplência referente a recursos livres de pessoas físicas ficou em 7,0% e, para pessoas jurídicas, 3,2%.

No setor externo, a balança comercial registrou superávit de R$ 68,3 bilhões em 2025, segundo o MDIC, representando queda de 7,9% em relação ao ano anterior. As exportações cresceram 3,5%, enquanto as importações avançaram 6,7%. O fluxo cambial total foi negativo em US$ 31,9 bilhões, com entrada líquida de US$ 49,2 bilhões no segmento comercial e saída de US$ 81,1 bilhões no segmento financeiro.

A desvalorização global do dólar, combinada às incertezas em torno da política econômica dos Estados Unidos, contribuiu para o desempenho positivo do real, que acumulou valorização de 13,1% em 2025.

Para 2026, o cenário permanece desafiador. No ambiente internacional, a elevada incerteza associada à administração norte-americana e ao curso da política monetária tende a continuar impactando os mercados de juros e a dinâmica do dólar global. No âmbito doméstico, projetamos desaceleração da demanda agregada, refletindo o nível ainda elevado da taxa de juros, além do aumento da incerteza política associado ao ciclo eleitoral. Nesse contexto, esperamos crescimento do PIB de 1,8% e inflação medida pelo IPCA entre 3,5% e 4,0% em 2026.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2. DESEMPENHO

O ano de 2025 marca o início de um novo ciclo de elevada rentabilidade, sustentado pela execução disciplinada da nossa estratégia, pela consolidação de um modelo de negócios diversificado e múltiplas esteiras de crédito, e por uma alocação de capital cada vez mais eficiente.

No Varejo Colateralizado, obtivemos avanços relevantes, com destaque para a consolidação do crédito consignado privado e a expansão da operação de cartões consignado e de benefício. Produtos digitais, colateralizados e escaláveis ampliaram nossa base de clientes, aprofundaram o relacionamento e elevaram a rentabilidade do segmento. O uso intensivo de dados e tecnologia reforçou a eficiência para a continuidade do crescimento com retorno atrativo e ajustado ao risco. Realizamos movimentos estratégicos nas investidas do varejo, reforçando o foco em negócios de maior valor agregado, simplificando a estrutura societária e fortalecendo a geração de caixa e a opcionalidade futura.

No Atacado, atuamos de forma seletiva e conservadora no crédito corporativo, o que nos permitiu originar e estruturar oportunidades atrativas de alocação de capital, preservando a qualidade da carteira. As operações de derivativos e seguros ganharam escala, ampliando o cross-sell, a recorrência de receitas e a rentabilidade do relacionamento com os clientes. Investimos no fortalecimento da plataforma de Mercado de Capitais, expandindo nossa capacidade de originação, estruturação e distribuição, e consolidando mais uma avenida relevante de crescimento para os próximos ciclos.

Ao longo do ano, diversificamos nossas fontes de funding, ampliamos o acesso a instrumentos do mercado de capitais e reduzimos o custo médio de captação. Avançamos em tecnologia, dados e IA conectando a inovação à nossa expertise em crédito e elevando a produtividade, a eficiência e a experiência do cliente.

Com uma estratégia diversificada, gestão ativa de capital, governança sólida e uma equipe altamente preparada e engajada, encerramos 2025 mais fortes, mais eficientes e melhor posicionados para sustentar este novo ciclo de elevada rentabilidade e continuar a gerar valor para clientes, acionistas e parceiros ao longo dos diferentes ciclos econômicos.

RESULTADOS (R$ Milhões)	2024	2025	Δ
Margem Financeira Líquida	484,7	857,7	76,9%
Receitas de Prestação de Serviços	82,0	120,3	46,7%
Lucro líquido	**258,2**	**443,6**	**71,8%**
INDICADORES DE DESEMPENHO (%)	**2024**	**2025**	**Δ**
ROAE	22,9	33,4	10,5 p.p
Índice de Eficiência	42,4	31,2	(11,2 p.p)
BALANÇO PATRIMONIAL (R$ Milhões)	**Dez/24**	**Dez/25**	**Δ**
Patrimônio líquido	1.227	1.407	14,6%
CARTEIRA DE CRÉDITO EXPANDIDA (R$ Milhões)	**Dez/24**	**Dez/25**	**Δ**
Grandes Empresas	4.753,9	6.624,5	39,4%
Médias Empresas	1.226,7	514,2	(58,1%)
Consignado Privado	-	4.079,1	-
Consignado Público	8.307,5	6.490,9	(21,9%)
Total	**14.288,1**	**17.708,8**	**23,9%**

A Margem Financeira somou R$ 857,7 milhões no período, aumento de 77% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido à maior carteira de crédito e maiores spreads, principalmente no Varejo, através do remix de carteira com a operação do Consignado Privado e o crescimento da carteira de cartões consignados e de benefício, onde obtemos maiores spreads.

Receitas de serviços e tarifas do segmento atacado, totalizaram **R$ 120,3 milhões** em 2025, um aumento de 47% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento deve-se, à maior receita de assessoria, ao resultado das gestoras investidas do atacado e à aceleração do crescimento da operação de seguros, que oferece diversas oportunidades de cross-sell.

O lucro líquido atingiu R$ 443,6 milhões no período, um crescimento de 72% frente ao mesmo período do ano anterior. O ROE anualizado alcançou 33,4%, alta de 10,5 p.p., reflexo direto da expansão da margem financeira líquida (+R$ 373 milhões), devido ao aumento da rentabilidade do Varejo, através da consolidação da operação do Consignado Privado e do foco em produtos com maior retorno ajustado ao risco no Consignado Público, bem como em operações estruturadas e colatelarizadas no Atacado, à disciplina de custos e à alavancagem operacional. A expansão da margem líquida foi parcialmente impactada pelo aumento da PDD.

O patrimônio líquido do Banco encerrou dezembro em **R$ 1,4 bilhão**, representando um crescimento de 14**,6%** frente aos **R$ 1,2 bilhão** registrados no mesmo mês de 2024. O avanço do patrimônio líquido sinaliza uma carteira de crédito mais qualificada, operações mais estruturadas e um reforço relevante no capital próprio trazendo mais solidez.

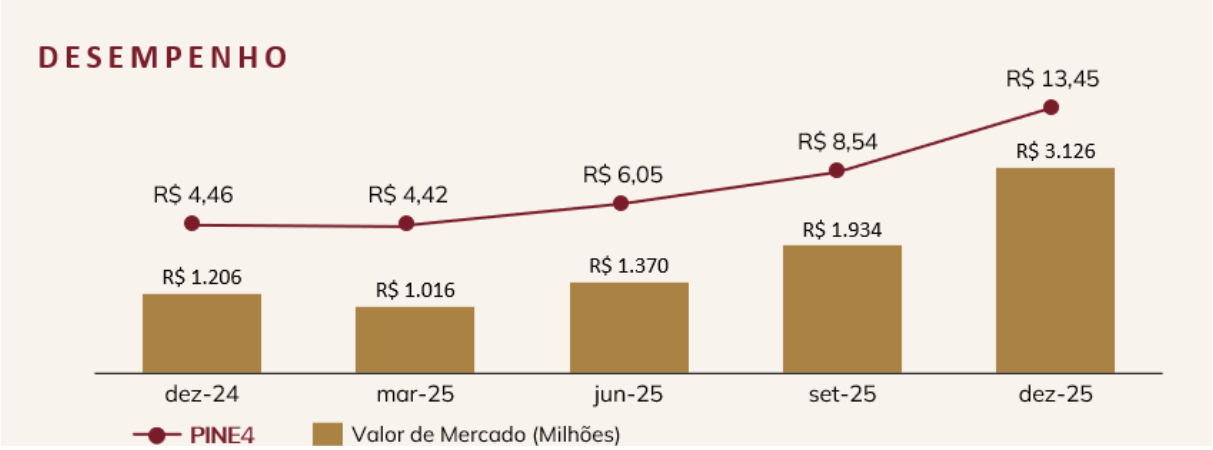
A carteira de crédito expandida totalizou R$ 17,7 bilhões em Dez/25, aumento de 23,9% na comparação com Dez/24, devido, principalmente à retomada do crescimento da carteira de Grandes Empresas e ao remix da carteira de Consignado, com destaque para o avanço de R$ 4,1 bilhões no Privado, consolidando o modelo de múltiplas esteiras e atestando ainda mais a estratégia de diversificação e alocação eficiente de Capital, buscando maiores spreads e melhor retorno ajustado ao risco.

3. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Encerramos dezembro de 2025 com valor de mercado de **R$ 3,5 bilhões,** a ação fechou em **R$ 13,45** e terminamos o período com 16.988 acionistas.

4. PERFORMANCE DA AÇÃO

Entre o dia 2 de dezembro de 2024 e 30 de dezembro 2025, a ação PINE4 apresentou uma forte valorização ao longo do ano. O preço subiu de R$ 4,46 para R$ 13,45, representando um aumento de aproximadamente 200%. Esse movimento foi acompanhado pelo crescimento do valor de mercado, que passou de R$ 1,2 bilhão para R$ 3,1 bilhões.



5. DISTRIBUIÇÃO DE PROVENTOS

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de abril de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$18.750 mil, à base de R$ 0,0823389, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 25 de abril de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de julho de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 24.700 mil, à base de R$ 0,1098891, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 25 de julho de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 23.200 mil, à base de R$ 0,1026259 correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 29 de outubro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 23.700 mil, à base de R$ 0,1022642 correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 16 de janeiro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de dividendos no montante de R$ 6.400 mil, à base de R$ 0,0271841 correspondente ao valor bruto por ação. O pagamento ocorreu no dia 16 de janeiro de 2026.

6. RATINGS

A agência S&P (Standard & Poors), atribui o rating do banco em 'brA+', com perspectiva estável. A agência destaca também que "O Banco Pine continua mostrando forte expansão da sua carteira de crédito, impulsionada principalmente pelo aumento de produtos consignados. Esse crescimento tem surtido efeitos positivos, uma vez que as receitas do banco — que até um tempo atrás vinham principalmente da carteira de atacado e das operações de tesouraria e mesa de clientes — também têm melhorado como consequência dessa diversificação, alongando o novo histórico de lucros do banco."

A agência Moody's atribui o rating do banco em 'brA', com perspectiva positiva. A agência destaca que "A elevação dos ratings do Pine incorpora a melhora dos níveis de rentabilidade do banco acompanhada de uma melhora na qualidade da carteira de crédito, e redução das concentrações da carteira de crédito nos últimos períodos."

7. RECURSOS HUMANOS

No Banco Pine, as pessoas são um pilar essencial e estratégico para resultados sustentáveis e consistentes. Contamos com um time experiente, engajado e focado em prover as melhores soluções aos nossos clientes e parceiros.

Nossa cultura valoriza relações sólidas e de longo prazo, incentivamos aprendizado contínuo e experiencial, além de cultivarmos um ambiente de trabalho harmônico, acolhedor e com sinergia. Esse compromisso e "jeito de ser" nos levou a conquistar a certificação Great Place to Work (GPTW), que reconhece o Banco Pine como uma das melhores empresas para se trabalhar.

A área de Pessoas e Cultura atua como um vetor para a geração de valor sustentável, garantindo que nosso capital humano esteja alinhado aos objetivos de crescimento e rentabilidade do Banco. Atuamos de forma decisiva na atração e retenção de talentos-chave, no fortalecimento de uma cultura de alta performance e na implementação de políticas de desenvolvimento que impulsionam a produtividade.

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura Corporativa do Banco Pine S.A. é composta pela Diretoria e Comitê Executivo, bem como pelo Conselho de Administração e respectivos Comitês Estatutários de assessoramento. A Diretoria e o Comitê Executivo são responsáveis pela gestão operacional e execução das estratégias da Companhia. Já o Conselho de Administração é o órgão colegiado responsável pelo processo de decisão em relação ao direcionamento estratégico da Companhia e conta com o assessoramento dos Comitês Estatutários, quais sejam: (i) Comitê de Remuneração, (ii) Comitê de Auditoria, e (iii) Comitê de Gestão de Riscos e Capital. Diretoria e Comitês Estatutários reportam-se ao Conselho de Administração. Adicionalmente, como no exercício social anterior, na Assembleia Geral Ordinária realizada em 3 de abril de 2025, foi instalado o Conselho Fiscal, composto por 3 experientes profissionais como membros independentes.

A estrutura Corporativa do Banco Pine S.A. está alinhada com as melhores práticas do mercado e regras de Governança Corporativa, possuindo como compromisso a transparência, ética, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

ESG

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere.

Entendemos que a gestão de aspectos Ambiental, Social e de Governança (ESG, na sigla em inglês) é essencial para nosso crescimento e perenidade. Por isso, continuamente participamos de fóruns do mercado financeiro voltados ao

assunto. Desta forma, identificamos oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema, visando sempre a perenidade dos negócios.

Adicionalmente, a agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais. Dessa forma, o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade de Socioambiental e Climática (PRSAC) com base nessas novas orientações, com o objetivo da formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais. A PRSAC do Banco tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito.

Em atendimento à agenda Bacen no que tange os riscos socioambiental e climático, o Banco está revisando seus processos e políticas internas para medir, controlar e, quando aplicável, reduzir os riscos associados a cada cliente do seu portfólio.

Além disso, nossa sede está localizada na cidade de São Paulo em um edifício com certificação *Leadership in Energy and Environmental Design - LEED Gold*, a qual atesta a adoção de práticas de construção sustentável. O selo é concedido pela *Green Building Council*, e para receber a classificação, o edifício é avaliado levando em consideração questões como o uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais da construção e qualidade ambiental interna.

9. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES SOBRE POLÍTICA DE EQUIDADE PREVISTAS NA LEI N° 15.177/2025

Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, que altera a Lei nº 6.404/76, passamos a divulgar o número total e percentual de mulheres ao final do exercício, e o demonstrativo anual de remuneração, segregados por sexo e nível hierárquico.

a. a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia

Níveis Hierárquicos	12/2024	12/2025
Diretoria/Conselho	0 (0%)	0 (0%)
Gerencial/Superintendência	3 (30%)	1 (7%)
Coordenação/Especialista	13 (36%)	13 (30%)
Analistas/Assistentes/Estagiarios/Aprendizes	44 (52%)	53 (48%)

b. a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia

Níveis Hierárquicos	12/2024	12/2025
Diretoria/Conselho	1 (6%)	1 (6%)

c. o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia

2025	Remuneração Fixa Mensal		Remuneração Variável Anual		Remuneração Eventual	
Níveis Hierárquicos	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO
Diretoria/Gerencial/Superintendência	584.112	2.607.273	5.443.356	30.073.622	N/A	N/A
Coordenação/Especialista	858.217	1.483.362	3.234.959	6.268.467	N/A	N/A
Analistas e Assistentes	881.015	818.768	2.657.790	3.101.564	N/A	N/A
Total	**2.323.344**	**4.909.403**	**11.336.105**	**39.443.653**	**N/A**	**N/A**

2024	Remuneração Fixa Mensal		Remuneração Variável Anual		Remuneração Eventual	
Níveis Hierárquicos	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO
Diretoria/Gerencial/Superintendência	558.071	2.132.362	5.073.987	24.930.867	N/A	N/A
Coordenação/Especialista	700.721	1.130.899	2.378.265	5.003.187	N/A	N/A
Analistas e Assistentes	687.729	699.694	2.206.845	1.878.106	N/A	N/A
Total	**1.946.522**	**3.962.956**	**9.659.097**	**31.812.160**	**N/A**	**N/A**

*O valor total da Remuneração Variável está diretamente ligado à proporção de headcount

10. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, no período de janeiro a dezembro de 2025, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

11. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

12. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

31 de dezembro de 2025

BANCO PINE

Notas Explicativas

Índice

Relatório da Administração.... 1
Relatório do Comitê de Auditoria.... 7
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.... 8
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes.... 9
Parecer do Conselho Fiscal.... 10
Relatório do Auditor Independente.... 11
Balanço Patrimonial.... 21
Demonstração do Resultado.... 22
Demonstração do Resultado Abrangente.... 23
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.... 24
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto).... 25
Demonstração do Valor Adicionado.... 26

Notas Explicativas
1. Contexto Operacional.... 27
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.... 27
3. Principais Práticas Contábeis.... 28
4. Caixa e Equivalentes de Caixa.... 33
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.... 33
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.... 34
7. Carteira de Crédito, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.... 38
8. Carteira de ativos financeiros por estágio e provisão para perdas de crédito esperadas.... 39
9. Outros Ativos Financeiros.... 40
10. Ativos Fiscais.... 40
11. Investimentos.... 41
12. Outros Ativos.... 41
13. Imobilizado de Uso.... 42
14. Depósitos e demais Instrumentos Financeiros.... 42
15. Dívida Subordinada.... 43
16. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias.... 43
17. Outros Passivos.... 43
18. Patrimônio Líquido.... 44
19. Demonstração de Resultado.... 45
20. Imposto de Renda e Contribuição Social.... 47
21. Transações entre Partes Relacionadas.... 47
22. Compromissos, Garantias e Outras Informações.... 48
23. Programa de Participação nos Lucros e Resultados.... 48
24. Gestão de Riscos e de Capital.... 48
25. Operações Ativas Vinculadas.... 51
26. Outras Informações.... 51
27. Eventos Subsequentes.... 51

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. (Banco) relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

O Banco Pine é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de 28 anos destaca-se por financiar e assessorar seus clientes em todo território nacional. A estratégia do Banco Pine combina agilidade e foco no cliente com um modelo diversificado, eficiente e integrado, apoiado em dados, tecnologia, especialização setorial e alocação de capital em diferentes segmentos, sustentando crescimento, rentabilidade e resiliência de forma consistente.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2025 foi marcado por eventos geopolíticos e geoeconômicos relevantes, cujos efeitos devem se estender por vários anos sobre a economia e os mercados globais. Nos Estados Unidos, a posse de Donald Trump e a adoção de uma série de mudanças profundas na condução da política econômica contribuíram para a desvalorização do dólar norte-americano e para a valorização de metais preciosos, refletindo o aumento da busca por ativos considerados reserva de valor e o debate sobre o papel dos EUA na ordem econômica global.

No Brasil, o destaque foi o crescimento moderado do PIB, associado à desaceleração da inflação e à manutenção da política monetária em terreno contracionista.

A atividade econômica doméstica seguiu em trajetória de desaceleração gradual, corroborando o cenário de “soft landing” brasileiro. O Indicador de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) registrou crescimento de 2,38% no acumulado até novembro de 2025.

Segundo o IBGE, o setor de serviços apresentou crescimento de 2,7% no ano até novembro, enquanto a produção industrial avançou 0,6%. Em contraste, o comércio varejista ampliado registrou queda de 0,3% no mesmo período.
A taxa de desemprego alcançou a mínima histórica de 5,1% no ano, ante 6,2% em 2024. Esse movimento foi explicado pelo aumento de 1,2 milhão na população ocupada (+1,1%) no período, enquanto a força de trabalho ficou praticamente estável (-0,01%). O rendimento real e a massa de rendimento real apresentaram expansão de 5,0% e 6,4%, respectivamente, na mesma base de comparação.

A inflação medida pelo IPCA acumulou alta de 4,26% em 2025, situando-se dentro do limite superior da meta (3,0%, com tolerância de ±1,5 p.p.). Os preços livres, mais sensíveis ao ciclo econômico, registraram alta de 3,92% no ano, enquanto os preços administrados avançaram 5,29%.

A taxa básica de juros Selic encerrou 2025 em 15,0% ao ano. O Banco Central adotou tom firme em sua comunicação, reafirmando o compromisso com a convergência da inflação ao centro da meta no horizonte relevante de política monetária.

Em função do aperto das condições financeiras ao longo do ano, o custo do crédito apresentou tendência de alta durante todo 2025. A taxa de juros da carteira de recursos livres ficou em 60,1% a.a. para pessoas físicas e em 25,0% a.a. para pessoas jurídicas. O spread bancário para recursos livres ficou em 46,3 p.p. para pessoas físicas e em 11,9 p.p. para pessoas jurídicas. O estoque total das operações de crédito bancário atingiu R$ 7,12 trilhões, aumento de 10,2% em relação a 2024. A carteira de recursos livres avançou 8,6% em relação ao ano passado e a de recursos direcionados, 12,5%, na mesma base de comparação. Por fim, a taxa de inadimplência referente a recursos livres de pessoas físicas ficou em 7,0% e, para pessoas jurídicas, 3,2%.

No setor externo, a balança comercial registrou superávit de R$ 68,3 bilhões em 2025, segundo o MDIC, representando queda de 7,9% em relação ao ano anterior. As exportações cresceram 3,5%, enquanto as importações avançaram 6,7%. O fluxo cambial total foi negativo em US$ 31,9 bilhões, com entrada líquida de US$ 49,2 bilhões no segmento comercial e saída de US$ 81,1 bilhões no segmento financeiro.

A desvalorização global do dólar, combinada às incertezas em torno da política econômica dos Estados Unidos, contribuiu para o desempenho positivo do real, que acumulou valorização de 13,1% em 2025.

Para 2026, o cenário permanece desafiador. No ambiente internacional, a elevada incerteza associada à administração norte-americana e ao curso da política monetária tende a continuar impactando os mercados de juros e a dinâmica do dólar global. No âmbito doméstico, projetamos desaceleração da demanda agregada, refletindo o nível ainda elevado da taxa de juros, além do aumento da incerteza política associado ao ciclo eleitoral. Nesse contexto, esperamos crescimento do PIB de 1,8% e inflação medida pelo IPCA entre 3,5% e 4,0% em 2026.

Notas Explicativas

2. DESEMPENHO

O ano de 2025 marca o início de um novo ciclo de elevada rentabilidade, sustentado pela execução disciplinada da nossa estratégia, pela consolidação de um modelo de negócios diversificado e múltiplas esteiras de crédito, e por uma alocação de capital cada vez mais eficiente.

No Varejo Colateralizado, obtivemos avanços relevantes, com destaque para a consolidação do crédito consignado privado e a expansão da operação de cartões consignado e de benefício. Produtos digitais, colateralizados e escaláveis ampliaram nossa base de clientes, aprofundaram o relacionamento e elevaram a rentabilidade do segmento. O uso intensivo de dados e tecnologia reforçou a eficiência para a continuidade do crescimento com retorno atrativo e ajustado ao risco. Realizamos movimentos estratégicos nas investidas do varejo, reforçando o foco em negócios de maior valor agregado, simplificando a estrutura societária e fortalecendo a geração de caixa e a opcionalidade futura.

No Atacado, atuamos de forma seletiva e conservadora no crédito corporativo, o que nos permitiu originar e estruturar oportunidades atrativas de alocação de capital, preservando a qualidade da carteira. As operações de derivativos e seguros ganharam escala, ampliando o cross-sell, a recorrência de receitas e a rentabilidade do relacionamento com os clientes. Investimos no fortalecimento da plataforma de Mercado de Capitais, expandindo nossa capacidade de originação, estruturação e distribuição, e consolidando mais uma avenida relevante de crescimento para os próximos ciclos.

Ao longo do ano, diversificamos nossas fontes de funding, ampliamos o acesso a instrumentos do mercado de capitais e reduzimos o custo médio de captação. Avançamos em tecnologia, dados e IA conectando a inovação à nossa expertise em crédito e elevando a produtividade, a eficiência e a experiência do cliente.

Com uma estratégia diversificada, gestão ativa de capital, governança sólida e uma equipe altamente preparada e engajada, encerramos 2025 mais fortes, mais eficientes e melhor posicionados para sustentar este novo ciclo de elevada rentabilidade e continuar a gerar valor para clientes, acionistas e parceiros ao longo dos diferentes ciclos econômicos.

RESULTADOS (R$ Milhões)	2024	2025	Δ
Margem Financeira Líquida	484,7	857,7	76,9%
Receitas de Prestação de Serviços	82,0	120,3	46,7%
Lucro líquido	**258,2**	**443,6**	**71,8%**
INDICADORES DE DESEMPENHO (%)	**2024**	**2025**	**Δ**
ROAE	22,9	33,4	10,5 p.p
Índice de Eficiência	42,4	31,2	(11,2 p.p)
BALANÇO PATRIMONIAL (R$ Milhões)	**Dez/24**	**Dez/25**	**Δ**
Patrimônio líquido	1.227	1.407	14,6%
CARTEIRA DE CRÉDITO EXPANDIDA (R$ Milhões)	**Dez/24**	**Dez/25**	**Δ**
Grandes Empresas	4.753,9	6.624,5	39,4%
Médias Empresas	1.226,7	514,2	(58,1%)
Consignado Privado	-	4.079,1	-
Consignado Público	8.307,5	6.490,9	(21,9%)
Total	**14.288,1**	**17.708,8**	**23,9%**

A Margem Financeira somou R$ 857,7 milhões no período, aumento de 77% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido à maior carteira de crédito e maiores spreads, principalmente no Varejo, através do remix de carteira com a operação do Consignado Privado e o crescimento da carteira de cartões consignados e de benefício, onde obtemos maiores spreads.

Receitas de serviços e tarifas do segmento atacado, totalizaram **R$ 120,3 milhões** em 2025, um aumento de 47% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento deve-se, à maior receita de assessoria, ao resultado das gestoras investidas do atacado e à aceleração do crescimento da operação de seguros, que oferece diversas oportunidades de cross-sell.

O lucro líquido atingiu R$ 443,6 milhões no período, um crescimento de 72% frente ao mesmo período do ano anterior. O ROE anualizado alcançou 33,4%, alta de 10,5 p.p., reflexo direto da expansão da margem financeira líquida (+R$ 373 milhões), devido ao aumento da rentabilidade do Varejo, através da consolidação da operação do Consignado Privado e do foco em produtos com maior retorno ajustado ao risco no Consignado Público, bem como em operações estruturadas e colatelarizadas no Atacado, à disciplina de custos e à alavancagem operacional. A expansão da margem líquida foi parcialmente impactada pelo aumento da PDD.

O patrimônio líquido do Banco encerrou dezembro em **R$ 1,4 bilhão**, representando um crescimento de 14**,6%** frente aos **R$ 1,2 bilhão** registrados no mesmo mês de 2024. O avanço do patrimônio líquido sinaliza uma carteira de crédito mais qualificada, operações mais estruturadas e um reforço relevante no capital próprio trazendo mais solidez.

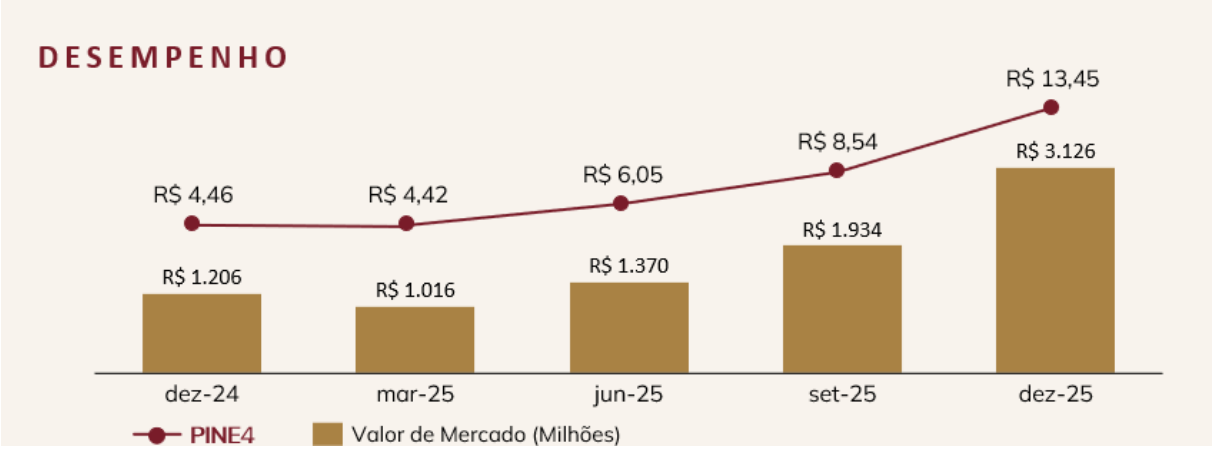
A carteira de crédito expandida totalizou R$ 17,7 bilhões em Dez/25, aumento de 23,9% na comparação com Dez/24, devido, principalmente à retomada do crescimento da carteira de Grandes Empresas e ao remix da carteira de Consignado, com destaque para o avanço de R$ 4,1 bilhões no Privado, consolidando o modelo de múltiplas esteiras e atestando ainda mais a estratégia de diversificação e alocação eficiente de Capital, buscando maiores spreads e melhor retorno ajustado ao risco.

3. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Encerramos dezembro de 2025 com valor de mercado de **R$ 3,5 bilhões,** a ação fechou em **R$ 13,45** e terminamos o período com 16.988 acionistas.

4. PERFORMANCE DA AÇÃO

Entre o dia 2 de dezembro de 2024 e 30 de dezembro 2025, a ação PINE4 apresentou uma forte valorização ao longo do ano. O preço subiu de R$ 4,46 para R$ 13,45, representando um aumento de aproximadamente 200%. Esse movimento foi acompanhado pelo crescimento do valor de mercado, que passou de R$ 1,2 bilhão para R$ 3,1 bilhões.



5. DISTRIBUIÇÃO DE PROVENTOS

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de abril de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$18.750 mil, à base de R$ 0,0823389, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 25 de abril de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de julho de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 24.700 mil, à base de R$ 0,1098891, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 25 de julho de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 23.200 mil, à base de R$ 0,1026259 correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 29 de outubro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$ 23.700 mil, à base de R$ 0,1022642 correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 16 de janeiro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de dividendos no montante de R$ 6.400 mil, à base de R$ 0,0271841 correspondente ao valor bruto por ação. O pagamento ocorreu no dia 16 de janeiro de 2026.

6. RATINGS

A agência S&P (Standard & Poors), atribui o rating do banco em 'brA+', com perspectiva estável. A agência destaca também que "O Banco Pine continua mostrando forte expansão da sua carteira de crédito, impulsionada principalmente pelo aumento de produtos consignados. Esse crescimento tem surtido efeitos positivos, uma vez que as receitas do banco — que até um tempo atrás vinham principalmente da carteira de atacado e das operações de tesouraria e mesa de clientes — também têm melhorado como consequência dessa diversificação, alongando o novo histórico de lucros do banco."

A agência Moody's atribui o rating do banco em 'brA', com perspectiva positiva. A agência destaca que "A elevação dos ratings do Pine incorpora a melhora dos níveis de rentabilidade do banco acompanhada de uma melhora na qualidade da carteira de crédito, e redução das concentrações da carteira de crédito nos últimos períodos."

7. RECURSOS HUMANOS

No Banco Pine, as pessoas são um pilar essencial e estratégico para resultados sustentáveis e consistentes. Contamos com um time experiente, engajado e focado em prover as melhores soluções aos nossos clientes e parceiros.

Nossa cultura valoriza relações sólidas e de longo prazo, incentivamos aprendizado contínuo e experiencial, além de cultivarmos um ambiente de trabalho harmônico, acolhedor e com sinergia. Esse compromisso e "jeito de ser" nos levou a conquistar a certificação Great Place to Work (GPTW), que reconhece o Banco Pine como uma das melhores empresas para se trabalhar.

A área de Pessoas e Cultura atua como um vetor para a geração de valor sustentável, garantindo que nosso capital humano esteja alinhado aos objetivos de crescimento e rentabilidade do Banco. Atuamos de forma decisiva na atração e retenção de talentos-chave, no fortalecimento de uma cultura de alta performance e na implementação de políticas de desenvolvimento que impulsionam a produtividade.

8. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura Corporativa do Banco Pine S.A. é composta pela Diretoria e Comitê Executivo, bem como pelo Conselho de Administração e respectivos Comitês Estatutários de assessoramento. A Diretoria e o Comitê Executivo são responsáveis pela gestão operacional e execução das estratégias da Companhia. Já o Conselho de Administração é o órgão colegiado responsável pelo processo de decisão em relação ao direcionamento estratégico da Companhia e conta com o assessoramento dos Comitês Estatutários, quais sejam: (i) Comitê de Remuneração, (ii) Comitê de Auditoria, e (iii) Comitê de Gestão de Riscos e Capital. Diretoria e Comitês Estatutários reportam-se ao Conselho de Administração. Adicionalmente, como no exercício social anterior, na Assembleia Geral Ordinária realizada em 3 de abril de 2025, foi instalado o Conselho Fiscal, composto por 3 experientes profissionais como membros independentes.

A estrutura Corporativa do Banco Pine S.A. está alinhada com as melhores práticas do mercado e regras de Governança Corporativa, possuindo como compromisso a transparência, ética, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

ESG

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere.

Entendemos que a gestão de aspectos Ambiental, Social e de Governança (ESG, na sigla em inglês) é essencial para nosso crescimento e perenidade. Por isso, continuamente participamos de fóruns do mercado financeiro voltados ao

assunto. Desta forma, identificamos oportunidades e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema, visando sempre a perenidade dos negócios.

Adicionalmente, a agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais. Dessa forma, o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade de Socioambiental e Climática (PRSAC) com base nessas novas orientações, com o objetivo da formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais. A PRSAC do Banco tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito.

Em atendimento à agenda Bacen no que tange os riscos socioambiental e climático, o Banco está revisando seus processos e políticas internas para medir, controlar e, quando aplicável, reduzir os riscos associados a cada cliente do seu portfólio.

Além disso, nossa sede está localizada na cidade de São Paulo em um edifício com certificação *Leadership in Energy and Environmental Design - LEED Gold*, a qual atesta a adoção de práticas de construção sustentável. O selo é concedido pela *Green Building Council*, e para receber a classificação, o edifício é avaliado levando em consideração questões como o uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais da construção e qualidade ambiental interna.

9. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES SOBRE POLÍTICA DE EQUIDADE PREVISTAS NA LEI N° 15.177/2025

Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, que altera a Lei nº 6.404/76, passamos a divulgar o número total e percentual de mulheres ao final do exercício, e o demonstrativo anual de remuneração, segregados por sexo e nível hierárquico.

a. a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia

Níveis Hierárquicos	12/2024	12/2025
Diretoria/Conselho	0 (0%)	0 (0%)
Gerencial/Superintendência	3 (30%)	1 (7%)
Coordenação/Especialista	13 (36%)	13 (30%)
Analistas/Assistentes/Estagiarios/Aprendizes	44 (52%)	53 (48%)

b. a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia

Níveis Hierárquicos	12/2024	12/2025
Diretoria/Conselho	1 (6%)	1 (6%)

c. o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia

2025	Remuneração Fixa Mensal		Remuneração Variável Anual		Remuneração Eventual	
Níveis Hierárquicos	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO
Diretoria/Gerencial/Superintendência	584.112	2.607.273	5.443.356	30.073.622	N/A	N/A
Coordenação/Especialista	858.217	1.483.362	3.234.959	6.268.467	N/A	N/A
Analistas e Assistentes	881.015	818.768	2.657.790	3.101.564	N/A	N/A
Total	**2.323.344**	**4.909.403**	**11.336.105**	**39.443.653**	**N/A**	**N/A**

2024	Remuneração Fixa Mensal		Remuneração Variável Anual		Remuneração Eventual	
Níveis Hierárquicos	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO
Diretoria/Gerencial/Superintendência	558.071	2.132.362	5.073.987	24.930.867	N/A	N/A
Coordenação/Especialista	700.721	1.130.899	2.378.265	5.003.187	N/A	N/A
Analistas e Assistentes	687.729	699.694	2.206.845	1.878.106	N/A	N/A
Total	**1.946.522**	**3.962.956**	**9.659.097**	**31.812.160**	**N/A**	**N/A**

*O valor total da Remuneração Variável está diretamente ligado à proporção de headcount

10. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, no período de janeiro a dezembro de 2025, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

11. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

12. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta - NIRE 35300525515
CNPJ 62.144.175/0001-20
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Conglomerado Pine") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto unicamente por membros independentes, implantado conforme regulamentações do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este órgão atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento, disponível no sítio eletrônico de Relações com Investidores (https://ri.pine.com), tendo por competência zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para o cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Administração; nos trabalhos da Auditoria Interna e do Auditor Independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê estabeleceu canal eficiente de comunicação, por intermédio da Auditoria Interna e da Secretaria de Governança, de modo que as solicitações de informações são atendidas pela Administração e demais funcionários.

A elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na sua elaboração. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

O Auditor Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação e apresentação, em todos os aspectos relevantes, da posição patrimonial e financeira do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Conselho de Administração e supervisionada pelo Comitê de Auditoria. Atua de forma independente e adota metodologia própria em conformidade com as normas aplicáveis e melhores práticas da profissão. A metodologia utiliza uma abordagem baseada em riscos para priorização e determinação da frequência dos trabalhos. A Auditoria Interna provê o Conselho, o Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva, com avaliações independentes, imparciais e objetivas, da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, das práticas de governança e da aderência dos processos às normas regulamentares e procedimentos estabelecidos pela Administração.

1. Atividades do Comitê de Auditoria no semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

No cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria realizou as seguintes atividades:

a) Auditoria Independente: O Comitê sempre que necessário realizou reuniões com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") para apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras e relatórios financeiros, as recomendações incluídas nos relatórios de controles internos e os respectivos planos de ação desenvolvidos pela Administração. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

b) Auditoria Interna: O Comitê em diversas reuniões interagiu com a Auditoria Interna de forma a monitorar a adequação da estrutura e funcionamento, discutir, aprovar e acompanhar a execução do plano de Auditoria Interna quanto à cobertura dos principais riscos do Conglomerado Pine e o resultado dos trabalhos realizados, os relatórios emitidos, conclusões e recomendações, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

c) Demonstrações Financeiras: O Comitê em reuniões com a Contabilidade, Controladoria e a Diretoria repassou e acompanhou o processo de elaboração e discussão dos critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente. Não foram identificadas divergências significativas pela Administração, pelo Auditor Independente e pelo Comitê de Auditoria para o período em análise, que possam comprometer as informações apresentadas.

d) Administração de Riscos: O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com a Diretoria de Compliance, PLD, Riscos e Segurança da Informação, responsável pela Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado Pine, de forma a acompanhar os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Conglomerado Pine e o processo de governança para definir o apetite de riscos e controlar os limites estabelecidos.

e) Canal de Denúncias: O Comitê de Auditoria acompanha o funcionamento do Canal de Denúncias disponível no sítio eletrônico do Conglomerado Pine, bem como o tratamento dos casos com envolvimento da Administração, quando existentes, através de reuniões realizadas periodicamente com a área de Compliance.

f) O Comitê realizou, ainda, reuniões com diversas áreas do Conglomerado Pine para o conhecimento, apreciação e avaliação do ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, práticas de governança, atuação e comprometimento dos gestores.

g) O Comitê conta com a participação de um membro do Conselho de Administração que permite relatos sistemáticos das suas atividades. Adicionalmente, a Presidente do Comitê esteve presente em reuniões do Conselho de Administração.

2. Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórios de acordo com os objetivos propostos, bem como o sistema de controles internos e os esforços que vêm sendo realizados para seu contínuo aprimoramento são adequados ao porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Banco Pine S.A. e suas controladas para o semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2025, assim como ao estudo de realização do crédito tributário desta mesma data, recomendando sua aprovação ao Conselho de Administração.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2026.

Walkyria Aparecida Augusto – Presidente

Harumi Susana Ueta Waldeck – Membro qualificado

Sérgio Machado Zica de Castro – Membro representante do Conselho de Administração

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e empresas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que incluem os balanços patrimoniais individuais e consolidados e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e notas explicativas ('Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'), acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha
Cristiano Oliveira Da Silva
Gersom Pereira Precaro
Guilherme Vieira Neves
Giuseppe Paternostro Neto
Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho
Ricardo de Castro Bampa
Ronaldo Silvestre
Tatiana Aparecida Munhoz

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e empresas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que incluem os balanços patrimoniais individuais e consolidadas e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e notas explicativas ('Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'), acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com a opinião expressa no relatório de revisão dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha
Cristiano Oliveira Da Silva
Gersom Pereira Precaro
Guilherme Vieira Neves
Giuseppe Paternostro Neto
Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho
Ricardo de Castro Bampa
Ronaldo Silvestre
Tatiana Aparecida Munhoz

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Pine S.A., infra-assinados, no uso de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, de acordo com o previsto no artigo 163, VII, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no artigo 27, § 1º, III, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, que incluem os balanços patrimoniais e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e as notas explicativas ("Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas"), incluindo a proposta de destinação do resultado, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração, e à vista do Relatório Semestral do Comitê de Auditoria, datado de 18 de fevereiro de 2026, e do "Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"), não havendo quaisquer ressalvas a serem feitas em relação às citadas peças.

São Paulo, 18 de fevereiro 2026.

Presidente do Conselho Fiscal

Sergio Tuffy Sayeg

Membros do Conselho Fiscal

Francisco Asclepio Barroso Aguiar
Felipe Camera Ruiz

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

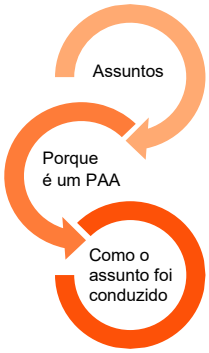
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, Edifício B32, 16º,
São Paulo, SP, Brasil, 04538-132
T: +55 (11) 4004-8000

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração de valor justo de instrumentos financeiros complexos ou sem liquidez, classificados em hierarquia nível 3 (Notas 3(e) e 6(a))	
O Banco possui investimentos em instrumentos financeiros, classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado (VJR), classificados em hierarquia nível 3.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros.
Esses instrumentos financeiros não são negociados em mercado ativo. O processo de mensuração do seu respectivo valor justo envolve subjetividade em sua determinação, considerando técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos que, por sua vez, envolvem premissas e julgamentos da administração para sua mensuração.	Analisamos a aderência da metodologia de mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros e a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em períodos anteriores, bem como práticas de mercado, quando aplicável.
Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.	Efetuamos testes de recálculo do valor justo desses instrumentos financeiros, com base nas premissas adotadas pela administração. Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros, conforme divulgados nas demonstrações financeiras são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(i) e 8)	
A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, de forma prospectiva, bem como para a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. A mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da Res. CMN nº 4.966, é uma área que envolve julgamento da Administração na classificação dos créditos por estágios previstos no respectivo normativo, bem como a aplicação de metodologia que utiliza premissas e considera fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência, a situação financeira da contraparte, garantias e políticas de renegociação. Essa é uma área determinada como foco de auditoria, pois o uso de julgamento da administração na mensuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.	Em relação a implementação da Resolução CMN nº 4.966, avaliamos os processos adotados pela Administração para a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, com foco nos modelos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Realizamos entendimento sobre os procedimentos adotados pela administração para análise, avaliação e aplicação da Res. CMN nº 4.966, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a avaliação da aderência aos requisitos da referida norma, aplicáveis ao processo de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Em relação à metodologia e mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, aplicamos procedimentos relacionados à (i) análise das políticas contábeis em comparação aos requerimentos ao normativo, (ii) entendimento e recálculo, em base amostral, da mensuração da provisão para perdas, que considera a avaliação da integridade da base de dados, os modelos e premissas adotadas pela Administração, (iii) comparação de dados e premissas utilizados com dados de mercado, quando aplicável, (iv) testes sobre a classificação dos ativos financeiros por estágios, (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vi) análise e consistência das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Valor recuperável do crédito tributário (Notas 3(t) e 10)	
O Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses ativos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração e aprovados pelos órgãos de governança do Banco, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil. Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos na determinação de premissas pela administração, para projeção de lucros tributários futuros. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de julgamento na determinação das premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.	Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração. Comparamos determinadas premissas utilizadas nas projeções orçamentárias elaboradas pela administração com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável. Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração do valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para venda (Notas 3(k) e 12(a))	
O Banco e suas controladas possuem ativos não financeiros mantidos para venda compostos, principalmente, por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo, menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento dos controles da administração sobre a avaliação do valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda, bem como a análise dos laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos ou, quando aplicável, a análise da razoabilidade da metodologia e premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.
A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, e avaliações internas que mensuram o valor justo de certos ativos, com base em metodologia de cálculo, considerando premissas estabelecidas pela administração.	Adicionalmente, efetuamos testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos, incluindo a avaliação do histórico de vendas, de imóveis similares, realizadas pelo Banco e suas controladas, quando aplicável.
Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis.	Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Contingências fiscais (Notas (3(s) e 16(b))	
O Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes as suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e no entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos no semestre corrente.

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos. As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido à complexidade dos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.	Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e efetuamos procedimentos de confirmação dos dados dos principais processos com os assessores jurídicos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda. Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Ambiente de tecnologia da informação

Devido a diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações. Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras. Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco e suas controladas em sua operação.	Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas. Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
	Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos – Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Banco Pine S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais - R$)

ATIVO	Nota	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Disponibilidades	**4**	**38.696**	**89.895**
Ativos financeiros		**30.127.606**	**29.438.925**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado (VJR)		**11.074.148**	**10.166.211**
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	1.255.924	1.255.924
Operações de crédito	7	2.699.950	2.699.950
Títulos e valores mobiliários	6.a	7.118.274	6.210.337
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		**2.063.167**	**2.063.167**
Títulos e valores mobiliários	6.a	2.063.167	2.063.167
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (CA)		**16.990.291**	**17.209.547**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	865.221	865.221
Títulos e valores mobiliários	6.a	5.778.543	5.778.543
Operações de crédito	7	10.054.531	10.054.531
Outros ativos financeiros	9	291.996	511.252
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**8.a**	**(947.650)**	**(948.166)**
Ativos fiscais	**10.a**	**1.052.851**	**1.052.862**
Investimento em participações em coligadas e controladas	**11**	**721.850**	**2.790**
Outros ativos	**12**	**1.323.475**	**1.719.478**
Imobilizado de uso	**13**	**86.853**	**86.911**
Intangível		**40.449**	**40.449**
(-) Depreciação e amortização		**(42.819)**	**(42.837)**
(-) Imobilizado de uso	13	(27.231)	(27.249)
(-) Intangível		(15.588)	(15.588)
Total do ativo		**32.401.311**	**31.440.307**

PASSIVO	Nota	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Passivos financeiros		**28.278.147**	**28.206.193**
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado (VJR)		**2.245.844**	**2.245.844**
Instrumentos financeiros derivativos	6.c	2.245.844	2.245.844
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado (CA)		**26.032.303**	**25.960.349**
Depósitos	14.a	15.531.929	15.459.975
Captações no mercado aberto	14.b	4.681.536	4.681.536
Recursos de aceites e emissão de títulos	14.c	4.837.331	4.837.331
Obrigações por empréstimos e repasses	14.d	197.494	197.494
Dívida subordinada	15	773.274	773.274
Outros passivos financeiros		10.739	10.739
Outros passivos		**2.717.572**	**1.826.484**
Provisões	16	13.126	13.155
Outros passivos	17	2.704.446	1.813.329
Total do passivo		**30.995.719**	**30.032.677**
Patrimônio líquido	**18**	**1.405.592**	**1.407.630**
Capital social		1.000.910	1.000.910
De domiciliados no país		872.043	872.043
De domiciliados no exterior		128.867	128.867
Outros resultados abrangentes		(1.698)	(1.698)
Reservas de capital		17.902	17.902
Reservas de Lucros		396.548	396.548
(-) Ações em tesouraria		(8.070)	(8.070)
Participação de acionistas não-controladores		-	2.038
Total do patrimônio líquido	**18**	**1.405.592**	**1.407.630**
Total do passivo e patrimônio líquido		**32.401.311**	**31.440.307**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em milhares de Reais - R$, exceto o lucro líquido por ação)

		Individual		Consolidado	
	Nota	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas da intermediação financeira		**2.605.538**	**4.847.324**	**2.776.430**	**5.091.234**
Operações de crédito	19.a	1.630.765	3.004.153	1.799.954	3.282.147
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.b	994.926	2.112.624	996.629	2.078.540
Operações de empréstimos e repasses	19.c	(2.798)	18.591	(2.798)	18.591
Resultado com instrumentos financeiros derivativos e câmbio	6.c	(17.355)	(288.044)	(17.355)	(288.044)
Despesas da intermediação financeira		**(2.012.033)**	**(3.817.754)**	**(2.154.940)**	**(4.023.741)**
Operações de captação no mercado	19.b	(1.685.095)	(3.392.207)	(1.827.687)	(3.597.684)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(326.938)	(425.547)	(327.253)	(426.057)
Resultado bruto da intermediação financeira		**593.505**	**1.029.570**	**621.490**	**1.067.493**
Receitas (despesas) operacionais		**(186.760)**	**(347.687)**	**(187.503)**	**(339.958)**
Receitas de prestação de serviços	19.d	15.116	29.852	84.757	139.327
Rendas de tarifas bancárias		795	870	795	870
Despesas de pessoal	19.e	(79.502)	(146.936)	(84.640)	(154.906)
Outras despesas administrativas	19.f	(226.324)	(345.564)	(248.469)	(373.995)
Despesas tributárias	19.g	(30.060)	(43.533)	(40.616)	(59.749)
Resultado de participação em controladas e coligadas	11.a	109.616	132.485	19.819	27.155
Outras receitas operacionais	19.h	38.991	46.395	108.391	116.631
Outras despesas operacionais	19.i	(15.392)	(21.256)	(27.540)	(35.291)
Resultado operacional		**406.745**	**681.883**	**433.987**	**727.535**
Resultado não operacional	**19.j**	**(9.600)**	**(6.835)**	**(8.641)**	**(17.993)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		**397.145**	**675.048**	**425.346**	**709.542**
Imposto de renda e contribuição social	**20**	**(48.770)**	**(120.080)**	**(64.723)**	**(142.326)**
Participações sobre o lucro no semestre/exercício	**23**	**(61.253)**	**(111.374)**	**(72.260)**	**(122.381)**
Lucro líquido do semestre/exercício		**287.122**	**443.594**	**288.363**	**444.835**
Lucro líquido do semestre/exercício atribuível aos acionistas controladores		287.122	443.594	287.122	443.594
Lucro líquido do semestre/exercício atribuível aos acionistas não-controladores		-	-	1.241	1.241
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações					
Lucro do semestre/exercício por ação		1,2173	1,9083	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais - R$)

		Individual		Consolidado	
	Nota	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Lucro líquido do semestre/exercício		**287.122**	**443.594**	**288.363**	**444.835**
Outros ajustes abrangentes	**18.f**	**24**	**1.912**	**24**	**1.912**
Ativos financeiros mensurados a VJORA		43	3.558	43	3.558
Imposto de renda e contribuição social		(19)	(1.646)	(19)	(1.646)
Resultado abrangente do semestre/exercício		**287.146**	**445.506**	**288.387**	**446.747**
Resultado abrangente do semestre/exercício atribuível aos acionistas controladores		287.146	445.506	287.146	445.506
Resultado abrangente do semestre/exercício atribuível aos acionistas não-controladores		**-**	**-**	1.241	1.241

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais - R$)

Individual

				Reservas de Lucros						
	Nota	Capital Social Realizado	Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**952.678**	**5.117**	**23.686**	**269.742**	**(3.610)**	**(20.406)**	**-**	**-**	**1.227.207**
Efeitos da adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21	2.c	-	-	-	-	-	-	(171.404)	-	(171.404)
Saldos em 01 de janeiro de 2025		**952.678**	**5.117**	**23.686**	**269.742**	**(3.610)**	**(20.406)**	**(171.404)**	**-**	**1.055.803**
Aumento de capital	18.a	48.232	-	-	-	-	-	-	-	48.232
Cancelamento de ações em tesouraria	18.f	-	-	-	(15.104)	-	15.104	-	-	-
Venda/(Aquisição) de ações em tesouraria	18.f	-	-	-	-	-	(73.290)	-	-	(73.290)
MTM de títulos mensurados a VJORA	18.g	-	-	-	-	1.912	-	-	-	1.912
Transações com pagamentos baseados em ações	18.b	-	12.785	-	-	-	70.522	-	-	83.307
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	443.594	-	443.594
Destinações do lucro:										
Reserva legal	18.c	-	-	22.180	-	-	-	(22.180)	-	-
Juros sobre o capital próprio	18.d	-	-	-	-	-	-	(147.666)	-	(147.666)
Dividendos	18.e	-	-	-	-	-	-	(6.300)	-	(6.300)
Reserva estatutária	18.c	-	-	-	96.044	-	-	(96.044)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.000.910**	**17.902**	**45.866**	**350.682**	**(1.698)**	**(8.070)**	**-**	**-**	**1.405.592**
Saldos em 30 de junho de 2025		**952.901**	**2.161**	**23.686**	**254.638**	**(1.722)**	**(8.273)**	**(58.382)**	**-**	**1.165.009**
Aumento de capital	18.a	48.009	-	-	-	-	-	-	-	48.009
Venda/(Aquisição) de ações em tesouraria	18.f	-	-	-	-	-	(46.546)	-	-	(46.546)
MTM de títulos mensurados a VJORA	18.g	-	-	-	-	24	-	-	-	24
Transações com pagamentos baseados em ações	18.b	-	15.741	-	-	-	46.749	-	-	62.490
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	287.122	-	287.122
Destinações do lucro:										
Reserva legal	18.c	-	-	22.180	-	-	-	(22.180)	-	-
Juros sobre o capital próprio	18.d	-	-	-	-	-	-	(104.216)	-	(104.216)
Dividendos	18.e	-	-	-	-	-	-	(6.300)	-	(6.300)
Reserva estatutária	18.c	-	-	-	96.044	-	-	(96.044)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.000.910**	**17.902**	**45.866**	**350.682**	**(1.698)**	**(8.070)**	**-**	**-**	**1.405.592**

Consolidado

				Reservas de Lucros						
	Nota	Capital Social Realizado	Reservas de Capital	Legal	Estatutária	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**952.678**	**5.117**	**23.686**	**269.742**	**(3.610)**	**(20.406)**	**-**	**-**	**1.227.207**
Efeitos da adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21	2.c	-	-	-	-	-	-	(171.404)	-	(171.404)
Saldos em 01 de janeiro de 2025		**952.678**	**5.117**	**23.686**	**269.742**	**(3.610)**	**(20.406)**	**(171.404)**	**-**	**1.055.803**
Aumento de capital	18.a	48.232	-	-	-	-	-	-	-	48.232
Cancelamento de ações em tesouraria	18.f	-	-	-	(15.104)	-	15.104	-	-	-
Venda/(Aquisição) de ações em tesouraria	18.f	-	-	-	-	-	(73.290)	-	-	(73.290)
MTM de títulos mensurados a VJORA	18.g	-	-	-	-	1.912	-	-	-	1.912
Transações com pagamentos baseados em ações	18.b	-	12.785	-	-	-	70.522	-	-	83.307
Aumento/(redução) de participação de acionistas não-controladores		-	-	-	-	-	-	-	797	797
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	443.594	1.241	444.835
Destinações do lucro:										
Reserva legal	18.c	-	-	22.180	-	-	-	(22.180)	-	-
Juros sobre o capital próprio	18.d	-	-	-	-	-	-	(147.666)	-	(147.666)
Dividendos	18.e	-	-	-	-	-	-	(6.300)	-	(6.300)
Reserva estatutária	18.c	-	-	-	96.044	-	-	(96.044)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.000.910**	**17.902**	**45.866**	**350.682**	**(1.698)**	**(8.070)**	**-**	**2.038**	**1.407.630**
Saldos em 30 de junho de 2025		**952.901**	**2.161**	**23.686**	**254.638**	**(1.722)**	**(8.273)**	**(58.382)**	**-**	**1.165.009**
Aumento de capital	18.a	48.009	-	-	-	-	-	-	-	48.009
Venda/(Aquisição) de ações em tesouraria	18.f	-	-	-	-	-	(46.546)	-	-	(46.546)
MTM de títulos mensurados a VJORA	18.g	-	-	-	-	24	-	-	-	24
Transações com pagamentos baseados em ações	18.b	-	15.741	-	-	-	46.749	-	-	62.490
Aumento/(redução) de participação de acionistas não-controladores		-	-	-	-	-	-	-	797	797
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	-	287.122	1.241	288.363
Destinações do lucro:										
Reserva legal	18.c	-	-	22.180	-	-	-	(22.180)	-	-
Juros sobre o capital próprio	18.d	-	-	-	-	-	-	(104.216)	-	(104.216)
Dividendos	18.e	-	-	-	-	-	-	(6.300)	-	(6.300)
Reserva estatutária	18.c	-	-	-	96.044	-	-	(96.044)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.000.910**	**17.902**	**45.866**	**350.682**	**(1.698)**	**(8.070)**	**-**	**2.038**	**1.407.630**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
(Em milhares de Reais - R$)

	Nota	Individual		Consolidado	
		01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Atividades operacionais					
Lucro líquido ajustado		**533.826**	**812.911**	**626.972**	**920.083**
Lucro líquido do semestre/exercício		287.122	443.594	288.363	444.835
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(34.369)	(63.641)	(34.369)	(63.641)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		326.938	425.547	327.253	426.057
Imposto de renda e contribuição social diferidos		54.072	120.001	55.865	120.092
Depreciação e amortização	19.f	8.102	15.554	8.102	15.554
Provisão para contingências	16.c	8	119	8	119
Resultado de participação em controladas e coligadas	11.a	(109.616)	(132.485)	(19.819)	(27.155)
Pagamento baseado em ações		1.333	3.286	1.333	3.286
Amortização de ágio		236	936	236	936
Variação de ativos e passivos		**(621.004)**	**(2.268.084)**	**(701.599)**	**(2.358.118)**
(Aumento) Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez		(254.708)	(170.835)	(254.708)	(170.835)
(Aumento) Redução de títulos e valores mobiliários		(1.249.824)	(4.963.789)	(1.333.892)	(4.160.196)
(Aumento) Redução de instrumentos financeiros derivativos		(49.835)	1.976.880	(49.835)	1.976.880
(Aumento) Redução de operações de crédito		(1.065.100)	(4.409.064)	(1.065.095)	(4.409.111)
(Aumento) Redução de outros ativos financeiros		(6.762)	1.748.650	(5.845)	1.716.353
Redução (Aumento) em ativos fiscais		(71.859)	(52.012)	(71.630)	(52.012)
Redução (Aumento) em outros ativos		(100.555)	(777.955)	(200.710)	(836.456)
Aumento (Redução) de depósitos		(41.882)	435.314	(26.218)	429.575
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto		1.185.765	(304.581)	1.185.765	(304.581)
Aumento (Redução) de recursos de aceites e emissões de títulos		715.978	2.471.599	715.978	2.471.599
Aumento (Redução) de obrigações por empréstimos e repasses		22.308	152.596	22.308	152.596
Aumento (Redução) em dívida subordinada		153.172	276.228	153.172	276.228
Aumento (Redução) em outros passivos financeiros		694	(45.497)	694	(45.497)
Aumento (Redução) de outros passivos		141.604	1.394.382	228.417	597.339
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais		**(87.178)**	**(1.455.173)**	**(74.627)**	**(1.438.035)**
Atividades de investimento					
Alienação (Aquisição) de imobilizado de uso	13	(13.852)	(15.612)	(13.852)	(15.612)
Alienação (Aquisição) de intangível		(4.899)	(10.629)	(4.899)	(10.629)
(Aumento) Redução de capital em controladas	11	(30.470)	(33.570)	-	-
Alienação (Aquisição) de outros investimentos		(7)	(7)	(7)	(7)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de investimento		**(49.228)**	**(59.818)**	**(18.758)**	**(26.248)**
Atividades de financiamento					
Aumento de capital	18.a	48.009	48.232	48.009	48.232
Aquisição de ações em tesouraria	18.f	(46.546)	(73.290)	(46.546)	(73.290)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	18.d	(89.434)	(123.902)	(89.434)	(123.902)
Aumento (Redução) em obrigações por dívida subordinada	15	(65.036)	(121.556)	(65.036)	(121.556)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de financiamento		**(153.007)**	**(270.516)**	**(153.007)**	**(270.516)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**(289.413)**	**(1.785.507)**	**(246.392)**	**(1.734.799)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	4	861.018	2.327.840	869.196	2.328.331
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		34.369	63.641	34.369	63.641
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	4	605.974	605.974	657.173	657.173

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais - R$)

	Nota	Individual 01/01 a 31/12/2025	Consolidado 01/01 a 31/12/2025
Receitas		**4.521.253**	**5.015.749**
Receitas da intermediação financeira		4.847.324	5.091.234
Receitas de prestação de serviços	19.d	29.852	139.327
Rendas de tarifas bancárias		870	870
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(425.547)	(426.057)
Outras receitas		68.754	210.375
Despesas de intermediação financeira		**(3.392.207)**	**(3.597.684)**
Insumos adquiridos de terceiros	**19.f**	**(368.609)**	**(493.619)**
Materiais, energias e outros		(1.060)	(1.059)
Serviços de terceiros		(283.768)	(309.439)
Outros		(83.781)	(183.121)
Valor adicionado bruto		**760.437**	**924.446**
Depreciação e amortização	**19.f**	**(15.554)**	**(15.554)**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		**744.883**	**908.892**
Valor adicionado recebido em transferência		**132.485**	**27.155**
Resultado de equivalência patrimonial	11.a	132.485	27.155
Valor adicionado total a distribuir		**877.368**	**936.047**
Distribuição do valor adicionado		**877.368**	**936.047**
Remuneração do trabalho		258.310	277.287
Proventos	19.e	94.753	99.842
Benefícios e treinamento	19.e	22.014	22.405
Encargos sociais	19.e	23.781	26.089
FGTS		6.388	6.570
Participação nos lucros		111.374	122.381
Remuneração de governos		163.612	202.073
Federais	19.g	40.946	49.615
Municipais	19.g	2.586	10.132
Imposto de renda e contribuição social	20	120.080	142.326
Remuneração de capitais de terceiros		11.852	11.852
Aluguéis e arrendamento de bens	19.f	11.852	11.852
Remuneração de capitais próprios		443.594	444.835
Juros sobre o capital próprio/dividendos		153.966	153.966
Lucro Líquido retido		289.628	290.869

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento, câmbio e leasing.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As Demonstrações Financeiras Individuais do Pine, que incluem sua Agência de Grand Cayman e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine e Controladas, são apresentadas em Reais (R$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas de 31 de dezembro de 2025, na reunião realizada em 18 de fevereiro de 2026.

O Banco Pine adotou em 1º de janeiro de 2025 a Resolução CMN n° 4.966/21, que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros e optou por utilizar a faculdade de dispensa da apresentação dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores dessas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, conforme previsto no Art. 79 desta Resolução e com o Art. 102 da Resolução BCB nº 352/23.

a) Participação em controladas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas contemplam as operações do Pine, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico apresentadas conforme abaixo:

	Atividade	Participação % no capital total em 31/12/2025
Dependências no exterior		
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000
Subsidiárias		
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)	Consultoria	100,0000
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	100,0000
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Assessoria	99,9800
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	Imobiliária	100,0000
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Intermediação de Negócios	99,9800
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário (1)	Imobiliária	100,0000
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda. (1)	Imobiliária	100,0000
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	Comercialização de ativos ambientais	100,0000
Pine Holding S.A.	Holding de instituições não-financeiras	99,0000
Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda. (2)	Participação	100,0000

(1) Refere-se a investimentos mantidos para venda conforme descrito na Nota 3.p.

(2) Em Instrumento Particular de Constituição datado de 19 de setembro de 2025, foi deliberado sobre a constituição da Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda. e a subscrição de 1.000 quotas, totalizando R$1.

									31/12/2025
	Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)	Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	Pine Corretora de Seguros Ltda.	Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	Pine Holding S.A.
ATIVO									
Disponibilidades	2	-	2.132	1.290	484	-	2	-	160
Outros ativos financeiros	2.786	4.299	65.029	215.327	16.804	1.884	17.265	10	25.548
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	-	-	-	(517)	-	-	-	-	-
Investimento em participações em coligadas e controladas	1.576	-	-	-	-	-	13.846	-	7.054
Outros ativos	223	3.655	12.710	395.542	9.199	52.703	65.542	-	119.970
Total do ativo	**4.587**	**7.954**	**79.871**	**611.642**	**26.487**	**54.587**	**96.655**	**10**	**152.732**
PASSIVO									
Outros passivos	440	918	74.135	10.618	7.287	1.032	601	-	69.295
Total do passivo	**440**	**918**	**74.135**	**10.618**	**7.287**	**1.032**	**601**	**-**	**69.295**
Patrimônio líquido	**4.147**	**7.036**	**5.736**	**601.024**	**19.200**	**53.555**	**96.054**	**10**	**83.437**
Capital social	310	4.765	500	582.697	18.102	53.200	98.093	10	68.685
Reservas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	10.582
Reservas de Lucros	5.310	1.744	1.716	15.288	822	315	-	-	-
Lucro (Prejuízos) acumulados	(1.473)	527	3.520	3.039	276	40	(2.039)	-	4.170
Total do patrimônio líquido	**4.147**	**7.036**	**5.736**	**601.024**	**19.200**	**53.555**	**96.054**	**10**	**83.437**
Total do passivo e patrimônio líquido	**4.587**	**7.954**	**79.871**	**611.642**	**26.487**	**54.587**	**96.655**	**10**	**152.732**

As alterações societárias estão descritas na Nota Explicativa 11 - Investimentos.

b) Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros:

A Resolução CMN nº 5.185/24 do Comitê de Pronunciamento de Sustentabilidade – CBPS estabelece que, quanto à divulgação, como parte integrante das demonstrações financeiras, do relatório de informações financeiras relacionadas à Sustentabilidade – CBPS 01 e CBPS 02, sendo a obrigatoriedade de divulgação a partir do exercício de 2027, referente ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2026. O Banco Pine está avaliando os impactos para atendimento desta norma.

Resoluções CMN nº 5.100/2023 e 5.146/2024 – Alteram dispositivos da Resolução CMN nº 4.966/2021 estabelecendo novos critérios para contratos renegociados e a vigência para os requisitos aplicáveis à contabilidade de hedge para 1º de janeiro de 2027.

c) Resoluções do CMN que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025:

Instrumentos Financeiros

A partir de 01 de janeiro de 2025, passaram a vigorar as seguintes regulamentações: Resolução CMN nº 4.966/21, Resolução BCB nº 352/23, juntamente com as normas complementares correspondentes aplicáveis ao Banco.

Em novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a Resolução CMN nº 4.966/21, a qual introduz novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, a nova resolução substitui as resoluções e circulares do Bacen que direcionavam a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/03) e da provisão para devedores duvidosos (Resolução CMN nº 2.682/99), que estabelecia a base de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das instituições financeiras desde 1999.

A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que as instituições financeiras devem avaliar seus instrumentos financeiros e classificá-los e mensurá-los de acordo com os modelos de negócio estabelecidas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos, a resolução requer que as instituições mensurem sua provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes.

As Resoluções CMN nº 5.100/23 e BCB nº 352/23 foram emitidas, sendo complementares à CMN nº 4.966/21, e dispõem de diretrizes adicionais, principalmente em relação ao tratamento às seguintes matérias:

- Aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros;

- Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito;

- Mensuração de instrumentos financeiros;

- Evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras;

Notas Explicativas

- Reconhecimento de componentes imateriais na taxa efetiva de juros; e

- Apropriação de receita utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Hedge Accounting

Os requisitos de Hedge Accounting estabelecem a representação, nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, do efeito da gestão de riscos de uma instituição no que tange à utilização de instrumentos financeiros para gestão das exposições que afetam os resultados da entidade.

Ressalta-se que as operações de hedge devem ser reclassificadas a partir de 1º de janeiro de 2027 para as novas categorias descritas abaixo:

- Hedge de valor justo;

- Hedge de fluxo de caixa;

- Hedge de investimento líquido no exterior.

Renegociação e Reestruturação

Os requisitos estabelecem que para apuração do valor contábil dos saldos de operações de reestruturação de ativos financeiros, o mesmo deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento para que passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas.

Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. O Banco Pine optou por aderir à faculdade e apresenta os saldos reestruturados a partir do valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições renegociadas.

Plano de Contas (Cosif)

A Resolução BCB n° 426/23 a 433/23, 390/24 e 537/24 a 543/24 com vigência a partir de 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 16 de novembro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.467, com produção de efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025, que “dispõe sobre o novo tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil", exceto para as administradoras de consórcio e instituições de pagamento.

Transição

De acordo com o Artigo 94 da Resolução BCB nº 352/23, os princípios estabelecidos nesta resolução foram aplicados de forma prospectiva às demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir de 1º de janeiro de 2025. Portanto, os saldos referentes aos períodos findos de 2024 não foram ajustados e não requerem republicação, de modo que os efeitos da adoção inicial foram contabilizados no patrimônio líquido na conta de lucros acumulados em 1° de janeiro de 2025.

Os impactos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 trouxeram um aumento da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, registrados em contrapartida a lucros acumulados no patrimônio líquido no montante de R$171.404, líquido de impostos.

Arrendamento mercantil

Resolução CMN nº 4.975/21 – Com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devendo essas instituições observar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC 06 – R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulação específica. Conforme § 5º da referida Resolução, o Banco Pine adotou, de forma prospectiva, a aplicação da norma, para os contratos celebrados a partir de 1° janeiro de 2025.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas , e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis as instituições financeiras somente quando aprovadas pelo Bacen. Os pronunciamentos contábeis já aprovados são:

Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 00 (R2) - Pronunciamento conceitual básico
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos
Resolução CMN nº 4.524/16 – CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa
Resolução CMN nº 4.534/16 – CPC 04 (R1) - Ativo intangível
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas
Resolução CMN nº 4.975/21 – CPC 06 (R2) - Arrendamentos
Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações
Resolução CMN nº 4.924/21 – CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 24 - Eventos subsequentes
Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
Resolução CMN nº 4.535/16 – CPC 27 - Ativo imobilizado
Resolução CMN nº 4.747/19 – CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda
Resolução CMN nº 4.877/20 – CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados
Resolução CMN nº 4.818/20 – CPC 41 - Resultado por ação
Resolução CMN n° 4.924/21 – CPC 46 - Mensuração do valor justo
Resolução CMN n° 4.924/21 – CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificadas novas Resoluções, com impactos relevantes.

a) Consolidação

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, os saldos e os resultados das transações entre o Banco Pine e suas subsidiárias, cessões com coobrigação e securitização com lastro em operações de crédito do varejo e entidades de propósito específico foram eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não-controladores.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionam, independentemente de seu recebimento ou pagamento.

As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério pro rata temporis, substancialmente com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

e) Instrumentos Financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Banco Pine são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.966/21 e a BCB nº 352/23 e são classificados os ativos financeiros com base no modelo de negócios da instituição para gestão de ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixas desses ativos nas seguintes categorias:

I - na categoria custo amortizado, os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

a) o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e

b) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas;

Notas Explicativas

II - na categoria valor justo em outros resultados abrangentes, os ativos financeiros que atendam cumulativamente às seguintes condições:

a) o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e

b) os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas; e

III - na categoria valor justo no resultado, os demais ativos financeiros.

As operações de crédito e outras operações com característica de concessão de crédito devem ser classificadas na categoria custo amortizado, exceto as seguintes, que devem ser classificadas na categoria valor justo no resultado:

a) parte da carteira do segmento de varejo, em que a Administração definiu em modelo de negócios, com o objetivo de vender esses ativos financeiros, antes do vencimento contratual. Essa parte da carteira do segmento de varejo foi apurada através do histórico de cessões de operações de crédito do segmento de varejo.

Passivo Financeiro

Conforme previsto no Artigo 9º da Resolução CMN nº 4.966/21, a Companhia deve classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como "valor justo por meio do resultado" ou designado como tal, como abaixo:

• Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

• Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;

• Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;

• Garantia financeira: maior entre provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica;

• Contratos híbridos.

(iv) Taxa de Juros Efetiva (“TJE")

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro.

No Pine, para o cálculo da taxa efetiva de juros são considerados as receitas e custos de originação vinculados aos instrumentos operacionalizados, apropriados linearmente, conforme suas vigências.

Ativos e passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado, referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros. As operações de créditos originadas até 31 de dezembro de 2024, continuaram a ser reconhecidas pela taxa contratual, pela vigência dos respectivos contratos.

Hierarquia de valor justo

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- Nível 1 - mensurações à valor justo obtidas a partir de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados aplicações em cotas de fundos de investimentos com cotação disponível na Comissão de Valores Mobiliários e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores também são classificados no nível 1 da hierarquia.

- Nível 2 - mensurações obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Privados (com destaque na carteira de Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1 e por Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LFT, NTN-B e NTN-F). Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

- Nível 3 - mensurações são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Pine utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados determinados ativos financeiros de companhias de capital fechado, em situação de discussão judicial, classificados como ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e operações de crédito, que de acordo com o modelo de negócio são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado (VJR). Não existem derivativos classificados no nível 3.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Pine para apurar seu valor justo:

Categoria	Tipo de Ativo/Passivo	Técnicas de Valorização	Principais inputs
Derivativos lineares	Fra de Cupom	Preços de fechamento BMF	Taxa de Cupom Cambial de longo prazo
	Swap de inflação	Discounted cash flow	Taxa de Cupom Cambial de IGPM
	Swap de taxa de juros	Discounted cash flow	Taxa pré-fixadas cambial de longo prazo
Derivativos não Lineares	Opções de equities	Black&Scholes	Volatilidades implícitas de longo prazo
	Opções de inflação	Black&Scholes	Volatilidades implícitas de longo prazo IPCA
	Opções de juros	Black&Scholes	Volatilidades implícitas de longo prazo IDI
	Opções de moedas	Black&Scholes	Volatilidades implícitas de longo prazo USD/BRL
Demais Instrumentos Financeiros	Títulos Privados	Discounted cash flow	Taxas de desconto ("Yields")
	Títulos Públicos	Discounted cash flow	Curva futura de DI e PU ANBIMA
	Empréstimos e adiantamento de clientes (VJR)	Discounted cash flow	Taxas de desconto ("Yields")

	Individual			
	31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	492.331	7.881.867	2.699.950	11.074.148
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	505	1.879.918	182.744	2.063.167
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	2.245.844	-	2.245.844

	Consolidado			
	31/12/2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	578.626	6.887.635	2.699.950	10.166.211
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	505	1.879.918	182.744	2.063.167
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	2.245.844	-	2.245.844

Movimentação de Valor Justo de Nível 3

	Individual e Consolidado		
	Valor Justo em 01/01/2025	Adições, liquidações, ganhos/perdas e outras movimentações	Valor Justo em 31/12/2025
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	1.917.397	782.553	2.699.950
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	90.385	92.359	182.744

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

f) Valor justo dos instrumentos financeiros

	31/12/2025	
	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos		
Aplicações Interfinanceiras de liquidez [(i)]	865.221	865.221
Títulos e valores mobiliários [(ii)]	5.371.116	5.778.543
Operações de crédito [(iii)]	10.735.246	10.054.531
Outros créditos [(iii)]	291.996	291.996
Total de ativos financeiros	**17.263.579**	**16.990.291**
Passivos		
Depósitos à vista [(iv)]	81.919	81.919
Depósitos interfinanceiros [(iv)]	527.540	538.430
Depósitos a prazo [(v)]	14.780.548	14.911.580
Captação no mercado aberto [(ii)]	4.681.536	4.681.536
Recursos de aceites e emissão de títulos [(v)]	4.756.864	4.837.331
Obrigação por empréstimos e repasses [(v)]	197.494	197.494
Dívida subordinada [(v)]	1.047.668	773.274
Total de passivos financeiros	**26.073.569**	**26.021.564**

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

(i) O valor justo das aplicações interfinanceiras de liquidez se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

(ii) O valor justo dos títulos e valores mobiliários e captação no mercado aberto reflete o seu valor contábil, exceto os títulos classificados na categoria "custo amortizado".

(iii) Operações de crédito e outros ativos financeiros são mensurados líquidos da provisão para riscos de perda de crédito. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.

(iv) O valor justo estimado dos depósitos à vista e interfinanceiros se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

(v) O valor justo estimado dos depósitos a prazo e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares.

g) Renegociações e Reestruturações

Conforme Resolução BCB nº 352/23, são classificados como renegociação e restruturação conforme abaixo:

Renegociação: acordo que implique alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original;

Restruturação: renegociação que implique concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração;

O Banco possui mecanismos e controles para monitoramento de alterações nas condições originalmente pactuadas, por ativo financeiro. Uma avaliação deve ser realizada para determinar se os termos do novo contrato são substancialmente diferentes dos termos do acordo existente. Esta avaliação considera tanto a mudança nos fluxos de caixa decorrente dos termos renegociados como a mudança no perfil de risco do instrumento.

No caso de reestruturação de ativos financeiros, o valor contábil bruto do instrumento deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento para que passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas.

O Pine desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem reestruturados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação.

A nova operação reconhecida é classificada no mesmo estágio na qual a operação anterior estava classificada, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. O Banco optou por aderir a faculdade e apresenta os saldos reestruturados conforme as condições renegociadas.

h) Desreconhecimento de ativos financeiros

Conforme determinado pela Resolução CMN nº 4.966/21, a baixa de um ativo financeiro se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro. O desreconhecimento ocorre quando não há mais expectativa de recuperação.

A venda ou a transferência de um ativo financeiro deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;

- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC); e

- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

- Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

i) Provisão para perda esperada

(i) Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas:

Conforme a Resolução CMN nº 4.966/21 do Banco Central, é definido a utilização da metodologia de perda esperada completa para as instituições enquadradas no Segmento 1 (S1) à Segmento 3 (S3), conforme regulamentação vigente, ou integrantes de conglomerado prudencial enquadrado nesses segmentos. Devido ao Banco Pine estar classificado como S3, é necessário a adoção da metodologia completa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, é realizada sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência.

O Pine registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para as garantias financeiras, que nesta seção serão todos considerados como “instrumentos financeiros sujeitos à perdas esperadas”.

A provisão para perda esperada é baseada na expectativa de perdas para 12 meses quando não há aumento significativo de risco, deste modo, mensurado no estágio 1. A provisão para perda esperada baseada na expectativa de perdas de crédito ao longo da vida útil do ativo é mensurada para os estágios 2 e 3.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas.

O Pine estabelece uma revisão periódica para avaliar e monitorar o aumento significativo de riscos desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro.

Notas Explicativas

Baseado no processo acima, o Pine distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Pine reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Pine registra uma provisão para PE Vida. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. O Banco registra uma provisão para PE Vida ou Mínimos da Resolução 352/23, o que for o maior. Operações com atraso superior a 30 dias e até 90 dias ou classificadas como ativo problemático, conforme indicadores qualitativos de deterioração na qualidade de crédito, como reestruturação ou processo de recuperação judicial.

Cálculo das perdas esperadas

O Pine calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos por outra entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

O modelo de perda de crédito esperada está baseado na constituição de cenários de perda considerando as características dos produtos e seus estágios para os índices de PD (Probabilidade de inadimplência), LGD (Perda dada inadimplência) e EAD (Exposição no caso de inadimplência). A mensuração da perda esperada se realiza através do cálculo utilizando-se esses parâmetros, podendo haver distinções em casos de instrumentos com limites a consumir e instrumentos parcelados. Para a estimativa dos parâmetros mencionados acima, o Pine tem aplicado a sua experiência no desenvolvimento de modelos internos para o cálculo dos parâmetros tanto para fins do ambiente regulatório, quanto para gestão interna.

O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o Pine tenha o direito legal de liquidar antecipadamente.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

Estágio 1: O Pine calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada descontada a valor presente.

Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Pine reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs e LGDs são estimadas ao longo da vida do instrumento. A expectativa de insuficiência de caixa é descontada a valor presente.

Estágio 3: para operações consideradas com problemas de recuperação, o Pine reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizada para as operações do Estágio 2, no entanto a PD determinada em 100%.

Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o Pine estima a parcela do limite concedido que será utilizado ao longo de sua vida. A PE é então baseada no valor presente da insuficiência de fluxos de caixa se o limite for utilizado. A insuficiência de caixa esperada é descontada a valor presente.

(ii) Instrumentos de dívida mensurados ao VJORA

A PE de instrumentos de dívida mensurados ao VJORA não reduz o valor contábil desses ativos financeiros, que permanecem ao valor justo. Ao invés disso, o valor da PE é reconhecido em outros resultados abrangentes tendo como contrapartida o resultado. A perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é transferida para o resultado no momento do desreconhecimento dos ativos.

(iii) Garantias financeiras prestadas (avais e fianças)

A insuficiência de caixa das garantias prestadas é a diferença entre (i) os desembolsos esperados para reembolsar o beneficiário da garantia, com o propósito de cobrir a sua perda de crédito incorrida (valor garantido) e (ii) qualquer valor que a entidade espera recuperar junto ao solicitante da garantia financeira, que normalmente é um de seus clientes (valor passível de recuperação).

(iv) Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o Banco utiliza uma série de informações macroeconômicas prospectivas, como:

- PIB;

- CDI.

O Pine realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrências estão sujeitas a estimativas e portanto podem sofrer variações, contudo o Pine considera que essas projeções representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

(v) Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (low default portfolio – LDP)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o Pine utiliza suas classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O Pine pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o Pine considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais e os títulos privados, classificados como investment grade pelas agências de rating na visão local.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, a Resolução nº 4.966 determina que não é necessário avaliar se houve ou não aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que essas operações serão inicialmente alocadas no Estágio 1 (PE para 12 meses) e se, porventura, vierem a apresentar inadimplência, serão migradas automaticamente para o estágio 3, onde as perdas esperadas serão reconhecidas pela vida do contrato (PE Vida).

j) Instrumentos Financeiros Derivativos

De acordo com a Resolução 4.966/21, os instrumentos financeiros derivativos, ou seja, cujo valor varia em decorrência de mudanças em determinada taxa de juros, preço de outro instrumento financeiro, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de bolsa de valores, índice de preço, índice ou classificação de crédito, e que não requer investimento líquido inicial ou o investimento líquido inicial é pequeno em relação ao valor do contrato e cuja liquidação ocorrerá em data futura.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com o modelo de negócios do Pine, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como hedge de acordo com sua natureza:

- Hedge de risco de mercado - os ativos e passivos financeiros objetos de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período;

- Hedge de fluxo de caixa - os ativos e passivos financeiros objeto de hedge e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial". A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de hedge contábil estabelecidos pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período.

k) Ativos não financeiros mantidos para venda

Outros valores e bens referem-se, principalmente, ativos não financeiros mantidos para venda, compostos basicamente por imóveis recebidos em dação de pagamento. Os ativos não financeiros mantidos para venda são geralmente registrados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados, avaliando eventual redução de seu valor recuperável periodicamente (nota 3.m). O Pine considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, bem como avaliações internas a partir de premissas estabelecidas pela Administração.

l) Despesas antecipadas

São controladas por contrato e contabilizadas na rubrica de "Despesas antecipadas". A apropriação dessa despesa ao resultado do período é efetuada de acordo com o prazo de vigência dos contratos e registrada na rubrica “Outras despesas administrativas”.

m) Outros ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização.

Notas Explicativas

n) Investimento em participações em coligadas e controladas, Imobilizado de uso e Intangível

É demonstrado ao custo, combinado com os seguintes aspectos:

- A participação em controladas e coligadas é avaliada pelo método da equivalência patrimonial;

- A participação em não controladas é avaliada pelo método de custo;

- Os bens do ativo imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens; e

- O ativo intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

o) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto os créditos tributários são revistos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment.

p) Investimentos mantidos para venda

As participações societárias detidas pelo Banco na Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. e Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda., estão apresentados como investimentos mantidos para venda, considerando o modelo de negócios determinado pela administração do Banco em relação a essas empresas, aprovado pelo Conselho de Administração. Espera-se que até março de 2028 se conclua a transação de venda. Os ativos e passivos dessas empresas estão apresentados na nota 2. Esses investimentos mantidos para venda estão registrados pelo menor valor entre o seu valor justo e seu valor de custo no momento desta classificação.

q) Operações compromissadas

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) a preço fixo são reconhecidas no Balanço Patrimonial como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob as rubricas "Aplicações interfinanceiras de liquidez" e "Captações no mercado aberto".

r) Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

s) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, e Carta-Circular Bacen nº 3.429/10, revogada pela Instrução Normativa n° 319/22 a partir de 1° de janeiro de 2023, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Contingências passivas: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas. A determinação da provisão necessária para essas contingências é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas as contingências para aquelas ações que julgamos como provável a probabilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação. As ações que julgamos como possíveis a probabilidade de perda não são provisionadas, havendo apenas a divulgação das ações relevantes e, para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida divulgação. Os processos são avaliados de forma recorrente e a probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento, entre eles a perda histórica, incluindo quando necessário, o apoio de assessores jurídicos; e

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade. Os processos são avaliados de forma recorrente e a probabilidade de perda envolve elevado nível de julgamento, entre eles a perda histórica, incluindo quando necessário, o apoio de assessores jurídicos.

No caso da ocorrência de decisões favoráveis ao Pine com trânsito em julgado, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

t) Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R$240 (no exercício), e contribuição social 20%.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre o prejuízo fiscal, base negativa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota explicativa 10.d, está baseada em projeções de resultados para os próximos 10 anos e fundamentada em estudo técnico que inclui julgamentos e premissas.

u) Participações sobre o lucro no semestre/exercício

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelado e homologado pelo PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de “Participações sobre o lucro no exercício" pelo período de competência.

v) Lucro líquido por ação

Lucro básico por ação

O resultado básico por ação deve ser calculado dividindo-se o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos titulares de ações da companhia, o numerador, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, o denominador, durante o período.

Lucro diluído por ação

Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a companhia deve ajustar o lucro ou o prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias, o capital próprio ordinário, da companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas, em circulação, para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

Os resultados básico e diluído por ação são iguais e são apresentados de maneira unificada, com a segregação entre ações ordinárias e preferenciais, na Demonstração do Resultado e está indicado como “Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação em Número Médio Ponderado de Ações”.

w) Uso de estimativas

A preparação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas requer que o Pine efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas e outras transações, tais como valor justo de ativos financeiros e derivativos e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; determinação de prazo para realização dos créditos tributários; constituição e reversão de provisões para passivos contingentes; valor de mercado de ativos não financeiros mantidos para a venda; e classificação de ativos financeiros mantidos até o vencimento. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

x) Alterações na Forma de Dedutibilidade Fiscal de Perdas

A lei 14.467/22, publicada em 17 de novembro de 2022, altera as regras relacionadas a dedução das perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (a lei 9.430/96 deixa de ser aplicável às Instituições Financeiras a partir de 01 de janeiro de 2025). Tais alterações tiveram como objetivo a aproximação das normas tributária e contábil, com vistas aprimorar a divulgação dos ativos fiscais diferidos registrados nos balanços das instituições financeiras.

Regras para dedutibilidade de operações inadimplidas:

- O atraso para considerar a operação como inadimplida e passível de dedutibilidade fiscal será de 90 dias em relação ao pagamento do principal ou de encargos, independentemente da data da contratação;

- O valor da perda dedutível deverá ser apurado mensalmente, limitado ao valor total do crédito, seguindo as seguintes regras:

Aplicação do fator "A" sobre o valor total do crédito a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida;

Mais o valor resultante da aplicação do fator "B" multiplicado pelo número de meses de atraso, a partir do mês em que a operação foi considerada inadimplida, sobre o valor total do crédito;

Menos os montantes já deduzidos em períodos de apuração anteriores.

Notas Explicativas

Encargos financeiros dos créditos: Deverão ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL os encargos financeiros sobre as perdas incorridas no recebimento de créditos e reconhecidos contabilmente como receitas de operações inadimplidas ou após a data da decretação da falência ou do deferimento da recuperação judicial do devedor. No período em que se tornarem disponíveis para a pessoa jurídica, para os fins legais, deverão ser adicionados.

Recuperação de Créditos: Deverão ser computados na base de cálculo do IRPJ e da CSLL o montante dos créditos deduzidos que tenham sido recuperados, em qualquer época ou a qualquer título, inclusive nos casos de novação da dívida ou do arresto dos bens recebidos em garantia real. Conforme diretrizes estabelecidas na Lei 14.467/22, caberá a Companhia realizar a dedução na razão de 1/84 para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026, referente as diferenças temporárias relacionadas a perdas de operações de crédito adicionadas à base do lucro real até dezembro/24 ainda não deduzidas, acrescidos dos créditos indedutíveis a depender da base tributável de 2025.

Perdas não dedutíveis: Ampliou o conceito para controladores, seja PJ ou PF; diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais (inclui cônjuge, companheiro e parentes, ou afins, até o segundo grau, quando PF); PF com participação societária, direta ou indireta, no capital do credor igual a 15% ou mais das ações ou quotas em seu capital; PJ controladas, coligadas, sobre as quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária, ou possuam diretor ou membro de conselho de administração em comum; adicionalmente, proibiu a dedução de créditos nas operações com residentes ou domiciliados no exterior.

Os efeitos e expectativa de realização do crédito tributário estão apresentados na nota explicativa nº 10.d.

y) Resultado não recorrente

A Resolução BCB n° 2/20 estabeleceu que considera-se resultado não recorrente, o resultado que:

I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado não recorrente do Pine, está evidenciado na Nota 26.d, de forma segregada.

z) Eventos subsequentes

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações e são compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Os eventos subsequentes estão evidenciados na Nota 27.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Individual	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Disponibilidades [1]	38.696	89.895
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5) [2]	567.278	567.278
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	**605.974**	**657.173**

(1) Em 31 de dezembro de 2025, referem-se, substancialmente, a depósitos no exterior em moedas estrangeiras.

(2) Em 31 de dezembro de 2025, referem-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações interfinanceiras de liquidez são ativos financeiros mensurados ao valor justo compostos conforme abaixo:

	Individual e Consolidado		
	31/12/2025		
Papel/Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Total
Aplicações em operações compromissadas			
LTN - Letras do Tesouro Nacional	200.110	-	200.110
NTN - Notas do Tesouro Nacional	321.499	-	321.499
Total de aplicações em operações compromissadas	**521.609**	**-**	**521.609**
Aplicações em depósitos interfinanceiros			
Certificados de depósitos interfinanceiros - CDI Pós	-	10.091	10.091
Depósitos vinculados ao Crédito Rural	-	287.852	287.852
Total de aplicações em depósitos interfinanceiros	**-**	**297.943**	**297.943**
Aplicações em moedas estrangeiras			
Aplicações em moedas estrangeiras	45.669	-	45.669
Total de aplicações em moedas estrangeiras	**45.669**	**-**	**45.669**
Total de aplicações interfinanceiras de liquidez	**567.278**	**297.943**	**865.221**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

BANCO PINE

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2025 a carteira de títulos e valores mobiliários são compostas conforme abaixo:

	Individual										
	31/12/2025										
	Valor de Mercado/Contábil									Total	
	Vencidos	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Ativos financeiros mensurados ao VJR [1]											
Títulos públicos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.114.684**	**3.173.001**	**-**	**4.287.685**	**4.165.702**	**121.983**
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	1.114.684	3.173.001	-	4.287.685	4.165.702	121.983
Títulos privados	**-**	**691**	**-**	**-**	**-**	**694.879**	**1.643.379**	**491.640**	**2.830.589**	**2.830.589**	**-**
Ações de companhias abertas	-	691	-	-	-	-	-	-	691	691	-
Cotas de fundo de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	491.640	491.640	491.640	-
Debêntures [2]	-	-	-	-	-	694.879	1.643.379	-	2.338.258	2.338.258	-
Total de ativos financeiros mensurados ao VJR	**-**	**691**	**-**	**-**	**-**	**1.809.563**	**4.816.380**	**491.640**	**7.118.274**	**6.996.291**	**121.983**
Ativos financeiros mensurados ao VJORA											
Títulos públicos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**505**	**-**	**-**	**505**	**503**	**2**
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	505	-	-	505	503	2
Títulos privados	**51.706**	**-**	**15.412**	**256.986**	**966.989**	**692.169**	**26.980**	**52.420**	**2.062.662**	**2.062.733**	**(71)**
Eurobonds	-	-	-	3.608	-	-	-	-	3.608	3.679	(71)
Debêntures [3] [4]	-	-	5.517	124.807	655.341	47.436	2.402	52.420	887.923	887.923	-
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	14.478	-	7.930	-	22.408	22.408	-
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	31.805	27.752	16.648	-	76.205	76.205	-
Cédula do Produto Rural [4]	51.706	-	9.895	128.571	265.365	616.981	-	-	1.072.518	1.072.518	-
Total de ativos financeiros mensurados ao VJORA	**51.706**	**-**	**15.412**	**256.986**	**966.989**	**692.674**	**26.980**	**52.420**	**2.063.167**	**2.063.236**	**(69)**
Ativos financeiros mensurados ao CA											
Títulos públicos	**-**	**-**	**-**	**2.669.503**	**259.748**	**543.562**	**-**	**-**	**3.472.813**	**3.472.813**	**-**
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	2.669.503	259.748	543.562	-	-	3.472.813	3.472.813	-
Títulos privados	**96.609**	**-**	**590.335**	**369.130**	**352.943**	**896.713**	**-**	**-**	**2.305.730**	**2.305.730**	**-**
Cédula do Produto Rural [4]	-	-	23.236	23.803	77.890	170.640	-	-	295.569	295.569	-
Nota comercial [4]	96.609	-	567.099	345.327	275.053	726.073	-	-	2.010.161	2.010.161	-
Total de ativos financeiros mensurados ao CA	**96.609**	**-**	**590.335**	**3.038.633**	**612.691**	**1.440.275**	**-**	**-**	**5.778.543**	**5.778.543**	**-**
Total de títulos e valores mobiliários	**148.315**	**691**	**605.747**	**3.295.619**	**1.579.680**	**3.942.512**	**4.843.360**	**544.060**	**14.959.984**	**14.838.070**	**121.914**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

	Consolidado										
	31/12/2025										
	Valor de Mercado/Contábil									Total	
	Vencidos	Sem Vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total	Valor de Curva	Marcação a Mercado
Ativos financeiros mensurados ao VJR (1)											
Títulos públicos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.114.684**	**3.173.001**	**-**	**4.287.685**	**4.165.702**	**121.983**
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	-	-	1.114.684	3.173.001	-	4.287.685	4.165.702	121.983
Títulos privados	**-**	**691**	**-**	**-**	**10.309**	**694.879**	**649.147**	**567.626**	**1.922.652**	**1.922.652**	**-**
Ações de companhias abertas	-	691	-	-	-	-	-	-	691	691	-
Cotas de fundo de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	567.626	567.626	567.626	-
Debêntures (2)	-	-	-	-	-	694.879	649.147	-	1.344.026	1.344.026	-
CDB - certificados de depósitos bancários	-	-	-	-	10.309	-	-	-	10.309	10.309	-
Total de ativos financeiros mensurados ao VJR	**-**	**691**	**-**	**-**	**10.309**	**1.809.563**	**3.822.148**	**567.626**	**6.210.337**	**6.088.354**	**121.983**
Ativos financeiros mensurados ao VJORA											
Títulos públicos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**505**	**-**	**-**	**505**	**503**	**2**
LFT - Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	-	505	-	-	505	503	2
Títulos privados	**51.706**	**-**	**15.412**	**256.986**	**966.989**	**692.169**	**26.980**	**52.420**	**2.062.662**	**2.062.733**	**(71)**
Eurobonds	-	-	-	3.608	-	-	-	-	3.608	3.679	(71)
Debêntures (3) (4)	-	-	5.517	124.807	655.341	47.436	2.402	52.420	887.923	887.923	-
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	14.478	-	7.930	-	22.408	22.408	-
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	31.805	27.752	16.648	-	76.205	76.205	-
Cédula do Produto Rural (4)	51.706	-	9.895	128.571	265.365	616.981	-	-	1.072.518	1.072.518	-
Total de ativos financeiros mensurados ao VJORA	**51.706**	**-**	**15.412**	**256.986**	**966.989**	**692.674**	**26.980**	**52.420**	**2.063.167**	**2.063.236**	**(69)**
Ativos financeiros mensurados ao CA											
Títulos públicos	**-**	**-**	**-**	**2.669.503**	**259.748**	**543.562**	**-**	**-**	**3.472.813**	**3.472.813**	**-**
NTN - Notas do tesouro nacional	-	-	-	2.669.503	259.748	543.562	-	-	3.472.813	3.472.813	-
Títulos privados	**96.609**	**-**	**590.335**	**369.130**	**352.943**	**896.713**	**-**	**-**	**2.305.730**	**2.305.730**	**-**
Cédula do Produto Rural (4)	-	-	23.236	23.803	77.890	170.640	-	-	295.569	295.569	-
Nota comercial (4)	96.609	-	567.099	345.327	275.053	726.073	-	-	2.010.161	2.010.161	-
Total de ativos financeiros mensurados ao CA	**96.609**	**-**	**590.335**	**3.038.633**	**612.691**	**1.440.275**	**-**	**-**	**5.778.543**	**5.778.543**	**-**
Total de títulos e valores mobiliários	**148.315**	**691**	**605.747**	**3.295.619**	**1.589.989**	**3.942.512**	**3.849.128**	**620.046**	**14.052.047**	**13.930.133**	**121.914**

(1) Os títulos classificados na categoria "VJR" estão demonstrados pelo prazo do título, porém possuem característica de curto prazo.

(2) A Resolução CMN nº 4.966/21, estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco Pine estruturou nova cessão de crédito do segmento varejo, com coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R$994.232 foi eliminado para fins de consolidação da Demonstração Financeira em contrapartida a rúbrica de 'Outros passivos'.

(3) Em 31 de dezembro de 2025, inclui debêntures classificadas com prazo de vencimento entre 3 a 12 meses e acima de 15 anos, no montante de R$57.937, que tiveram declaração de vencimento antecipado, conforme consta Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 22 de setembro de 2023. Esses títulos privados possuem provisão de R$46.350.

(4) As perdas esperadas associadas ao risco de crédito estão evidênciadas na nota explicativa nº 8.a.

Atendendo ao disposto da Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco Pine possui capacidade financeira e como estratégia de negócio coletar fluxos de caixas de principal e juros, portanto classificados como custo amortizado.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve reclassificação entre categorias.

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários registrados na categoria 'VJORA' e 'VJR' foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2025, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão e pelas Agências Internacionais de Informações, quando disponíveis ou por metodologia própria que considera a utilização mais ampla possível de dados observáveis. Em 31 de dezembro de 2025, a marcação a mercado dos títulos registrados na categoria “títulos mensurados a VJORA” possui um ajuste negativo acumulado no montante de R$83 no Individual e no Consolidado, registrados no patrimônio líquido do Banco Pine, líquidos dos efeitos tributários. A marcação a mercado dos títulos registrados na categoria “títulos mensurados a VJR” resultou em um ajuste positivo no montante de R$121.983 no Individual e no Consolidado, registrados no resultado.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas (Despesas) de operações com títulos de renda fixa	967.971	2.058.313	956.780	2.011.335
Receitas (Despesas) de operações com títulos de renda variável	344	324	344	324
Instrumentos patrimoniais - fundos	26.611	53.987	39.505	66.881
Total	**994.926**	**2.112.624**	**996.629**	**2.078.540**

c) Instrumentos financeiros derivativos

i) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para gerenciamento dos riscos de mercado dos seus balanços, resultantes de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Para atender esta demanda o Pine oferece alternativas de mitigação de riscos de mercado aos seus clientes, através de instrumentos adequados.

ii) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Crédito e Cenários de stress. Com base nessas informações, as Mesas de Tesouraria providenciam os instrumentos financeiros derivativos necessários, em conformidade com a política de riscos de mercado e de crédito, previamente definidas pelo Pine. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites considera, dentre outras variáveis, os potenciais cenários de stress dos ativos objetos.

O conhecimento do cliente, a avaliação do setor em que atua, seu perfil de apetite a riscos, acompanhada da prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela Instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swap com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres, incluindo operações de balcão, de menor relevância, em relação ao total das exposições do Pine.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

iii) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, *Intercontinental Exchange - ICE* e *Bloomberg*. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

iv) Valores registrados em contas patrimoniais e de compensação, segregados nas categorias indexador, contraparte, local de negociação, valores de referência, faixas de vencimento, valores de custo e de mercado

Em 31 de dezembro de 2025, as posições dos instrumentos financeiros derivativos são as seguintes:

	Individual e Consolidado 31/12/2025		
Instrumentos financeiros derivativos	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
ATIVO			
Swap - diferencial a receber	999.256	131.664	1.130.920
Contratos a termo - a receber	60.187	2.833	63.020
Prêmios de opções a exercer	18.978	1.360	20.338
Câmbio comprado a liquidar	1.445	-	1.445
Direito sobre vendas de câmbio	860	-	860
Futuros	25.380	13.961	39.341
Total a receber	**1.106.106**	**149.818**	**1.255.924**
PASSIVO			
Swap - diferencial a pagar	(2.139.166)	(12.965)	(2.152.131)
Contratos a termo - a pagar	(26.679)	(18.432)	(45.111)
Prêmios de opções lançadas	(1.709)	(4.216)	(5.925)
Câmbio vendido a liquidar	(464)	-	(464)
Obrigações por compra de vendas de câmbio	(2.110)	-	(2.110)
Futuros	(27.820)	(12.283)	(40.103)
Total a pagar	**(2.197.948)**	**(47.896)**	**(2.245.844)**
Valor líquido	**(1.091.842)**	**101.922**	**(989.920)**

v) Instrumentos financeiros derivativos por indexador

	Individual e Consolidado 31/12/2025			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Swap				
Risco de mercado				
Posição ativa:	**5.314.175**	**1.129.431**	**-**	
Juros	4.718.177	1.104.503	-	
Moeda	595.998	24.928	-	
Posição passiva:	**5.314.175**	**-**	**(2.152.131)**	
Juros	4.290.079	-	(2.152.064)	
Moeda	1.024.096	-	(67)	
Valor líquido		**1.129.431**	**(2.152.131)**	**(435.554)**
Fluxo de Caixa				
Posição ativa:	**30.000**	**1.489**	**-**	
Juros	15.000	1.179	-	
Moeda	15.000	310	-	
Valor líquido		**1.489**	**-**	**-**
Valor líquido de *Swap*		**1.130.920**	**(2.152.131)**	**(435.554)**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

	Individual e Consolidado 31/12/2025			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Contratos a termo				
Posição ativa:	**5.318.285**	**63.020**	**-**	
Juros	3.056.860	41.848	-	
Moeda	2.194.475	20.929	-	
Commodities	66.950	243	-	
Posição passiva:	**5.318.285**	**-**	**(45.111)**	
Juros	2.261.426	-	(38.858)	
Moeda	3.025.161	-	(3.585)	
Commodities	31.698	-	(2.668)	
Valor líquido		**63.020**	**(45.111)**	**(215.397)**
Opções				
Prêmios de opções a exercer	**1.391.460**	**20.338**	**-**	
Juros	998.400	32	-	
Moeda	389.010	1.497	-	
Commodities	4.050	18.809	-	
Prêmios de opções lançadas	**1.883.900**	**-**	**(5.925)**	
Juros	998.400	-	-	
Moeda	885.500	-	(5.914)	
Commodities	-	-	(11)	
Valor líquido		**20.338**	**(5.925)**	**36.787**
Câmbio				
Ativo	**-**	**2.305**	**-**	
Câmbio comprado a liquidar	-	1.445	-	
Direito sobre vendas de câmbio	-	860	-	
Passivo	**-**	**-**	**(2.574)**	
Câmbio vendido a liquidar	-	-	(464)	
Obrigações por compra de vendas de câmbio	-	-	(2.110)	
Valor líquido		**2.305**	**(2.574)**	**(5.314)**
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		**1.216.583**	**(2.205.741)**	**(619.478)**

vi) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	Individual e Consolidado 31/12/2025			
	Valor de Referência		Ajuste diário a Receber (pagar)	Resultado
	Compra	Venda		
Mercado interfinanceiro [1]	14.121.711	13.236.393	(70.345)	
Moeda	877.713	-	(3.880)	
Cupom de IPCA	3.264.540	-	3.689	
Cupom cambial futuro	12.544	2.043.142	23.168	
Commodities	118.848	280.539	(137)	
Total	**18.395.356**	**15.560.074**	**(47.505)**	**331.434**

(1) Em 31 de dezembro de 2025, contém Instrumento de Hedge com Futuros - DI (Nota 6.c.xa).

vii) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

	Individual e Consolidado 31/12/2025					
Valor de referência - Compensação	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Swap	2.531.694	438.527	512.032	852.313	1.009.609	5.344.175
Contratos a termo	4.044.451	718.509	555.325	-	-	5.318.285
Opções	314.500	2.071.110	889.750	-	-	3.275.360
Futuros	1.750.034	884.746	3.159.752	644.024	27.516.874	33.955.430
Total	**8.640.679**	**4.112.892**	**5.116.859**	**1.496.337**	**28.526.483**	**47.893.250**

viii) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 31 de dezembro de 2025, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujos valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas conforme abaixo:

	Individual e Consolidado 31/12/2025			
Custodiante	*Swaps*	Contratos a termo	Opções	Futuros
Bolsa	**-**	**-**	**-**	**33.955.430**
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	-	33.575.399
Bolsas no exterior	-	-	-	380.031
Balcão	**5.344.175**	**5.318.285**	**3.275.360**	**-**
Instituições Financeiras	1.009.608	1.661.670	-	-
Empresas	4.334.567	3.656.615	3.275.360	-
Total	**5.344.175**	**5.318.285**	**3.275.360**	**33.955.430**

ix) Valor e tipo de margem dados em garantia

O montante de margem depositado em garantia para operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 tem a seguinte composição:

	Individual e Consolidado Valor de Mercado 31/12/2025
Título	
NTN - Nota do tesouro nacional	1.541.038
Total	**1.541.038**

x) *Hedge* Accounting

x.a) *Hedge* de Risco de Mercado

É realizada avaliação da efetividade dos relacionamentos de hedge tanto na data de designação inicial quanto de forma contínua ao longo de sua vigência, com o objetivo de assegurar que os instrumentos de hedge sejam altamente eficazes na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de hedge. A efetividade é mensurada por meio da comparação entre as variações acumuladas do instrumento de hedge e do item protegido, considerando-se que o hedge é considerado efetivo quando os resultados observados permanecem dentro da faixa de 80% a 125%, conforme os critérios estabelecidos na política contábil do banco. Os testes de efetividade são aplicados para todas as operações integrantes da carteira de hedge accounting, garantindo a consistência e aderência às exigências normativas vigentes. A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular Bacen nº 3.082/02.

***Hedge* da carteira de captação - CDB, LCA, LFS e LF:** O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições das captações (i) CDBs e LCAs: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixados ao CDI; (ii) CDBs: pré-pós fixados ao IPCA e (iii) LFs e LF: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixadas ao CDI, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros e inflação.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

***Hedge* da carteira de operação de crédito – empréstimos (varejo):** O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições da carteira de empréstimos INSS, INSS GDF, FGTS, Crédito Privado e SIAPE pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

	Individual e Consolidado			
	31/12/2025			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de *Hedge*				
Futuros (DI)	3.613.360	3.613.360	3.613.360	-
Futuros (DAP)	4.754.844	4.754.844	4.754.844	-
Total	**8.368.204**	**8.368.204**	**8.368.204**	**-**
Objeto de *Hedge*				
Captações CDB	6.144.643	8.205.319	7.916.292	(289.027)
Captações LCA	5.986	7.439	7.286	(153)
Captações LCI	48.218	61.465	60.601	(864)
Captações LF	80.965	88.996	88.389	(607)
Captações LFS	191.488	237.839	208.471	(29.368)
Total	**6.471.300**	**8.601.058**	**8.281.039**	**(320.019)**
Instrumento de *Hedge*				
Futuros (DI)	7.135.610	7.135.610	7.135.610	-
Total	**7.135.610**	**7.135.610**	**7.135.610**	**-**
Objeto de *Hedge*				
Consignado INSS	4.241.092	4.241.092	4.174.294	(66.799)
Consignado INSS GDF	131.678	131.678	127.140	(4.537)
Consignado FGTS	633.026	633.026	621.730	(11.295)
Crédito Privado	1.600.818	1.600.818	1.599.526	(1.292)
SIAPE	142.558	142.558	142.955	397
Total	**6.749.172**	**6.749.172**	**6.665.645**	**(83.527)**

7. CARTEIRA DE CRÉDITO, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2025, as informações da carteira de operações de crédito expandida, estão sumarizadas conforme abaixo:

a) Carteira de crédito por tipo de operação

Descrição	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Capital de giro	1.263.173	1.263.173
Conta corrente garantida	34.836	34.836
Financiamentos	273.400	273.400
Financiamento em moeda estrangeira	281.595	281.595
Títulos descontados	356.921	356.921
Adiantamento sobre contratos de câmbio	202.318	202.318
Empréstimo FGTS (1)	582.369	582.369
Consignado	8.949.271	8.949.271
Subtotal de operações de crédito	**11.943.883**	**11.943.883**
Devedores por compra de valores e bens (2)	204.839	424.095
Avais e fianças honradas	39.338	39.338
Carteira de crédito	**12.188.060**	**12.407.316**
Créditos abertos para importação	49.978	49.978
Garantias prestadas	562.973	562.973
Garantias prestadas e responsabilidades	**612.951**	**612.951**
Títulos de crédito a receber	32.936	32.936
Títulos privados (3)	7.083.469	6.165.223
Títulos com risco de crédito	**7.116.405**	**6.198.159**
Total carteira expandida	**19.917.416**	**19.218.426**
(+/-) Ajuste ao valor justo (4)	**335.564**	**335.564**
Total carteira expandida ajustada ao valor justo	**20.252.980**	**19.553.990**
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito	475.034	475.034
Carteira expandida ajustada pelo prêmio pago na aquisição de crédito (Adequação Res. n° 4.966/21)	**20.728.014**	**20.029.024**

(1) Contemplam contratos que são objeto de hedge de risco de mercado.

(2) Registrados em "Outros ativos financeiros" (Nota 9).

(3) Composto por debêntures, cotas de fundo de investimento, nota comercial, cédula de produtor rural, certificado de recebíveis agronegócio, certificado de recebíveis imobiliários e eurobonds, exceto cotas de fundo de investimento não creditório e debêntures com retenção substancial de riscos e benefícios. (Nota 6.a)

(4) Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa) e ajuste ao valor justo das operações de crédito mensuradas ao valor justo no resultado considerando o modelo de negócios, que não são objetos de hedge.

b) Carteira de crédito por vencimento

	Individual 31/12/2025			Consolidado 31/12/2025		
Prazo	A Vencer	Vencidos	Total	A Vencer	Vencidos	Total
Até 3 meses	922.957	41.691	964.648	922.957	44.682	967.639
De 3 a 12 meses	1.647.591	19.855	1.667.446	1.649.756	19.855	1.669.611
De 1 a 3 anos	2.358.847	42.933	2.401.780	2.413.323	42.933	2.456.256
De 3 a 5 anos	3.396.742	-	3.396.742	3.537.015	1.120	3.538.135
De 5 a 15 anos	3.744.871	-	3.744.871	3.757.410	239	3.757.649
Acima de 15 anos	12.573	-	12.573	18.026	-	18.026
Total carteira de crédito	**12.083.581**	**104.479**	**12.188.060**	**12.298.487**	**108.829**	**12.407.316**

c) Carteira de crédito por ramo de atividade

	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Agronegócio	629.086	629.086
Imobiliário	307.628	526.884
Infraestrutura	24.089	24.089
Logística e Transporte	105.628	105.628
Telecom e TI	6.233	6.233
Indústria	243.933	243.933
Serviços	37.403	37.403
Químico e Petroquímico	82.359	82.359
Energia	860	860
Comércio	111.992	111.992
Instituição Financeira	18.552	18.552
Saúde e Educação	13.847	13.847
Papel e Celulose	1.476	1.476
Pessoa física	9.561.971	9.561.971
Outros	1.043.003	1.043.003
Total carteira de crédito	**12.188.060**	**12.407.316**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

d) Carteira de crédito por nível de concentração do total da carteira de crédito

	Individual		Consolidado	
	31/12/2025		31/12/2025	
Maiores devedores	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	151.488	1,24	151.488	1,22
2º ao 10º	638.022	5,23	772.358	6,23
11º ao 20º	262.455	2,15	262.455	2,12
21º ao 50º	386.173	3,17	386.173	3,11
51º ao 100º	178.325	1,46	178.325	1,44
Demais devedores	10.571.597	86,75	10.656.517	85,88
Total	**12.188.060**	**100,00**	**12.407.316**	**100,00**

e) Recuperação de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo, no montante de R$14.895 no Individual e no Consolidado.

f) Renegociação e reestruturação de contratos

Em 31 de dezembro de 2025, existiam contratos renegociados no valor de R$143.163 e reestruturados no valor de R$2.079.

g) Cessões de crédito

Sem retenção substancial dos riscos e benefícios (sem coobrigação)

Segmento atacado: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine no valor de R$5.766, anteriormente registradas como prejuízo. Essas cessões geraram receita de R$2.572.

Segmento varejo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R$3.474.187, referentes a Entes Federais. Essas cessões geraram resultado, líquido de prêmio, em relação ao valor de face, no valor de R$19.411. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Receitas de intermediação financeira – operações de crédito'.

Com retenção substancial dos riscos e benefícios (com coobrigação)

Segmento varejo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, com coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R$1.766.781, referentes a Entes Federais. Essas cessões não geraram resultado e as respectivas operações de crédito vinculadas a essas cessões não são desreconhecidas dos livros contábeis do Banco Pine.

8. CARTEIRA DE ATIVOS FINANCEIROS POR ESTÁGIO E PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS

a) Composição do saldo da carteira e das perdas esperadas dos ativos financeiros por estágio

As tabelas a seguir representam a composição do saldo da carteira e da perda esperada dos ativos financeiros, segregados pelos estágios de risco de crédito:

	Individual			
	31/12/2025			
Composição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros da carteira de crédito expandida				
Carteira de crédito	11.150.789	694.515	678.320	12.523.624
Garantias prestadas e responsabilidades	459.772	153.179	-	612.951
Títulos com risco de crédito	6.876.595	101.051	138.759	7.116.405
Total de ativos financeiros da carteira de crédito expandida ajustada ao valor justo	**18.487.156**	**948.745**	**817.079**	**20.252.980**
% representatividade sobre a carteira expandida	**91,28%**	**4,68%**	**4,03%**	
% percentual de perda esperada sobre a carteira por estágio	**0,78%**	**18,07%**	**77,30%**	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(144.647)**	**(171.413)**	**(631.590)**	**(947.650)**
Total	**18.342.509**	**777.332**	**185.489**	**19.305.330**

	Consolidado			
	31/12/2025			
Composição	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros da carteira de crédito expandida				
Carteira de crédito	11.362.673	697.507	682.700	12.742.880
Garantias prestadas e responsabilidades	459.772	153.179	-	612.951
Títulos com risco de crédito	5.958.349	101.051	138.759	6.198.159
Total de ativos financeiros da carteira de crédito expandida ajustada ao valor justo	**17.780.794**	**951.737**	**821.459**	**19.553.990**
% representatividade sobre a carteira expandida	**90,93%**	**4,87%**	**4,20%**	
% percentual de perda esperada sobre a carteira por estágio	**0,82%**	**18,01%**	**76,89%**	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(145.163)**	**(171.413)**	**(631.590)**	**(948.166)**
Total	**17.635.631**	**780.324**	**189.869**	**18.605.824**

b) Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros

	Individual			
	31/12/2025			
Movimentação	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2025	**188.471**	**62.536**	**305.385**	**556.392**
Migração de estágio de:	**(91.590)**	**(25.363)**	**162.285**	**45.332**
Estágio 1 para o Estágio 2	(91.621)	85	-	(91.536)
Estágio 1 para o Estágio 3	(294)	-	147.173	146.879
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(24.975)	25.016	41
Estágio 2 para o Estágio 1	305	(557)	-	(252)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	84	(4.973)	(4.889)
Estágio 3 para o Estágio 1	20	-	(4.931)	(4.911)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	**66.465**	**5.123**	**88.992**	**160.580**
Constituição (Reversão) [1]	**29.890**	**141.753**	**125.253**	**296.896**
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	**(48.589)**	**(12.636)**	**(50.325)**	**(111.550)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**144.647**	**171.413**	**631.590**	**947.650**
% percentual da perda esperada por estágio sobre a carteira expandida	**0,78%**	**18,07%**	**77,30%**	**4,68%**

	Consolidado			
	31/12/2025			
Movimentação	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2025	**188.471**	**62.536**	**305.385**	**556.392**
Migração de estágio de:	**(91.074)**	**(25.363)**	**162.285**	**45.848**
Estágio 1 para o Estágio 2	(91.105)	85	-	(91.020)
Estágio 1 para o Estágio 3	(294)	-	147.173	146.879
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(24.975)	25.016	41
Estágio 2 para o Estágio 1	305	(557)	-	(252)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	84	(4.973)	(4.889)
Estágio 3 para o Estágio 1	20	-	(4.931)	(4.911)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	**66.465**	**5.123**	**88.992**	**160.580**
Constituição (Reversão) [1]	**29.890**	**141.753**	**125.253**	**296.896**
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	**(48.589)**	**(12.636)**	**(50.325)**	**(111.550)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**145.163**	**171.413**	**631.590**	**948.166**
% percentual da perda esperada por estágio sobre a carteira expandida	**0,82%**	**18,01%**	**76,89%**	**4,85%**

(1) Refere-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no exercício e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no exercício.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

9. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Avais e fianças honradas	39.338	39.338
Títulos e créditos a receber	38.617	38.617
Devedores por compra de valores e bens (1)	204.839	424.095
Relações interfinanceiras	9.202	9.202
Total	**291.996**	**511.252**
Circulante	**84.941**	**93.878**
Não Circulante	**207.055**	**417.374**

(1) Refere-se aos recebíveis pela venda a prazo de ativos não financeiros mantidos para venda.

10. ATIVOS FISCAIS

a) Créditos Tributários

Com base na Resolução BCB n° 2/20, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

Em 31 de dezembro de 2025, os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social, estão compostos conforme abaixo:

	Individual 31/12/2025		
	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (1)	208.240	166.593	374.833
Créditos baixados para prejuízo	37.654	37.000	74.654
Prejuízo fiscal/base negativa	205.248	164.096	369.344
MTM Derivativos	67	54	121
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	232.353	-	232.353
Outras provisões	859	687	1.546
Total	**684.421**	**368.430**	**1.052.851**

	Consolidado 31/12/2025		
	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (1)	208.247	166.597	374.844
Créditos baixados para prejuízo	37.654	37.000	74.654
Prejuízo fiscal/base negativa	205.248	164.096	369.344
MTM Derivativos	67	54	121
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	232.353	-	232.353
Outras provisões	859	687	1.546
Total	**684.428**	**368.434**	**1.052.862**

(1) Em 31 de dezembro de 2025, inclui o efeito tributário de adoção inicial da Res. CMN nº 4.966/21, realizado em 01 de janeiro de 2025, no montante de R$140.239 no individual e no consolidado.

b) Obrigações Fiscais Diferidas

	Individual 31/12/2025		
	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	7.070	5.656	12.726
Ajuste de títulos VJR	18.116	14.493	32.609
Ajuste de títulos VJORA	10.163	8.130	18.293
Mercado futuro - Lei nº 11.196	2.854	2.284	5.138
MTM Derivativos	36.678	29.343	66.021
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	48.393	-	48.393
MTM *hedge* de risco de mercado	63.629	50.902	114.531
MTM de risco de crédito	104.773	83.819	188.592
Total (Nota 17.a)	**291.676**	**194.627**	**486.303**

	Consolidado 31/12/2025		
	IRPJ	CSLL	Total
Atualização monetária de depósitos judiciais	7.385	5.846	13.231
Ajuste de títulos VJR	18.116	14.493	32.609
Ajuste de títulos VJORA	10.163	8.130	18.293
Mercado futuro - Lei nº 11.196	2.854	2.284	5.138
MTM Derivativos	36.678	29.343	66.021
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	48.393	-	48.393
MTM *hedge* de risco de mercado	63.629	50.902	114.531
MTM de risco de crédito	104.773	83.819	188.592
Total (Nota 17.a)	**291.991**	**194.817**	**486.808**

c) Movimentação dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

Créditos tributários	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Saldo inicial em 01/01/2025	**1.000.839**	**1.000.850**
Constituição	307.352	308.693
Reversão/Realização	(255.340)	(256.681)
Saldo final	**1.052.851**	**1.052.862**

Obrigações fiscais diferidas	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Saldo inicial em 01/01/2025	**312.644**	**313.058**
Constituição	384.201	389.732
Reversão/Realização	(210.542)	(215.982)
Saldo final	**486.303**	**486.808**

d) Expectativa de realização dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

	31/12/2025							
	Individual				Consolidado			
Créditos tributários	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente	IRPJ	CSLL	Total	Valor Presente
Até 1 ano	24.705	13.299	38.004	194.458	24.705	13.299	38.004	194.458
De 1 a 2 anos	58.260	31.362	89.622	179.668	58.267	31.366	89.633	179.676
De 2 a 3 anos	69.778	37.562	107.340	128.185	69.778	37.562	107.340	128.185
De 3 a 4 anos	89.581	48.222	137.803	45.011	89.581	48.222	137.803	45.011
De 4 a 5 anos	82.807	44.575	127.382	42.884	82.807	44.575	127.382	42.884
De 5 a 8 anos	232.642	125.233	357.875	65.040	232.642	125.233	357.875	65.040
De 8 a 10 anos	126.648	68.177	194.825	4.320	126.648	68.177	194.825	4.320
Total	**684.421**	**368.430**	**1.052.851**	**659.565**	**684.428**	**368.434**	**1.052.862**	**659.573**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

						31/12/2025
			Individual			Consolidado
Obrigações fiscais diferidas	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	10.528	7.025	17.553	10.528	7.025	17.553
De 1 a 2 anos	24.828	16.567	41.395	25.143	16.757	41.900
De 2 a 3 anos	29.737	19.842	49.579	29.737	19.842	49.579
De 3 a 4 anos	38.176	25.474	63.650	38.176	25.474	63.650
De 4 a 5 anos	35.289	23.547	58.836	35.289	23.547	58.836
De 5 a 8 anos	99.144	66.155	165.299	99.144	66.155	165.299
De 8 a 10 anos	53.974	36.017	89.991	53.974	36.017	89.991
Total	**291.676**	**194.627**	**486.303**	**291.991**	**194.817**	**486.808**

11. INVESTIMENTOS

a) Participações em controladas e coligadas avaliadas ao método de equivalência patrimonial

							31/12/2025
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas e coligadas
Subsidiárias							
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços	100,0000	310.000	310	4.147	1.169	4.147	1.169
Pine Investimentos DTVM Ltda.	100,0000	892.300	4.765	7.036	247	7.036	247
Pine Assessoria e Consultoria Ltda. (2) (13) (15) (18)	99,9800	499.999	500	5.736	52.255	5.736	52.255
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (3) (5) (6)	100,0000	844.488.145	582.697	601.024	(12.155)	601.024	(12.155)
Pine Corretora de Seguros Ltda. (14) (16) (19)	99,9800	492.156	18.102	19.200	5.071	19.200	5.071
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário (9)	100,0000	53.200.000	53.200	53.555	(152)	-	(152)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda. (4) (9)	100,0000	228.124.066	98.093	96.054	(184)	-	(184)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais LTDA.	100,0000	10.000	10	10	1	10	1
Pine Holding S.A. (7) (8) (10) (11) (12) (17)	99,0000	68.684.999	68.685	83.437	76.003	83.437	76.003
Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda.	100,0000	1.000	1	-	-	-	-
Subtotal					**122.255**	**720.590**	**122.255**
Coligadas - Mensuradas pelo Método de Equivalência Patrimonial							
Amigoz Ltda. (Anteriormente denominada BYX Produtos S.A.) (1) (10)	87,8700	4.683.316	5.330	6.686	25.268	1.180	5.343
BYX Capital Ltda. (10)	-	-	4.286	3.059	34.362	-	4.887
Subtotal					**59.630**	**1.180**	**10.230**
Total					**181.885**	**721.770**	**132.485**

(1) Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de investimentos inclui ágio no montante de R$1.180.
(2) Em Reunião de Sócios realizada em 30 de junho de 2025, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional, a conta das Reservas de Lucros – Reservas Estatutárias, no montante total de R$33.332. O pagamento ocorreu em 17 de setembro de 2025.
(3) Em Alteração Contratual datada de 04 de junho de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R$3.000, mediante emissão de 4.348.071 novas cotas.
(4) Em Alteração Contratual datada de 08 de maio de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda., no montante de R$100, mediante emissão de 233.000 novas cotas.
(5) Em Alteração Contratual datada de 08 de agosto de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R$1.000, mediante emissão de 1.449.276 novas cotas.
(6) Em Alteração Contratual datada de 09 de setembro de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R$6.400, mediante emissão de 9.275.363 novas cotas.
(7) Em Alteração Contratual datada de 07 de março de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Holding S.A., no montante de R$45.615, mediante emissão de 45.615.000 novas cotas.
(8) Em Alteração Contratual datada de 10 de julho de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Holding S.A., no montante de R$200, mediante emissão de 200.000 novas cotas.
(9) Refere-se ao resultado de equivalência até a data da classificação dessas participações societárias como investimentos mantidos para venda, conforme descrito na Nota 3.p.
(10) Até julho de 2025, o Banco Pine detinha participação societária de 50,29% na Amigoz Ltda. e 32,74% na Byx Capital Ltda, representando 2.676.435 e 1.407.363 quotas, respectivamente. Os resultados da participação societária de 1º de janeiro a 31 de julho de 2025 estão registrados na rubrica 'Receitas (Despesas) Operacionais - Resultado de participação em controladas e coligadas', no montante de R$5.343 e R$4.887, respectivamente. Em 04 de julho de 2025, por meio de aporte de capital de R$45.615 realizado com transferência de ativos, o Banco Pine transferiu essas participações societárias mencionadas para a Pine Holding, de forma que esta passou a ser cotista direta, enquanto o Banco passou a ter participação indireta nessas empresas. Conforme descrito no fato relevante datado de 26 de novembro de 2025, houve alienação da participação de 32,74% na Byx Capital pelo montante, a receber, de R$101.463, que está registrado na rubrica de 'Outros ativos' do Balanço Patrimonial no Consolidado. Parte desse valor a receber, correspondente a R$63.333, que foi financiado por meio da emissão, pela Compradora, de notas comerciais, com integral subscrição e desembolso pelo Banco, com garantias constituídas pela alienação fiduciária de cotas de fundo de investimento detidas pelo emissor das notas comerciais, conforme previsto no contrato da operação. O montante de R$97.206 foi efetivamente recebido em 26 de janeiro de 2026 e o restante será recebido em períodos futuros. A alienação dessa participação societária gerou um resultado de R$62.458, antes de efeitos tributários, registrado na rubrica 'Receitas (Despesas) Operacionais - Resultado de participação em controladas e coligadas' no Individual e 'Receitas (Despesas) Operacionais - Outras receitas operacionais' no Consolidado. Adicionalmente, nessa transação, a Pine Holding recebeu 2.006.881 de quotas da Amigoz (que representam 37,65% do seu capital social), previamente detidas pela Byx Capital, por meio de cisão parcial desproporcional da Byx Capital, com incorporação da parcela cindida (composta exclusivamente pelas Quotas Amigoz) pela Pine Holding, o que resultou na entrega dessas Quotas Amigoz à Pine Holding, pelo valor contábil, totalizando 87,87% de participação, passando a consolidar a Amigoz no conglomerado a partir de dezembro de 2025. A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelo Bacen em dezembro de 2025.
(11) Em Alteração Contratual datada de 28 de novembro de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Holding S.A., no montante de R$4.120, mediante emissão de 4.120.000 novas cotas.
(12) Em Alteração Contratual datada de 09 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Holding S.A., no montante de R$18.750, mediante emissão de 68.684.999 novas cotas.
(13) Em Reunião de Sócios realizada em 20 de outubro de 2025, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional aos acionistas minoritários, a conta das Reservas de Lucros – Reservas Estatutárias, no montante total de R$4.
(14) Em Reunião de Sócios realizada em 20 de outubro de 2025, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional aos acionistas minoritários, a conta das Reservas de Lucros – Reservas Estatutárias, no montante total de R$101.
(15) Em Reunião de Sócios realizada em 29 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional, a conta de Lucros Acumulados, no montante total de R$224.
(16) Em Reunião de Sócios realizada em 29 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional, a conta de Lucros Acumulados, no montante total de R$542.
(17) Em Reunião de Sócios realizada em 31 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional, a conta de Lucros Acumulados, no montante total de R$60.000.
(18) Em Reunião de Sócios realizada em 31 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional, a conta das Reservas de Lucros – Reservas Estatutárias, no montante total de R$49.000.
(19) Em Reunião de Sócios realizada em 31 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional, a conta das Reservas de Lucros – Reservas Estatutárias, no montante total de R$4.900.

b) Outros Investimentos

	Individual e Consolidado
	31/12/2025
CIP S.A. (1)	260
Fundo Garantidor para Investimentos (BNDES FGI)	1.000
Total	**1.260**

(1) Em 26 de junho de 2025, houve recebimento de dividendos da CIP S.A. no montante de R$43. Em 10 de dezembro de 2025, houve recebimento de dividendos da CIP S.A. no montante de R$39. Em 31 de dezembro de 2025, houve valorização das ações da CIP S.A., no montante de R$7 .

12. OUTROS ATIVOS

a) Ativos não financeiros mantidos para venda

	Individual	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Imóveis	343.798	856.623
Provisão ao valor recuperável	-	(1.455)
Total	**343.798**	**855.168**
Não Circulante	**343.798**	**855.168**

b) Despesas antecipadas

	Individual	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Prêmios de seguros pagos	15.480	24.187
Aluguéis	7.267	7.267
Custos de estruturação	40.189	40.189
Outras (1)	92.866	93.005
Total	**155.802**	**164.648**
Circulante	**28.191**	**28.407**
Não Circulante	**127.611**	**136.241**

(1) Em 31 de dezembro de 2025, referem-se, substancialmente, a custos de emissão de cartão de crédito, incluindo custos de impressão, embalagem, envio e entre outros no montante de R$91.817.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

c) Diversos

	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Adiantamentos e antecipações salariais	213	260
Adiantamentos para pagamento por nossa conta	3.123	4.443
Adiantamentos por conta de imobilizações	17.783	20.337
Rendas a receber	26.412	43.344
Dividendos a receber	116.468	1.377
Devedores por depósito em garantia (Nota 16.b)	82.590	85.743
Negociação e intermediação de valores	20.978	20.978
Imposto de renda a compensar	157.263	168.160
Valores a receber de sociedades ligadas	10.931	5.923
Investimentos mantidos para venda (2)	149.607	-
Títulos e créditos a receber	44.229	44.229
Devedores diversos - País e exterior (1)	194.278	304.868
Total	**823.875**	**699.662**

(1) Em 31 de dezembro de 2025, refere-se, substancialmente, ao: (i) valor a receber referente a venda da Byx Capital Ltda. pela Pine Holding, no montante de R$101.463 no Consolidado, o montante de R$97.206 foi efetivamente liquidado em 26 de janeiro de 2026 e o restante será recebido em períodos futuros, (ii) a antecipação de planos de pagamento baseado em ações, no montante de R$81.806 no Individual e R$82.724 no Consolidado e (iii) contas a receber de terceiros no montante de R$49.463 no Individual e no Consolidado.
(2) Refere-se a investimentos mantidos para venda conforme descrito na Nota 3.p. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi registrado o impairment de R$53

13. IMOBILIZADO DE USO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	01/01/2025	01/01 a 31/12/2025				Individual 31/12/2025
	Saldo contábil	Aquisições	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Imobilizados de Uso	**11.176**	**4.458**	**(1.832)**	**33.847**	**(20.045)**	**13.802**
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	11.176	4.458	(1.832)	33.847	(20.045)	13.802
Outros Imobilizados de Uso	**33.160**	**16.670**	**(4.010)**	**53.006**	**(7.186)**	**45.820**
Sistema de Segurança e Comunicação	1.528	39	(303)	3.932	(2.668)	1.264
Sistema de Transporte	31.632	14.821	(3.491)	47.264	(4.302)	42.962
Imobilizado de arrendamento	-	1.810	(216)	1.810	(216)	1.594
Total	**44.336**	**21.128**	**(5.842)**	**86.853**	**(27.231)**	**59.622**

14. DEPÓSITOS E DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os recursos de instituições financeiras são compostos pelos depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissões de títulos e obrigações por empréstimos e repasses.

	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Depósitos (Nota 14.a)	15.820.956	15.749.002
Captações no mercado aberto (Nota 14.b)	4.681.536	4.681.536
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 14.c)	4.838.955	4.838.955
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 14.d)	197.494	197.494
(+/-) Ajuste ao valor justo (1)	**(290.651)**	**(290.651)**
Total ajustado ao valor justo	**25.248.290**	**25.176.336**

(1) Refere-se ao valor justo de captações que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa).

a) Depósitos

						31/12/2025
			Individual			Consolidado
Composição por Vencimento	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros	Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros
Sem vencimento	81.919	-	-	69.120	-	-
Até 30 dias	,	1.070.233	-	-	1.070.231	-
De 31 a 60 dias	-	544.567	133.432	-	544.566	133.432
De 61 a 90 dias	-	376.844	93.578	-	376.764	93.578
De 91 a 180 dias	-	1.334.110	14.129	-	1.332.857	14.129
De 181 a 360 dias	-	1.987.606	297.291	-	1.985.067	297.291
Acima de 360 dias	-	9.887.247	-	-	9.831.967	-
(+/-) Ajuste ao valor justo (1)	-	**(289.027)**	-	-	**(289.027)**	-
Total	**81.919**	**14.911.580**	**538.430**	**69.120**	**14.852.425**	**538.430**

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa).

b) Captações no Mercado Aberto

	Individual e Consolidado 31/12/2025
Obrigações por operações compromissadas	
NTN - notas do tesouro nacional	3.618.497
Debêntures	1.060.856
Certificado de recebíveis imobiliários	2.183
Total	**4.681.536**

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Individual e Consolidado 31/12/2025				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Letras de crédito imobiliário	58.694	227.937	393.091	-	679.722
Letras de crédito do agronegócio	135.926	384.571	1.081.207	-	1.601.704
Letras financeiras	123.296	225.165	2.137.377	71.691	2.557.529
(+/-) Ajuste ao valor justo (1)	**(6)**	**(1.245)**	**(312)**	**(61)**	**(1.624)**
Total ajustado ao valor justo	**317.910**	**836.428**	**3.611.363**	**71.630**	**4.837.331**

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa).

d) Obrigação por Empréstimos e Repasses

	Individual e Consolidado 31/12/2025		
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Total
Repasses do país - instituições oficiais	-	41.913	41.913
Obrigações em moedas estrangeiras - Importação	155.581	-	155.581
Total	**155.581**	**41.913**	**197.494**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

15. DÍVIDA SUBORDINADA

							Individual e Consolidado
Por prazo	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	31/12/2025
Letras Financeiras Subordinadas	709	6.149	68.402	171.053	419.759	136.570	802.642
(+/-) Ajuste ao valor justo [1]	**-**	**-**	**(5.912)**	**-**	**(23.456)**	**-**	**(29.368)**
Total ajustado ao valor justo	**709**	**6.149**	**62.490**	**171.053**	**396.303**	**136.570**	**773.274**

(1) Refere-se ao valor justo de letras financeiras subordinadas que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 6.c.xa).

						Individual e Consolidado
Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2025
Letras Financeiras						
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.835
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.023
	26.588	2021	2027 até 2028	IPCA+	9,76% a 10,15%	31.965
	30.300	2021	2027 até 2028	CDI	165% a 190%	30.525
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%	111.052
	139.350	2023	2030 até 2038	CDI	100% a 162%	147.784
	287.004	2024	2030 até 2099	CDI	100% a 154%	313.157
	121.556	2025	2030 até 2099	CDI	100% a 133%	131.933
Total	**676.415**					**773.274**

16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Provisão para passivos contingentes - fiscais (Nota 16.b)	-	29
Provisão para passivos contingentes - trabalhistas (Nota 16.b)	11.792	11.792
Provisão para passivos contingentes - cíveis (Nota 16.b)	1.334	1.334
Total	**13.126**	**13.155**

a) Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2025, não existiam ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	Individual		Consolidado	
	Depósitos judiciais 31/12/2025	Provisão 31/12/2025	Depósitos judiciais 31/12/2025	Provisão 31/12/2025
Contingências Fiscais e Obrigações Legais	61.203	-	64.356	29
Contingências Trabalhistas	15.396	11.792	15.396	11.792
Contingências Cíveis	5.991	1.334	5.991	1.334
Total	**82.590**	**13.126**	**85.743**	**13.155**

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1°. da Lei n° 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação a essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medidas executivas, em relação às quais o Pine e a Pine Investimentos apresentaram defesas e aguardam decisões definitivas. Em 31 de dezembro de 2025, não havia depósitos judiciais referentes à COFINS.

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos relativos ao PIS representavam R$59.060 no Individual e R$59.449 no Consolidado.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R$8.475 no Individual e no Consolidado.

c) Movimentação das provisões passivas

	Individual 31/12/2025				Consolidado 31/12/2025			
	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais e obrigações legais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial em 01/01/2025	**-**	**10.389**	**1.435**	**11.824**	**578**	**10.389**	**1.435**	**12.402**
Constituição (reversão)	-	84	(104)	(20)	(549)	84	(104)	(569)
Atualização	-	1.319	3	1.322	-	1.319	3	1.322
Saldo final	**-**	**11.792**	**1.334**	**13.126**	**29**	**11.792**	**1.334**	**13.155**

d) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis

Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2025, o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 31 de dezembro de 2025, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 31 de dezembro de 2025, o Pine não possuía processos fiscais classificados como possíveis.

17. OUTROS PASSIVOS

	Individual 31/12/2025	Consolidado 31/12/2025
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2.949	2.949
Credores diversos - país e exterior [1]	253.893	1.119.446
Fiscais e previdenciárias (Nota 17.a)	495.572	543.974
Sociais e estatutárias	30.000	30.786
Provisões de despesas de pessoal	63.525	54.498
Outros	43.727	61.676
Obrigações por operações vinculadas a cessão - Operações de crédito	1.814.780	-
Total	**2.704.446**	**1.813.329**
Circulante	**2.476.131**	**1.557.269**
Não Circulante	**228.315**	**256.060**

(1) Em 31 de dezembro de 2025, no consolidado, refere-se, principalmente, a obrigações com debenturistas seniores das debentures que são consolidadas nessas Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

a) Fiscais e previdenciárias

	Individual	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	1.387	11.571
Impostos e contribuições sobre salários	4.731	13.996
Impostos e contribuições sobre o lucro	79	17.219
ISS	153	869
IRRF	352	352
PIS e Cofins a recolher	2.156	2.800
Provisão para Pis e Cofins	-	8.012
Provisão para IR e CS diferidos (Nota 10.b)	486.303	486.808
Outros	411	2.347
Total	**495.572**	**543.974**

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Conforme Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado totaliza R$1.000.910 e está dividido em 232.451.347 ações nominativas, sendo 119.162.783 ordinárias e 113.288.564 preferenciais sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social do Banco dentro do limite do capital autorizado nos termos do Estatuto Social, no valor de, no mínimo, R$36.954 e, no máximo, R$48.719, mediante a emissão de, no mínimo, 4.337.268 ações, sendo 2.225.396 ações ordinárias e 2.111.872 ações preferencias, e, no máximo, 5.718.156 novas ações, sendo 2.933.911 ações ordinárias e 2.784.245 ações preferenciais de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O preço de emissão é de R$8,52 por ação ordinária ou preferencial do Banco. Os acionistas poderão exercer o direito de preferência na subscrição das novas ações na proporção do número de ações que possuírem. Será concedido a todos os acionistas que constarem da posição acionária do Banco na data de 16 de outubro de 2025 o prazo de 30 dias para o exercício do direito de preferência. Após a efetiva subscrição das ações e a integralização deste Aumento de Capital, nova Reunião do Conselho de Administração do Banco será realizada para homologar parcial ou totalmente o aumento de capital, dentro do limite de capital autorizado. Após a homologação pelo Conselho de Administração do Banco, o aumento de capital será levado à aprovação do Bacen.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de outubro de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$1.642, mediante emissão de 386.717 novas ações nominativas, sendo 188.445 ordinárias e 198.272 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de setembro 2025 a 30 de setembro de 2025 (“Décimo Primeiro período de exercício”) e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 01 de setembro 2025 a 30 de setembro de 2025 (“Terceiro período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 22 de dezembro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$997, mediante emissão de 311.198 novas ações nominativas, sendo 129.441 ordinárias e 181.757 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de junho 2025 a 30 de junho de 2025 (“Décimo período de exercício”) e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 02 de junho 2025 a 30 de junho de 2025 (“Segundo período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 22 de setembro de 2025.

Em 24 de abril de 2025, o Conselho de Administração do Banco Pine, em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 44/21, aprovou o cancelamento de 3.342.492 ações preferenciais nominativas e 73.100 ações ordinárias nominativas de emissão do Banco, no montante de R$15.104, atualmente mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social, nos termos do artigo 19, XVI do Estatuto Social do Banco. Referidas ações foram adquiridas por meio do programa de recompra de ações, em consonância com a Resolução CVM nº 77/22. Em razão do cancelamento de ações mantidas em tesouraria, o capital social da Companhia de R$952.902, passa a ser dividido em 226.428.370 ações nominativas, sendo 115.914.712 ordinárias e 110.513.658 preferenciais, sem valor nominal.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de abril de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$130, mediante emissão de 49.979 novas ações nominativas, sendo 18.740 ordinárias e 31.239 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 06 de março de 2025 a 31 de março de 2025 (“Nono período de exercício”) e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 06 de março de 2025 a 31 de março de 2025 (“Primeiro período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 24 de junho de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de janeiro de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$93, mediante emissão de 46.362 novas ações nominativas, sendo 15.454 ordinárias e 30.908 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2024 (“Oitavo período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 27 de janeiro de 2025.

b) Reservas de capital

As reservas de capital podem ser compostas por: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente podem ser usadas para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias. Em 31 de dezembro de 2025, as reservas de capital do Banco Pine, são compostas pelo diferimento dos planos de remuneração baseados em ações.

c) Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

d) Juros sobre o capital próprio

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$23.700, à base de R$0,1022642, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 17 de janeiro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento adicional de juros sobre o capital próprio no montante de R$57.316, à base de R$0,253295, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 27 de novembro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$23.200, à base de R$0,1025173, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 29 de outubro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de julho de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$24.700, à base de R$0,1099374, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 25 de julho de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de abril de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$18.750, à base de R$0,0823389, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 25 de abril de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$18.117, à base de R$0,080554, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 16 de janeiro de 2025.

De acordo com o previsto na Lei n.º 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em R$66.450.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

Em 31 de dezembro de 2025, houve deliberação de juros sobre o capital próprio, conforme quadro a seguir:

						Individual e Consolidado
						31/12/2025
Descrição	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	26/12/2025	17/01/2026	0,102264	23.700	0,086663	20.145
Juros sobre o Capital Próprio	13/10/2025	27/11/2025	0,253295	57.316	0,214866	48.719
Juros sobre o Capital Próprio	09/10/2025	29/10/2025	0,102517	23.200	0,086974	19.720
Juros sobre o Capital Próprio	04/07/2025	25/07/2025	0,109937	24.700	0,092722	20.995
Juros sobre o Capital Próprio	04/04/2025	25/04/2025	0,082339	18.750	0,069356	15.938
Total				**147.666**		**125.517**

A seguir apresentamos a conciliação dos juros sobre o capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	31/12/2025
Lucro líquido do exercício	443.594
Reserva legal	(22.180)
Base de cálculo	**421.414**
Juros sobre o capital próprio (1)	153.966

(1) O montante de juros sobre o capital próprio distribuído ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, será imputado ao dividendo mínimo obrigatório relacionado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O valor é sujeito à retenção de IRRF de 15% sobre o valor apresentado na Nota Explicativa. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de juros sobre o capital próprio distribuído, atingiu os 25% de mínimos obrigatórios.

e) Dividendos

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025 no montante de R$6.300. O pagamento ocorreu no dia 17 de janeiro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024 no montante de R$3.131. O pagamento ocorreu no dia 28 de fevereiro de 2025.

f) Ações em tesouraria

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco pine recomprou 11.644.187 ações, no montante de R$73.290, a um custo médio de R$6,29.

	Individual e Consolidado		
	31/12/2025		
Descrição	Valor	Quantidade	Custo médio
Saldo inicial em 01/01/2025	**20.406**	**4.676**	
Aquisições de ações	73.290	11.644	6,29
Cancelamento de ações	(15.104)	(3.416)	4,42
Liberações - Remuneração baseada em ações	(70.522)	(12.081)	5,84
Saldo final	**8.070**	**823**	

g) Ajustes de avaliação patrimonial

	Individual e Consolidado
	31/12/2025
Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	**(69)**
Títulos e valores mobiliários	(69)
Efeito Tributário	**(14)**
Empresas coligadas	
Outros (1)	**(1.615)**
Total	**(1.698)**

'(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, refere-se a efeitos contábeis reflexos decorrentes de registros ocorridos entre contas do patrimônio líquido de empresas coligadas.

19. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

a) Operações de crédito

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Adiantamentos a depositantes	18	1.061	18	1.061
Rendas de empréstimos (1) (2)	1.600.233	2.964.841	1.769.422	3.242.835
Rendas de financiamentos (1)	30.514	38.251	30.514	38.251
Total	**1.630.765**	**3.004.153**	**1.799.954**	**3.282.147**

(1) Contempla variação cambial.
(2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, contempla receita de marcação a mercado das operações que são objeto de hedge no montante de R$325.504 no Individual e no Consolidado.

b) Operações de captação no mercado

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Despesas de depósitos interfinanceiros	35.413	105.959	35.413	105.959
Despesas de depósitos a prazo (1)	952.111	2.024.105	950.815	2.017.685
Despesas de operações compromissadas	306.365	588.418	450.253	800.315
Despesas de contribuição ao FGC	10.276	19.802	10.276	19.802
Despesas com LCA (2)	83.057	126.905	83.057	126.905
Despesas com LF (3)	243.505	421.168	243.505	421.168
Despesas com LCI (4)	54.368	105.850	54.368	105.850
Total	**1.685.095**	**3.392.207**	**1.827.687**	**3.597.684**

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, contempla receita de marcação a mercado das operações que são objeto de hedge no montante de R$245.261 no Individual e no Consolidado.
(2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, contempla receita de marcação a mercado das operações que são objeto de hedge no montante de R$345 no Individual e no Consolidado.
(3) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, contempla receita de marcação a mercado das operações que são objeto de hedge no montante de R$4.043 no Individual e no Consolidado.
(4) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, contempla receita de marcação a mercado das operações que são objeto de hedge no montante de R$2.560 no Individual e no Consolidado.

c) Operações de empréstimos e repasses

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Variação cambial de empréstimos e repasses do exterior	(2.798)	18.591	(2.798)	18.591
Total	**(2.798)**	**18.591**	**(2.798)**	**18.591**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

d) Receitas de prestação de serviços

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Comissão de fiança	8.352	16.820	8.352	16.820
Comissão de intermediação de colocação de títulos	120	120	36.418	70.656
Rendas de cobrança	891	1.623	891	1.623
Rendas com tarifas	3.163	7.880	3.163	7.880
Serviços de corretagem	-	-	13.491	19.087
Outras (1)	2.590	3.409	22.442	23.261
Total	**15.116**	**29.852**	**84.757**	**139.327**

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no Consolidado, refere-se, principalmente, receita de prestação de serviços de intermediação de negócios / gestão de carteira consignado.

e) Despesas de pessoal

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Proventos	43.551	79.586	46.240	84.032
Benefícios	12.720	22.014	13.042	22.405
Encargos sociais	15.135	30.169	16.811	32.659
Honorários da diretoria	7.762	14.640	8.203	15.273
Estagiários	334	527	344	537
Total	**79.502**	**146.936**	**84.640**	**154.906**

f) Outras despesas administrativas

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Despesas de água, energia e gás	307	653	307	653
Despesas com aluguéis	5.549	10.962	5.549	10.962
Despesas de arrendamento de bens	567	890	567	890
Despesas com contribuições filantrópicas	13	13	13	13
Despesas de comunicações	4.566	8.356	4.566	8.356
Despesas de manutenção e conservação de bens	2.845	4.696	2.845	4.696
Despesas de material	219	407	219	407
Despesas de processamento de dados	27.787	45.348	27.807	45.376
Despesas de relações públicas	3.224	5.051	3.225	5.151
Despesas de seguros	2.792	7.942	2.832	8.004
Despesas com serviços do sistema financeiro (1)	122.050	170.790	133.806	182.549
Despesas com serviços de terceiros	7.736	11.820	8.546	13.534
Despesas com serviços de vigilância e segurança	1.934	3.280	1.936	3.280
Despesas com serviços técnicos especializados	21.698	34.413	29.536	46.484
Despesas de transporte	2.622	4.368	2.622	4.368
Despesas de viagens	1.838	3.069	1.839	3.070
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	4.145	4.262	4.144	4.261
Despesas de amortização e depreciação	8.102	15.554	8.102	15.554
Emolumentos judicias e cartorários	3.656	4.964	3.656	4.966
Outras despesas administrativas	4.674	8.726	6.352	11.421
Total	**226.324**	**345.564**	**248.469**	**373.995**

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, a despesas com comissões com parceiros de operações de varejo.

g) Despesas tributárias

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
ISS	647	1.454	3.003	5.376
Cofins	24.975	34.892	28.466	41.021
PIS	4.059	5.670	4.814	6.996
Outros (1)	379	1.517	4.333	6.356
Total	**30.060**	**43.533**	**40.616**	**59.749**

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, a despesas com IPTU.

h) Outras receitas operacionais

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Recuperação de encargos e despesas (1)	27.182	30.131	30.833	33.782
Atualização monetária ativa (2)	4.252	8.483	4.445	8.813
Atualização de créditos judiciais	15	63	15	63
Reversão provisões trabalhistas, cíveis e fiscais	701	751	701	751
Outras rendas operacionais (3)	6.841	6.967	72.397	73.222
Total	**38.991**	**46.395**	**108.391**	**116.631**

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, refere-se principalmente, à ressarcimento de custos operacionais.
(2) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, refere-se principalmente, à atualização monetária sobre o estoque dos impostos a compensar.
(3) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no Consolidado, refere-se principalmente, ao resultado auferido na venda da Byx Capital Ltda. pela Pine Holding no montante de R$62.458 (Nota 11).

i) Outras despesas operacionais

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Variação cambial	(2)	1	(2)	1
Outras despesas operacionais	15.394	21.255	27.542	35.290
Total	**15.392**	**21.256**	**27.540**	**35.291**

j) Resultado não operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o resultado não operacional corresponde, principalmente, ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Receitas não operacionais	12.887	22.359	33.047	93.744
Despesas não operacionais	(22.487)	(29.194)	(41.688)	(111.737)
Total	**(9.600)**	**(6.835)**	**(8.641)**	**(17.993)**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	Individual		Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Resultado antes do IRPJ, da CSLL e deduzidos as participações no resultado	335.892	563.674	353.086	587.161
Lucro líquido antes da tributação	**335.892**	**563.674**	**353.086**	**587.161**
Alíquota vigente (Nota 3.t)	45%	45%	45%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(151.151)	(253.653)	(158.889)	(264.222)
Diferenças permanentes	**102.381**	**133.573**	**94.166**	**121.896**
Juros sobre o capital próprio	46.897	66.450	46.897	66.450
Outros ajustes (1)	55.484	67.123	47.269	55.446
Imposto de renda e contribuição social	**(48.770)**	**(120.080)**	**(64.723)**	**(142.326)**

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, à equivalência das empresas controladas e exclusão da receita de atualização de impostos a compensar.

21. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotada pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie; e

b) o correspondente aos 50% restantes da remuneração variável será pago em instrumentos baseados em ações:

i. 10% do valor será pago em instrumentos baseados em ações de forma a vista; e

ii. 40% do valor será pago em instrumentos baseados em ações diferidos em 3 anos.

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, referente a remuneração variável, foi apurado o montante de R$14.201 e a despesa no montante de R$34.356 no Individual e R$45.363 no Consolidado de acordo com os critérios definidos no plano.

	Individual e Consolidado	
	01/07 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2025
Remuneração fixa	7.761	14.638
Remuneração variável	7.486	14.201
Benefícios de curto prazo	5.237	13.141
Total	**20.484**	**41.980**

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados, principalmente, por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

b) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, principalmente com as empresas discriminadas na Nota 2, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Taxa de juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos) 31/12/2025	Receitas (Despesas) 31/12/2025
Administradores (1)			**(13.589)**	**(1.990)**
Operações de crédito	-	10/03/2031	17.056	(586)
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	(6)	-
Depósitos a prazo	100% a 120% CDI e 100% IPCA	26/03/2031	(23.511)	(1.078)
Captação no mercado aberto	95% CDI	19/06/2029	(2.183)	(74)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	96% a 100% CDI	28/11/2028	(1.680)	(36)
Recursos de letras de crédito imobiliário	95% a 100% CDI	16/04/2027	(1.214)	(140)
Recursos de letras financeiras subordinadas	100% CDI e 100% IPCA	14/06/2028	(2.051)	(76)
Familiares imediatos (1)			**(38.208)**	**(1.271)**
Operações de crédito	6,50% CDI	07/05/2031	730	(261)
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	(5.369)	-
Depósitos a prazo	99% a 120% CDI e 100% IPCA	14/04/2031	(5.455)	(204)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	100% CDI	27/11/2028	(1.066)	(15)
Recursos de letras de crédito imobiliário	98% CDI	18/05/2026	(494)	(60)
Recursos de letras financeiras subordinadas	135% CDI e 100% IPCA	27/09/2030	(26.554)	(731)
Recursos de letras financeiras	100% IPCA	30/10/2027	(90)	(2)

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

Empresas ligadas	Taxa de juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos) 31/12/2025	Receitas (Despesas) 31/12/2025
Empresas ligadas			**(48.866)**	**(10.860)**
Valores a receber				
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.			7.980	1
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)			-	103
Pine Corretora de Seguros Ltda.			28	-
Pine Ativos Imobiliários Ltda.			-	12
Pine Holding S.A.			2.923	-
Depósitos à vista				
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.		Sem vencimento	(2.135)	-
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)		Sem vencimento	(2)	-
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.		Sem vencimento	(1.290)	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.		Sem vencimento	(484)	-
Pine Holding S.A.		Sem vencimento	(160)	-
Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda.		Sem vencimento	(1)	-
Depósitos a prazo				
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99% CDI	27/11/2028	(4.299)	(523)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99% CDI	28/12/2028	(14.486)	(6.205)
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)	99% CDI	24/01/2028	(2.786)	(336)
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	07/12/2028	(60)	(319)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI	21/12/2028	(16.804)	(1.512)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	20/10/2028	(1.884)	(894)
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	99% CDI	04/08/2028	(15.290)	(1.178)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	112% CDI	29/06/2028	(10)	(2)
Pine Holding S.A.	99% CDI	29/06/2028	(106)	(7)

Empresas indiretas	Taxa de juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos) 31/12/2025	Receitas (Despesas) 31/12/2025
Participações Indiretas			**(12.825)**	**(638)**
Depósitos à vista				
Amigoz Ltda.	-	Sem vencimento	(1)	-
Amigoz Corretora de Seguros Ltda.	-	Sem vencimento	(9.184)	-
Pine Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	Sem vencimento	(3)	-
Boreal Capital Ltda.	-	Sem vencimento	(176)	-
Depósitos a prazo				
Amigoz Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI	13/04/2028	(164)	(16)
Pine Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99% CDI	21/12/2028	(3.297)	(139)
Operações de crédito				
BYX Capital Ltda. (2)	21,27% a.a.	31/01/2028	-	(483)

(1) Os valores referentes aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.
(2) Refere-se às receitas auferidas até a data de alienação da Byx Capital, conforme divulgado na nota explicativa 11.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 31 de dezembro de 2025, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva.

						31/12/2025
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	116.302.114	97,60	41.423.926	36,56	157.726.040	67,85
Pessoa Jurídica	920.847	0,77	8.727.759	7,70	9.648.606	4,15
Conselho de Administração	3.044	0,00	82.851	0,07	85.895	0,04
Conselho Fiscal	604.244	0,51	6.989.701	6,17	7.593.945	3,27
Diretoria Executiva	219.657	0,18	17.305.084	15,28	17.524.741	7,54
Total	**118.049.906**	**99,06**	**74.529.321**	**65,79**	**192.579.227**	**82,85**

22. COMPROMISSOS, GARANTIAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

A provisão para perdas prováveis associadas a garantias financeiras prestadas, são operações que requerem que o prestador da garantia efetue pagamentos definidos contratualmente a fim de reembolsar o detentor de um instrumento de dívida ou outro instrumento de natureza semelhante por perda decorrente do não pagamento da obrigação pelo devedor na data prevista, se baseia em práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, no risco da contraparte, no comportamento histórico da carteira, na modalidade ou produto da garantia financeira prestada e nas expectativas futuras de perdas, conforme com o Art. 37, da Resolução CMN 4.966, sendo o instrumento financeiro alocado por estágios. A Metodologia para Apuração da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, de acordo com o Art. 45 da Resolução CMN 4.966, tem como base de cálculo o valor presente desembolsos futuros estimados de responsabilidade da instituição vinculados a contratos de garantias financeiras prestadas. O modelo é revisado mensalmente, ou sempre que houver alteração na estimativa da perda esperada ou no estágio no qual está alocado o instrumento, de acordo com a Resolução CMN 4.966, Art. 48.

	Individual e Consolidado	
	31/12/2025	
Tipo de Garantia Financeira	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	13.869	1
Outras Fianças Bancárias	549.104	120
Total	**562.973**	**121**

23. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

O Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados homologado pelo Programa de Participação nos Lucros e Resultados - PPLR do Sindicato dos Bancários.

As premissas gerais deste programa consistem em distribuir lucros e resultados aos colaboradores, levando em consideração: (a) Desempenho das unidades de negócios; (b) Desempenho individual acompanhado através de metas; e (c) Avaliação de competências baseadas nos valores do Banco. Essas despesas foram registradas na rubrica de “Participações sobre o lucro no exercício”.

24. GESTÃO DE RISCOS E DE CAPITAL

a) Introdução

O Pine apresenta como diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, através da abordagem de gerenciamento integrado de riscos e capital, sendo sua supervisão realizada por comitês colegiados que apoiam as decisões da Administração.

As práticas de gerenciamento integrado e controle de risco, refletindo as melhores práticas de mercado, buscam identificar e definir limites de monitoramento das perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, de forma sustentável e em observância ao apetite de riscos definido, sempre mantendo transparência na governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é definida pelo Conselho de Administração, que estabelece as funções subsidiárias ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao CRO e à Diretoria, no que tange as atribuições de aprovação de modelos de cálculo, dos fatores de risco, das métricas e indicadores para controle e monitoramento de limites e alertas.

O gerenciamento integrado de Riscos do Pine abrange os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Gerenciamento Integrado de Riscos

O processo de gerenciamento integrado de riscos no Pine compreende o conjunto de atividades integradas de gestão e no controle, desde a definição de estratégias, diretrizes, cálculo, divulgação periódica de informações de gestão, controle e monitoramento (Teste de Uso).

A estrutura de governança do gerenciamento integrado de riscos, compreende:

• Conselho de Administração, para definição do apetite de risco e aprovação das políticas de risco;

Notas Explicativas

• Comitê de Gestão de Riscos e Capital, para supervisão e coordenação gerais;

• Comitê de Crédito, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (crédito e sócio ambiental);

• Comitê ALCO (Asset and Liability Committee) e Comitê de Riscos e Tesouraria, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (liquidez);

• CRO (Chief Risk Officer), para acompanhamento e implementação das definições e diretrizes estabelecidas;

• Área Tesouraria, para acompanhamento do mercado e negociação de operações de zeragem no mercado;

• Demais Áreas de Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, para negociação de operações com clientes e para registro, processamento e contabilização;

• Área de Controladoria, para acompanhamento gerencial de operações e programação orçamentária; e

• Área de Controle de Riscos, para cálculo de riscos e controle de limites.

Os processos e as políticas de gerenciamento e controle de riscos são submetidos a revisões periódicas, com objetivo de garantir alinhamento às melhores práticas de mercado, bem como o atendimento à regulamentação em vigor.

As atividades de controle de riscos são realizadas de forma centralizada por área independente em relação às áreas de Tesouraria, Controladoria, Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, garantindo isenção no reporte e implementação das ações corretivas identificadas.

RAS

A avaliação e definição do apetite de riscos são realizadas de forma estruturada e coordenada através da Declaração de Apetite a Riscos (RAS, Risk Appetite Statement), instrumento de gestão que integra os diversos tipos de risco e implementa seu monitoramento periódico, frente aos níveis estabelecidos, em atendimento aos objetivos da Administração e em conformidade com a programação orçamentária de negócio e aos requerimentos regulatórios. A RAS estabelece os indicadores através de limites e alertas, com acompanhamento periódico, sejam estratégicos ou superiores, sejam táticos ou operacionais.

c) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;

• Avaliação da necessidade de capital para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e

• Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O Pine possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Pine.

d) Categorias de Riscos

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo variação das taxas de juros, de câmbio, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, próprios ou de clientes e parceiros, pela Instituição.

Risco de Conformidade

O Risco de Conformidade (ou regulatório) é definido como a possibilidade da instituição sofrer sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de Leis, Regulamentações, Recomendações dos órgãos de supervisão e Códigos de auto regulação aplicáveis.

Risco Reputacional (ou imagem)

O Risco Reputacional é definido pela possibilidade de perdas financeiras decorrentes da impossibilidade da instituição em manter e ou estabelecer novas relações no mercado e em sua base de clientes.

e) Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição, concentração, suficiência de garantias e adimplência de valores a receber de clientes e contrapartes;

• Avaliação e monitoramento da necessidade de provisionamento para perdas, alocação adicional de garantias, e/ou reestruturação de crédito, considerando os indicadores de inadimplência, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e

• Planejamento de metas e de controle de limites de risco de crédito, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métrica de Controle e Gestão

As análises do risco de crédito são realizadas com base nas seguintes métricas:

Rating e Limite de Crédito

A classificação de risco de inadimplência (rating) e a concessão de limite de crédito, realizados de forma estruturada e coordenada e formalizado através da PLC (Proposta de Limite de Crédito), têm por objetivo avaliar e atribuir a exposição máxima esperada com clientes e contrapartes, produtos, volumes, prazos e de garantia exigidas.

Monitoramento de Concentração

O monitoramento de concentração tem por objetivo definir e monitorar a exposição máxima esperada por rating, classificação de risco, cliente, contraparte, segmento econômico, região geográfica e prazo.

Monitoramento de Indicadores de Inadimplência

O monitoramento de inadimplência é realizado de forma tempestiva, com o objetivo acompanhar e definir os níveis aceitáveis de provisionamento de perda frente aos prazos de atraso no recebimento de valores a receber de clientes e contrapartes. Destes indicadores destaca-se o índice ‘Over 90’, que demonstra, ao longo do tempo o comportamento da carteira, permitindo a identificação e implementações de ações corretivas.

A venda de carteira de créditos inadimplentes é parte da estratégia de recuperação de créditos pelo Banco.

Inclusive realiza a Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito de acordo com a legislação vigente do Bacen e Conselho Monetário Nacional (Nota 7 e 8).

f) Gerenciamento de Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de níveis adequados de liquidez;

• Avaliação da necessidade de manutenção de liquidez mínima para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse; e

• Planejamento de metas e de necessidade de liquidez, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métricas de Controle e Gestão

As análises do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas:

Notas Explicativas

Liquidez Efetiva na Data

A liquidez efetiva na data tem por objetivo apurar o saldo realizado e a projeção para D+1 e as movimentações já contratadas nos saldos dos ativos que compõem a liquidez efetiva, títulos públicos livres, compromissada Selic e disponível em ME.

Liquidez Target

A liquidez target tem por objetivo demonstrar o valor esperado a manutenção da continuidade dos negócios correntes, calculado em função do objetivo estratégico e do valor considerando margem de segurança em excesso à 'Liquidez Mínima'.

Liquidez Cenário Projetado e Cenário Estresse

A liquidez cenários projetado e estresse têm por objetivo demonstrar cenários prospectivos de liquidez, construídos a partir da 'Liquidez na Data', em consonância com a programação orçamentária e de negócio, considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Liquidez Mínima (Cenário Projetado e Cenário Estresse)

A liquidez mínima, nos cenários projetado e estresse, tem por objetivo demonstrar os montantes mínimos representativos de 'colchão' a ser mantido, calculado de forma prospectiva, em consonância com a programação orçamentária e de negócio considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Plano de Contingência de Liquidez

O plano de contingência de liquidez tem por objetivo estabelecer um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de necessidade de liquidez, que alterem o perfil de prazo e volume de recebimentos de ativos e passivos.

g) Gerenciamento de Risco de Mercado

A gestão de riscos do Pine é aderente à Resolução CMN nº 4.557/2017, constituindo um processo transparente para tomadas de decisão de forma tempestiva, observando os riscos que o Banco está exposto.

O gerenciamento de risco de mercado compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição às variações de mercado;

• Avaliação da necessidade de adequação das exposições, através de hedge, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse; e

• Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Intenção de Negociação

O risco de mercado é apurado em conformidade com a estratégia de negócio e a intenção de negociação das operações, podendo ser:

A 'Carteira de Negociação' (trading) é composta por operações negociadas com a intenção de giro, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem de assimetrias de mercado. O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão DDR (Demonstrativo Diário de Acompanhamento das Parcelas de Requerimento de Capital e Limites Operacionais) BACEN, compatível com a abordagem VaR.

A 'Carteira Bancária' (banking) é composta pelas demais operações não classificadas na 'Carteira de Negociação' (trading). O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) Bacen, compatível com a abordagem movimentos adversos no resultado e no capital em decorrência de choque nas curvas de juros.

Métricas de Controle e Análises

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de Valor em Risco (Value at Risk – VaR)

O VaR tem por objetivo apurar a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. Utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%, com apuração por mercado, vértices de vencimento e por fator de risco.

Análise de Resultado Gerencial à Mercado

A análise de resultado a mercado tem por objetivo apurar o resultado gerencial econômico a mercado (MtM), pelo apreçamento dos ativos e passivos, segregando seu impacto conforme a natureza do resultado, se contábil e/ou gerencial.

Demonstrativo de Análise de Sensibilidade

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Banco a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 31 de dezembro de 2025:

		Análise de Sensibilidade		
		31/12/2025		
		Cenários		
Fator de Risco	**Exposição**	**Provável (I)**	**Possível (II)**	**Remoto (III)**
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(328.953)	(411.192)	(616.788)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	10.959	13.699	20.548
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	(6.243)	(7.804)	(11.706)
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	(6.243)	(7.804)	(11.706)
Total (soma não correlacionada)*		**(330.480)**	**(413.101)**	**(619.651)**
Total (soma correlacionada)**		**(52.625)**	**(65.781)**	**(98.672)**

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários

Cenário I - Provável

Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado do dia 31 de dezembro de 2025 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA (λ=94).

Curva	**Taxa Mercado (1 ano)**	**Choque**	**Nova Taxa Mercado (1 ano)**
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,81%	0,01%	13,82%
Índice de Preços (IPCA)	9,76%	0,01%	9,77%
Taxa Referencial (TR)	2,05%	0,01%	2,06%
Taxa de Cupom de Dólar	4,82%	0,01%	4,83%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	4,79%	0,01%	4,80%
Taxas *OffShore (Libor* + outras *Offshore*)	2,85%	0,01%	2,86%
Cesta de Moedas	5,50	0,01%	5,50

Cenário II - Possível

Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	**Taxa Mercado (1 ano)**	**Choque**	**Nova Taxa Mercado (1 ano)**
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,81%	25%	17,27%
Índice de Preços (IPCA)	9,76%	25%	12,20%
Taxa Referencial (TR)	2,05%	25%	2,56%
Taxa de Cupom de Dólar	4,82%	25%	6,03%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	4,79%	25%	5,98%
Taxas *OffShore (Libor* + outras *Offshore*)	2,85%	25%	3,56%
Cesta de Moedas	5,50	25%	6,88

Cenário III - Remoto

Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	**Taxa Mercado (1 ano)**	**Choque**	**Nova Taxa Mercado (1 ano)**
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,81%	50%	20,72%
Índice de Preços (IPCA)	9,76%	50%	14,64%
Taxa Referencial (TR)	2,05%	50%	3,07%
Taxa de Cupom de Dólar	4,82%	50%	7,23%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	4,79%	50%	7,18%
Taxas *OffShore (Libor* + outras *Offshore*)	2,85%	50%	4,27%
Cesta de Moedas	5,50	50%	8,25

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
(Valores expressos em milhares de Reais - R$, exceto preço unitário da ação)

Política de Responsabilidade Sócio Ambiental e Climática (PRSAC)

A PRSAC norteia a Instituição para considerar os aspectos sociais, ambientais e climáticos como direcionadores estratégicos nas atividades, operações e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas de negócio, como também para um desenvolvimento sustentável.

Os pilares da Política são as diretrizes, os papéis e responsabilidades, o gerenciamento dos riscos socioambiental e climático (risco SAC) e o rol de restrições. Os tópicos observam a legislação brasileira que aborda os temas sociais e ambientais e regulamentações do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como suas consultas públicas.

As partes interessadas da PRSAC são, os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas por nossas atividades. Assim, o Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados.

O gerenciamento do risco SAC é integrado na concessão de crédito, pois o resultado da análise de risco é um dos fatores que compõe a nota do cliente. Sendo assim, se PLD-FTP localizar ponto socioambiental desabonador, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito, que será definido pela área de Análise de Crédito.

Seguindo as diretrizes da Política, o Pine se reserva ao direito de restringir a concessão de crédito a algumas atividades e setores. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades considerados nocivos à sociedade e ao meio ambiente. Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

Tecnologia da Informação

O Banco Pine se caracteriza pelo mindset digital e investe estrategicamente em melhoria contínua do ambiente tecnológico, incorporando as tendências de novos produtos e linguagens e adotando melhores práticas de mercado, na automatização contínua dos processos críticos e na formulação de solução sistêmica para integração dos processos internos visando escalabilidade, sinergia e agilidade.

Plano de Continuidade de Negócios

O Pine adota políticas conservadoras de armazenamento e segurança de dados e soluções tecnológicas que permitem a manutenção dos sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real, para mitigar os impactos causados e falhas operacionais de hardware e software, no seu próprio ambiente tecnológico e na infraestrutura e conectividade de mercado.

A estrutura e capacidade de processamento computacional garantem a manutenção dos níveis de performance e segurança para o funcionamento adequado dos aplicativos e soluções sistêmicas para atendimento ao cliente, tratamento de informações cadastrais, negociação de operações, controle financeiro e contabilização, controle de riscos, e processamento de dados.

Segurança de Informação

O Pine adota procedimentos estritos para garantia da segurança de informação. Qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, estão cobertas pelo monitoramento contínuo, seja para garantia da integridade física dos dados, seja também para fins de atendimento às exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados de 2018).

h) Índice de Basileia

O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2025, foi de 14,69%, calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'. De acordo com a Resolução CMN nº 4.958/21, o requerimento mínimo de capital é de 10,50%, considerando fator F (8%) e 2,5% da parcela ACPConservação.

i) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Resolução BCB n° 54/20, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

25. OPERAÇÕES ATIVAS VINCULADAS

O Pine realiza operações ativas vinculadas nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Em 31 de dezembro de 2025, os saldos das operações ativas vinculadas e das correspondentes captações de recursos, bem como respectivos resultados apurados no exercício estão demonstrados abaixo:

	Individual e Consolidado		
	31/12/2025		
	Moeda	Longo Prazo	Resultado
Operações ativas vinculadas			
Operações de crédito	R$	198	39
Obrigações por operações ativas vinculadas			
Depósitos a prazo	R$	296	41

Em 31 de dezembro de 2025, não existiam operações ativas vinculadas inadimplentes, bem como questionamento judicial sobre as operações ativas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Leasing operacional

O Pine possui obrigações decorrentes da contratação de operações de arrendamento sob a modalidade leasing operacional. Os valores correspondentes aos compromissos dos equipamentos arrendados não estão refletidos no balanço patrimonial, em razão de as operações contratadas não preverem a opção de compra dos bens. Em 31 de dezembro de 2025, o custo dos contratos de arrendamento foram reconhecidos na demonstração de resultado, na rubrica 'Despesas administrativas - arrendamento de bens', no montante de R$890.

b) Acordos para compensação e liquidação de obrigações

Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional foram firmados acordos de compensação no âmbito de convênios de derivativos, bem como acordos para compensação e liquidação de operações ativas e passivas ao amparo da Resolução CMN n° 3.263/05, cujo objetivo é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

c) Divulgação de outros serviços prestados pelos auditores independentes

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/22, no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2025, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

d) Resultado recorrente e não recorrente

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve resultado não recorrente no montante de R$62.458, decorrente da venda da Byx Capital Ltda. pela Pine Holding. O resultado da venda está registrado na rubrica "Receitas (Despesas) Operacionais - Resultado de participação em controladas e coligadas" no Individual e "Receitas (Despesas) Operacionais - Outras receitas operacionais" no Consolidado (Nota 11).

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aumento de capital social

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2026, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$21.917, mediante emissão de 5.206.870 novas ações nominativas, sendo 2.524.594 ordinárias e 2.682.276 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de dezembro 2025 a 31 de dezembro de 2025 (“Décimo Segundo período de exercício”) e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 01 de dezembro 2025 a 31 de dezembro de 2025 (“Quarto período de exercício”). O aumento está pendente de aprovação pelo Bacen.

b) Participação societária Amigoz Ltda.

Em Instrumento Particular de Alteração datado de 27 de janeiro de 2026, a Pine Holding adquiriu 638.634 quotas da Amigoz Ltda., no montante de R$13.601. Após a aquisição dessas novas quotas a Pine Holding passará a deter 99,85% de participação da Amigoz, o que representa a quantidade de 5.321.950 quotas.

****
A DIRETORIA

CONTADOR
Breno Costa Amaral - CRC MG 074923/O-9

Notas Explicativas

BANCO PINE

CNPJ 62.144.175/0001-20
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, n° 1.830
6º andar | São Paulo – Brasil

Notas Explicativas

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Preparadas de Acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros - IFRS

31 de dezembro de 2025

BANCO PINE

Notas Explicativas

Índice

Relatório da Administração.... 1
Relatório do Auditor Independente.... 6
Balanço Patrimonial Consolidado.... 15
Demonstração do Resultado Consolidada.... 16
Demonstração do Resultado Abrangente Consolidada.... 17
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Consolidada.... 18
Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada (Método Indireto).... 19

Notas Explicativas
1. Contexto Operacional.... 20
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.... 20
3. Principais Práticas Contábeis.... 20
4. Segmentos Operacionais.... 27
5. Caixa e Equivalentes de Caixa.... 27
6. Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras.... 27
7. Instrumentos Financeiros de Dívida e de Capital.... 28
8. Instrumentos Financeiros Derivativos para Negociação (Ativo e Passivo) e *Hedge*.... 28
9. Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.... 31
10. Carteira de Ativos Financeiros por Estágio e Provisão para Perdas de Crédito Esperadas.... 32
11. Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda.... 32
12. Devedores Por depósito em Garantia.... 32
13. Outros Ativos.... 32
14. Participações em Coligadas.... 32
15. Imobilizado.... 33
16. Intangível.... 33
17. Depósitos de Instituições Financeiras.... 33
18. Depósitos de Clientes.... 33
19. Captações no Mercado Aberto.... 33
20. Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários.... 34
21. Obrigações por empréstimos e Repasses.... 34
22. Dívida Subordinada.... 34
23. Outros Passivos Financeiros.... 34
24. Provisões.... 34
25. Obrigações Fiscais - Outras.... 35
26. Outros Passivos.... 35
27. Patrimônio Líquido.... 35
28. Ajustes de Avaliação Patrimonial.... 37
29. Receitas com Juros e Similares.... 37
30. Despesas com Juros e Similares.... 37
31. Receitas de Tarifas e Comissões.... 37
32. Despesas de Tarifas e Comissões.... 37
33. Ganhos (Perdas) com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos) Avaliados ao Valor Justo.... 37
34. Variações Cambiais.... 38
35. Outras Receitas (Despesas) Operacionais.... 38
36. Despesas com Pessoal.... 38
37. Outras Despesas Administrativas.... 38
38. Provisões Líquidas.... 38
39. Resultado na Alienação de Bens.... 38
40. Imposto de Renda e Contribuição Social.... 38
41. Limites Operacionais.... 39
42. Garantias Prestadas.... 39
43. Transações com Partes Relacionadas.... 39
44. Outras Divulgações.... 40
45. Gerenciamentos de Riscos.... 40
46. Reconciliação do Resultado e do Patrimônio Líquido (BRGAAP e IFRS).... 45
47. Eventos Subsequentes.... 46
Anexo I. Demonstração do Valor Adicionado Consolidada.... 47

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas, apresentamos o Relatório da Administração das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Pine (Banco) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

O Banco Pine é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de 28 anos destaca-se por financiar e assessorar seus clientes em todo território nacional. A estratégia do Banco Pine combina agilidade e foco no cliente com um modelo diversificado, eficiente e integrado, apoiado em dados, tecnologia, especialização setorial e alocação de capital em diferentes segmentos, sustentando crescimento, rentabilidade e resiliência de forma consistente.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O ano de 2025 foi marcado por eventos geopolíticos e geoeconômicos relevantes, cujos efeitos devem se estender por vários anos sobre a economia e os mercados globais. Nos Estados Unidos, a posse de Donald Trump e a adoção de uma série de mudanças profundas na condução da política econômica contribuíram para a desvalorização do dólar norte-americano e para a valorização de metais preciosos, refletindo o aumento da busca por ativos considerados reserva de valor e o debate sobre o papel dos EUA na ordem econômica global.

No Brasil, o destaque foi o crescimento moderado do PIB, associado à desaceleração da inflação e à manutenção da política monetária em terreno contracionista.

A atividade econômica doméstica seguiu em trajetória de desaceleração gradual, corroborando o cenário de "soft landing" brasileiro. O Indicador de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) registrou crescimento de 2,38% no acumulado até novembro de 2025.

Segundo o IBGE, o setor de serviços apresentou crescimento de 2,7% no ano até novembro, enquanto a produção industrial avançou 0,6%. Em contraste, o comércio varejista ampliado registrou queda de 0,3% no mesmo período.

A taxa de desemprego alcançou a mínima histórica de 5,1% no ano, ante 6,2% em 2024. Esse movimento foi explicado pelo aumento de 1,2 milhão na população ocupada (+1,1%) no período, enquanto a força de trabalho ficou praticamente estável (-0,01%). O rendimento real e a massa de rendimento real apresentaram expansão de 5,0% e 6,4%, respectivamente, na mesma base de comparação.

A inflação medida pelo IPCA acumulou alta de 4,26% em 2025, situando-se dentro do limite superior da meta (3,0%, com tolerância de ±1,5 p.p.). Os preços livres, mais sensíveis ao ciclo econômico, registraram alta de 3,92% no ano, enquanto os preços administrados avançaram 5,29%.

A taxa básica de juros Selic encerrou 2025 em 15,0% ao ano. O Banco Central adotou tom firme em sua comunicação, reafirmando o compromisso com a convergência da inflação ao centro da meta no horizonte relevante de política monetária.

Em função do aperto das condições financeiras ao longo do ano, o custo do crédito apresentou tendência de alta durante todo 2025. A taxa de juros da carteira de recursos livres ficou em 60,1% a.a. para pessoas físicas e em 25,0% a.a. para pessoas jurídicas. O spread bancário para recursos livres ficou em 46,3 p.p. para pessoas físicas e em 11,9 p.p. para pessoas jurídicas. O estoque total das operações de crédito bancário atingiu R$ 7,12 trilhões, aumento de 10,2% em relação a 2024. A carteira de recursos livres avançou 8,6% em relação ao ano passado e a de recursos direcionados, 12,5%, na mesma base de comparação. Por fim, a taxa de inadimplência referente a recursos livres de pessoas físicas ficou em 7,0% e, para pessoas jurídicas, 3,2%.

No setor externo, a balança comercial registrou superávit de R$ 68,3 bilhões em 2025, segundo o MDIC, representando queda de 7,9% em relação ao ano anterior. As exportações cresceram 3,5%, enquanto as importações avançaram 6,7%. O fluxo cambial total foi negativo em US$ 31,9 bilhões, com entrada líquida de US$ 49,2 bilhões no segmento comercial e saída de US$ 81,1 bilhões no segmento financeiro.

A desvalorização global do dólar, combinada às incertezas em torno da política econômica dos Estados Unidos, contribuiu para o desempenho positivo do real, que acumulou valorização de 13,1% em 2025.

Para 2026, o cenário permanece desafiador. No ambiente internacional, a elevada incerteza associada à administração norte-americana e ao curso da política monetária tende a continuar impactando os mercados de juros e a dinâmica do dólar global. No âmbito doméstico, projetamos desaceleração da demanda agregada, refletindo o nível ainda elevado da taxa de juros, além do aumento da incerteza política associado ao ciclo eleitoral. Nesse contexto, esperamos crescimento do PIB de 1,8% e inflação medida pelo IPCA entre 3,5% e 4,0% em 2026.

2. DESEMPENHO

2.1 Resultado contábil consolidado

RESULTADOS (R$ Milhões)	2024	2025	Variação
Receita Líquida Operacional	1.019,8	1.133,3	11,1%
Receita Líquida com Juros e Similares	470,5	1511,0	221,1%
Ganhos com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos)	142,3	(21,9)	(115,4%)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	346,9	(456,8)	(231,7%)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	60,0	101,1	68,5%
Despesas Administrativas	(347,5)	(541,7)	55,9%
Depreciações e Amortizações	(14,7)	(23,1)	56,9%
Provisões (líquidas)	6,5	3,9	(40,5%)
Resultado na alienação de bens	10,8	(10,4)	(196,5%)
Lucro Líquido operacional antes da tributação	17,3	561,0	3.143,4%
Imposto de renda e contribuição Social	84,4	(128,1)	(251,7%)
Lucro Líquido Contábil	101,7	432,9	325,5%

O ano de 2025 marca o início de um novo ciclo de elevada rentabilidade, sustentado pela execução disciplinada da nossa estratégia, pela consolidação de um modelo de negócios diversificado e múltiplas esteiras de crédito, e por uma alocação de capital cada vez mais eficiente.

No Varejo Colateralizado, obtivemos avanços relevantes, com destaque para a consolidação do crédito consignado privado e a expansão da operação de cartões consignado e de benefício. Produtos digitais, colateralizados e escaláveis ampliaram nossa base de clientes, aprofundaram o relacionamento e elevaram a rentabilidade do segmento. O uso intensivo de dados e tecnologia reforçou a eficiência para a continuidade do crescimento com retorno atrativo e ajustado ao risco. Realizamos movimentos estratégicos nas investidas do varejo, reforçando o foco em negócios de maior valor agregado, simplificando a estrutura societária e fortalecendo a geração de caixa e a opcionalidade futura.

No Atacado, atuamos de forma seletiva e conservadora no crédito corporativo, o que nos permitiu originar e estruturar oportunidades atrativas de alocação de capital, preservando a qualidade da carteira. As operações de derivativos e seguros ganharam escala, ampliando o cross-sell, a recorrência de receitas e a rentabilidade do relacionamento com os clientes. Investimos no fortalecimento da plataforma de Mercado de Capitais, expandindo nossa capacidade de originação, estruturação e distribuição, e consolidando mais uma avenida relevante de crescimento para os próximos ciclos.

Ao longo do ano, diversificamos nossas fontes de funding, ampliamos o acesso a instrumentos do mercado de capitais e reduzimos o custo médio de captação. Avançamos em tecnologia, dados e IA conectando a inovação à nossa expertise em crédito e elevando a produtividade, a eficiência e a experiência do cliente. Com uma estratégia diversificada, gestão ativa de capital, governança sólida e uma equipe altamente preparada e engajada, encerramos 2025 mais fortes, mais eficientes e melhor posicionados para sustentar este novo ciclo de elevada rentabilidade e continuar a gerar valor para clientes, acionistas e parceiros ao longo dos diferentes ciclos econômicos.

- **O lucro líquido Contábil totalizou R$432,9 milhões em 2025.**

A Margem Financeira somou R$ 857,7 milhões no período, aumento de 77% em relação ao mesmo período do ano anterior, devido à maior carteira de crédito e maiores spreads, principalmente no Varejo, através do remix de carteira com a operação do Consignado Privado e o crescimento da carteira de cartões consignados e de benefício, onde obtemos maiores spreads.

Receitas de serviços e tarifas do segmento atacado, totalizaram R$ 120,3 milhões em 2025, um aumento de 47% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento deve-se, à maior receita de assessoria, ao resultado das gestoras investidas do atacado e à aceleração do crescimento da operação de seguros, que oferece diversas oportunidades de cross-sell.

O lucro líquido atingiu R$ 443,6 milhões no período, um crescimento de 72% frente ao mesmo período do ano anterior. O ROE anualizado alcançou 33,4%, alta de 10,5 p.p., reflexo direto da expansão da margem financeira líquida (+R$ 373 milhões), devido ao aumento da rentabilidade do Varejo, através da consolidação da operação do Consignado Privado e

do foco em produtos com maior retorno ajustado ao risco no Consignado Público, bem como em operações estruturadas e colatelarizadas no Atacado, à disciplina de custos e à alavancagem operacional. A expansão da margem líquida foi parcialmente impactada pelo aumento da PDD.

O patrimônio líquido do Banco encerrou dezembro em R$ 1,4 bilhão, representando um crescimento de 14,6% frente aos R$ 1,2 bilhão registrados no mesmo mês de 2024. O avanço do patrimônio líquido sinaliza uma carteira de crédito mais qualificada, operações mais estruturadas e um reforço relevante no capital próprio trazendo mais solidez.

A carteira de crédito expandida totalizou R$ 17,7 bilhões em Dez/25, aumento de 23,9% na comparação com Dez/24, devido, principalmente à retomada do crescimento da carteira de Grandes Empresas e ao remix da carteira de Consignado, com destaque para o avanço de R$ 4,1 bilhões no Privado, consolidando o modelo de múltiplas esteiras e atestando ainda mais a estratégia de diversificação e alocação eficiente de Capital, buscando maiores spreads e melhor retorno ajustado ao risco.

3. RATINGS

A agência S&P(Standard & Poors), atribui o rating do banco em ′brA+′, com perspectiva estável. A agência destaca também que ″O Banco Pine continua mostrando forte expansão da sua carteira de crédito, impulsionada principalmente pelo aumento de produtos consignados. Esse crescimento tem surtido efeitos positivos, uma vez que as receitas do banco — que até um tempo atrás vinham principalmente da carteira de atacado e das operações de tesouraria e mesa de clientes — também têm melhorado como consequência dessa diversificação, alongando o novo histórico de lucros do banco.″

A agência Moody′s atribui o rating do banco em ′brA′, com perspectiva positiva. A agência destaca que ″A elevação dos ratings do Pine incorpora a melhora dos níveis de rentabilidade do banco acompanhada de uma melhora na qualidade da carteira de crédito, e redução das concentrações da carteira de crédito nos últimos períodos.″

4. RECURSOS HUMANOS

No Banco Pine, as pessoas são um pilar essencial e estratégico para resultados sustentáveis e consistentes. Contamos com um time experiente, engajado e focado em prover as melhores soluções aos nossos clientes e parceiros.

Nossa cultura valoriza relações sólidas e de longo prazo, incentivamos aprendizado contínuo e experiencial, além de cultivarmos um ambiente de trabalho harmônico, acolhedor e com sinergia. Esse compromisso e ″jeito de ser″ nos levou a conquistar a certificação Great Place to Work (GPTW), que reconhece o Banco Pine como uma das melhores empresas para se trabalhar.

A área de Pessoas e Cultura atua como um vetor para a geração de valor sustentável, garantindo que nosso capital humano esteja alinhado aos objetivos de crescimento e rentabilidade do Banco. Atuamos de forma decisiva na atração e retenção de talentos-chave, no fortalecimento de uma cultura de alta performance e na implementação de políticas de desenvolvimento que impulsionam a produtividade.

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Possuímos uma governança robusta, com políticas atualizadas, voltada para trazer mais segurança e transparência para nossos clientes, acionistas e demais partes relacionadas. Entre os diferenciais de governança praticados, estão:

- Listado no Nível 2 de Governança Corporativa da B3;
- Dois membros independentes no Conselho de Administração;
- *Tag along* de 100% para todas as ações, inclusive as preferenciais;
- Procedimentos de arbitragem para rápida solução em caso de disputas;
- Presença de Comitês de Auditoria (100% independente) e Comitê de Remuneração (com membros da Companhia e independentes) que respondem diretamente ao Conselho de Administração.

<u>ESG</u>

Reconhecemos nosso papel como instituição financeira no fomento de negócios sustentáveis, contribuindo para que a sociedade prospere.

Entendemos que a gestão de aspectos AMBIENTAL, SOCIAL e de GOVERNANÇA (ESG, na sigla em inglês) é essencial para nosso crescimento e perenidade. Iniciamos estudos e pesquisas, com o apoio de uma das maiores consultorias especializadas no assunto do Brasil, para desenvolvermos as melhores estratégias e avaliarmos todas as oportunidades

e melhorias que podem ser implementadas acerca do tema, aprofundando a compreensão dos impactos e relevância e visando sempre a perenidade dos negócios.

Adicionalmente, a agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais. Dessa forma, o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade de Socioambiental e Climática (PRSAC) com base nessas novas orientações, com o objetivo da formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais. A PRSAC do Banco tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito. Em atendimento à agenda Bacen no que tange os riscos socioambiental e climático, o Banco está revisando seus processos e políticas internas para medir, controlar e, quando aplicável, reduzir os riscos associados a cada cliente do seu portfólio.

Além disso, nossa sede está localizada na cidade de São Paulo em um edifício com certificação Leadership in Energy and Environmental Design - LEED Gold, a qual atesta a adoção de práticas de construção sustentável. O selo é concedido pela Green Building Council, e para receber a classificação, o edifício é avaliado levando em consideração questões como o uso racional de água, eficiência energética, seleção dos materiais da construção e qualidade ambiental interna.

6. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES SOBRE POLÍTICA DE EQUIDADE PREVISTAS NA LEI N° 15.177/2025

Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, que altera a Lei nº 6.404/76, passamos a divulgar o número total e percentual de mulheres ao final do exercício, e o demonstrativo anual de remuneração, segregados por sexo e nível hierárquico.

a. a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da companhia

Níveis Hierárquicos	12/2024	12/2025
Diretoria/Conselho	0 (0%)	0 (0%)
Gerencial/Superintendência	3 (30%)	1 (7%)
Coordenação/Especialista	13 (36%)	13 (30%)
Analistas/Assistentes/Estagiarios/Aprendizes	44 (52%)	53 (48%)

b. a quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da companhia

Níveis Hierárquicos	12/2024	12/2025
Diretoria/Conselho	1 (6%)	1 (6%)

c. o demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da companhia

2025	Remuneração Fixa Mensal		Remuneração Variável Anual		Remuneração Eventual	
Níveis Hierárquicos	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO
Diretoria/Gerencial/Superintendência	584.112	2.607.273	5.443.356	30.073.622	N/A	N/A
Coordenação/Especialista	858.217	1.483.362	3.234.959	6.268.467	N/A	N/A
Analistas e Assistentes	881.015	818.768	2.657.790	3.101.564	N/A	N/A
Total	**2.323.344**	**4.909.403**	**11.336.105**	**39.443.653**	**N/A**	**N/A**

2024	Remuneração Fixa Mensal		Remuneração Variável Anual		Remuneração Eventual	
Níveis Hierárquicos	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO	FEMININO	MASCULINO
Diretoria/Gerencial/Superintendência	558.071	2.132.362	5.073.987	24.930.867	N/A	N/A
Coordenação/Especialista	700.721	1.130.899	2.378.265	5.003.187	N/A	N/A
Analistas e Assistentes	687.729	699.694	2.206.845	1.878.106	N/A	N/A
Total	**1.946.522**	**3.962.956**	**9.659.097**	**31.812.160**	**N/A**	**N/A**

*O valor total da Remuneração Variável está diretamente ligado à proporção de headcount

7. AUDITORES EXTERNOS

Em atendimento à Instrução CVM nº 162/22, no período de janeiro a dezembro de 2025, não foram contratados junto aos auditores independentes, serviços não relacionados à auditoria externa. O Banco Pine tem como procedimento restringir os serviços prestados pelos seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor em consonância com as normas brasileiras e internacionais.

8. RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A atuação da equipe de Relações com Investidores é pautada pelo compromisso com a transparência, equidade da informação e busca constante por melhores práticas, transmitindo as informações, perspectivas e estratégias do Banco Pine de forma qualificada. Por meio do site de RI (ri.pine.com), o Banco mantém os acionistas sempre atualizados, e no caso de dúvidas, é disponibilizado um canal de comunicação direto via e-mail (ri@pine.com).

9. AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos acionistas e clientes pela confiança depositada, e aos colaboradores por toda dedicação e excelente trabalho na construção de um mercado financeiro cada vez mais competitivo e ético. Ciosos da responsabilidade de financiar rápido e servir bem nossos clientes, buscamos constantemente novas formas de melhorar nossos produtos e serviços, em benefício das pessoas e empresas.

A Administração

Notas Explicativas

Banco Pine S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e relatório do auditor independente

Notas Explicativas

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

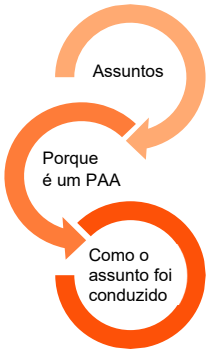
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco Pine S.A. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, Edifício B32, 16º,
São Paulo, SP, Brasil, 04538-132
T: +55 (11) 4004-8000
www.pwc.com.br

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração de valor justo de instrumentos financeiros complexa ou sem liquidez, classificados em hierarquia nível 3 (Notas 3(c).(ii), 3(k) e 7)	
O Banco possui investimentos em instrumentos financeiros, classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado (VJR), classificados em hierarquia nível 3. Esses instrumentos financeiros não são negociados em mercado ativo. O processo de mensuração do seu respectivo valor justo envolve subjetividade em sua determinação, considerando técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos que, por sua vez, envolvem premissas e julgamentos da administração para sua mensuração. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.	Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros. Analisamos a aderência da metodologia de mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros e a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores. Efetuamos testes de recálculo do valor justo desses instrumentos financeiros em base amostral, de acordo com as premissas adotadas pela administração. Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes (Notas 3(c).(i), 3(m) e 10)	
A administração do Banco mensurou a provisão para perdas de crédito esperadas para empréstimos e adiantamentos a clientes, considerando os requerimentos da norma contábil IFRS 9 - *Financial Instruments*. A determinação da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes, considerando os requerimentos da IFRS	Atualizamos nosso entendimento sobre os procedimentos adotados pela administração para análise, avaliação e aplicação da IFRS 9, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a avaliação da aderência aos requisitos da referida norma quanto ao processo de mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas para empréstimos e adiantamentos a

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
9, é uma área que envolve julgamento da Administração na classificação dos créditos nos estágios previstos na IFRS 9, bem como na determinação da mensuração da provisão necessária, mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam diversas premissas e que consideram fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência, a situação financeira da contraparte, garantias e políticas de renegociação. Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas de crédito esperadas poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.	clientes. Em relação à metodologia e mensuração da perda de crédito esperada, aplicamos procedimentos relacionados à (i) análise das políticas contábeis em comparação aos requerimentos da IFRS 9, (ii) entendimento e recálculo, em base amostral, da mensuração da provisão para perdas, que considera a base de dados, os modelos e premissas adotadas pela Administração, (iii) comparação de dados e premissas utilizados com dados de mercado, quando aplicável, (iv) testes sobre a classificação dos empréstimos e recebíveis nos estágios previstos pela IFRS 9, e (v) análise e consistência das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas de crédito esperadas, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Valor recuperável do crédito tributário (Notas 3(c).(iii), 3(j) e 40)	
O Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração e aprovado pelos órgãos de governança do Banco. Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos na determinação de premissas pela administração, para projeção de lucros tributários futuros. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de julgamento na determinação das premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributáveis, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.	Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração. Comparamos também determinadas premissas utilizadas nas projeções orçamentárias elaboradas pela administração com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável. Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes da realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração do valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda (Notas 3(c).(v), 3(o) e 11)	
O Banco possui ativos não circulantes mantidos para venda compostos, principalmente, por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo, menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento dos controles da administração sobre avaliação do valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda, bem como a análise dos laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos ou, quando aplicável, a análise da razoabilidade da metodologia e premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.
A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, e avaliações internas que mensuram o valor justo de determinados ativos, com base em metodologia de cálculo, considerando premissas estabelecidas pela administração.	Adicionalmente, efetuamos testes para observar a metodologia da aplicação de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos, incluindo a avaliação do histórico de vendas, de imóveis similares, realizadas pelo Banco, quando aplicável.
Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis.	Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Contingências fiscais (Notas 3(c).(iv), 3(w) e 24(b)(i))	
O Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes as suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.	Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e no entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos no exercício corrente.
A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.	Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e efetuamos procedimentos de confirmação com os dados dos principais processos com os assessores jurídicos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.
As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de	Consideramos que os critérios adotados pela

Banco Pine S.A.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido à complexidade dos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.	administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.
Ambiente de tecnologia da informação	
Devido à diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações. Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras. Essa área permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.	Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas. Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável. Com base no resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos – Demonstração do Valor Adicionado Consolidada

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada no Anexo I como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa

demonstração do valor adicionado consolidada foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Banco Pine S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco Pine S.A. e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco Pine S.A. e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco Pine S.A. e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

Banco Pine S.A.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
(Em milhares de Reais - R$)

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	**5**	**657.173**	**2.327.961**
Ativos financeiros avaliados ao valor justo		**12.068.215**	**8.850.492**
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)		**10.105.127**	**6.542.720**
Instrumentos de dívida	7	6.148.562	1.552.621
Instrumentos de capital	7	691	706
Instrumentos financeiros derivativos	8	1.255.924	3.099.018
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	2.699.950	1.917.397
(-) Provisão para perdas esperadas	10.b	-	(27.022)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		**1.963.088**	**2.307.772**
Instrumentos de dívida	7	2.155.332	2.364.597
(-) Provisão para perdas esperadas	10.b	(192.244)	(56.825)
Ativos financeiros ao custo amortizado		**15.838.527**	**13.479.705**
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	6	297.943	127.480
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	10.517.964	8.226.714
Instrumentos de dívida	7.a	5.778.543	5.568.396
(-) Provisão para perdas esperadas	10.b	(755.923)	(442.885)
Outros ativos		**1.764.939**	**1.509.882**
Ativos não circulantes mantidos para venda	11	855.168	848.318
Outros		**909.771**	**661.564**
Devedores por depósitos em garantia	12	85.743	76.896
Impostos a compensar		168.158	191.660
Outros ativos	13	655.870	393.008
Participações em coligadas	**14**	**1.530**	**44.518**
Ativos Fiscais	**40.e**	**567.059**	**675.382**
Imobilizado	**15**	**90.804**	**82.598**
Intangível	**16**	**24.861**	**23.944**
Total do ativo		**31.013.108**	**26.994.482**

PASSIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Passivos financeiros		**28.249.276**	**25.244.570**
Passivos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)		**2.245.844**	**2.137.616**
Instrumentos financeiros derivativos	8	2.245.844	2.137.616
Passivos financeiros ao custo amortizado		**26.003.432**	**23.106.954**
Depósitos de instituições financeiras	17	538.430	895.529
Depósitos de clientes	18	17.201.347	15.505.071
Captações no mercado aberto	19	4.681.536	4.986.117
Obrigações por títulos e valores mobiliários	20	2.557.529	990.016
Obrigações por empréstimos e repasses	21	197.494	44.898
Dívidas subordinadas	22	773.274	618.602
Outros passivos financeiros	23	53.822	66.721
Provisões	**24**	**13.155**	**12.402**
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões		13.155	12.402
Obrigações Fiscais	**25**	**17.528**	**9.313**
Outras		17.528	9.313
Outros Passivos	**26**	**1.296.548**	**656.280**
Total do passivo		**29.576.507**	**25.922.565**
Patrimônio Líquido	**27**	**1.436.601**	**1.071.917**
Capital social - País		872.043	823.811
Capital social - Exterior		128.867	128.867
(-) Ações em Tesouraria		(8.070)	(20.406)
Outros resultados abrangentes		(1.698)	(3.610)
Reservas de capital		17.902	5.117
Reservas de lucros		395.483	134.038
Participação de não-controladores		32.074	4.100
Total do passivo e patrimônio líquido		**31.013.108**	**26.994.482**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Receitas com juros e similares	29	4.773.522	2.748.157
Despesas com juros e similares	30	(3.398.049)	(2.333.900)
Receita líquida com juros e similares		**1.375.473**	**414.257**
Receitas de tarifas e comissões	31	146.197	80.648
Despesas de tarifas e comissões	32	(36.337)	(11.051)
Resultado de equivalência patrimonial	14	24.615	22.949
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		**(21.894)**	**142.346**
Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR	33	122.265	137.071
Variações cambiais	34	(144.159)	5.275
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		**(456.815)**	**(346.881)**
Outras receitas (despesas) operacionais	**35**	**101.100**	**59.995**
Receita líquida operacional		**1.132.339**	**362.263**
Despesas administrativas		**(541.666)**	**(347.508)**
Despesas com pessoal	36	(277.508)	(164.869)
Despesas tributárias		(68.264)	(33.656)
Outras despesas administrativas	37	(195.894)	(148.983)
Depreciações e amortizações		**(23.141)**	**(14.745)**
(Provisões)/Reversões líquidas	**38**	**3.874**	**6.512**
Resultado na alienação de bens	**39**	**(10.399)**	**10.775**
Lucro líquido operacional antes da tributação		**561.007**	**17.297**
Imposto de renda e contribuição social	40.a	(128.129)	84.437
Lucro líquido do exercício		**432.878**	**101.734**
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores		430.515	101.438
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas não-controladores		2.363	296
Lucro por ação do exercício			
Lucro básico e diluído por ação do exercício			
Ações ordinárias		1,86	0,44
Ações preferenciais		1,86	0,44
Lucro atribuído/diluído do exercício			
Ações ordinárias		221.909	51.345
Ações preferenciais		210.969	50.389
Média ponderada das ações emitidas - básica			
Ações ordinárias		119.162.783	115.953.618
Ações preferenciais		113.288.564	113.794.003

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R$)

	Nota	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Lucro Líquido do exercício		**432.878**	**101.734**
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada			
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**28**	**1.912**	**5.047**
Variação de valor justo		3.558	8.699
Efeito fiscal		(1.646)	(3.652)
Outros		**-**	**(1.607)**
Resultado abrangente do exercício		**434.790**	**105.174**
Resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas controladores		432.427	104.878
Resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas não-controladores		2.363	296

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R$)

				Reservas de lucros						
	Nota	Capital Social	Reservas de capital	Legal	Estatutária	Ações em Tesouraria	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	de não controladores	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**852.335**	**4.127**	**10.645**	**128.686**	**(6.844)**	**(7.050)**	**-**	**-**	**981.899**
Lucro Líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**101.438**	**296**	**101.734**
Outros resultados abrangentes	**28**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.440**	**-**	**-**	**3.440**
Ativos financeiros ao VJORA		-	-	-	-	-	8.699	-	-	8.699
Imposto de renda diferido		-	-	-	-	-	(3.652)	-	-	(3.652)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	(1.607)	-	-	(1.607)
Outras mutações do patrimônio líquido		**100.343**	**990**	**-**	**-**	**(13.562)**	**-**	**-**	**3.804**	**91.575**
Aumento de capital	27.a	100.343	-	-	-	-	-	-	-	100.343
Participação de não-controladores		-	-	-	-	-	-	-	3.804	3.804
Venda/(Aquisição) de ações em tesouraria	27.f	-	-	-	-	(28.132)	-	-	-	(28.132)
Transações com pagamentos baseados em ações	27.f	-	990	-	-	14.570	-	-	-	15.560
Destinações		**-**	**-**	**5.072**	**(10.365)**	**-**	**-**	**(101.438)**	**-**	**(106.731)**
Reserva legal	27.c	-	-	5.072	-	-	-	(5.072)	-	-
Juros sobre o capital próprio	27.d	-	-	-	(35.126)	-	-	(68.474)	-	(103.600)
Dividendos	27.e	-	-	-	-	-	-	(3.131)	-	(3.131)
Reserva estatutária	27.c	-	-	-	24.761	-	-	(24.761)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**952.678**	**5.117**	**15.717**	**118.321**	**(20.406)**	**(3.610)**	**-**	**4.100**	**1.071.917**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**952.678**	**5.117**	**15.717**	**118.321**	**(20.406)**	**(3.610)**	**-**	**4.100**	**1.071.917**
Lucro Líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**430.515**	**2.363**	**432.878**
Outros resultados abrangentes	**28**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.912**	**-**	**-**	**1.912**
Ativos financeiros ao VJORA		-	-	-	-	-	3.558	-	-	3.558
Imposto de renda diferido		-	-	-	-	-	(1.646)	-	-	(1.646)
Outras mutações do patrimônio líquido		**48.232**	**12.785**	**-**	**(15.104)**	**12.336**	**-**	**-**	**25.611**	**83.860**
Aumento de capital	27.a	48.232	-	-	-	-	-	-	-	48.232
Participação de não-controladores		-	-	-	-	-	-	-	25.611	25.611
Cancelamento de ações em tesouraria	27.f	-	-	-	(15.104)	15.104	-	-	-	-
Venda/(Aquisição) de ações em tesouraria	27.f	-	-	-	-	(73.290)	-	-	-	(73.290)
Transações com pagamentos baseados em ações	27.f	-	12.785	-	-	70.522	-	-	-	83.307
Destinações		**-**	**-**	**21.526**	**255.023**	**-**	**-**	**(430.515)**	**-**	**(153.966)**
Reserva legal	27.c	-	-	21.526	-	-	-	(21.526)	-	-
Juros sobre o capital próprio	27.d	-	-	-	-	-	-	(147.666)	-	(147.666)
Dividendos	27.e	-	-	-	-	-	-	(6.300)	-	(6.300)
Reserva estatutária	27.c	-	-	-	255.023	-	-	(255.023)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**1.000.910**	**17.902**	**37.243**	**358.240**	**(8.070)**	**(1.698)**	**-**	**32.074**	**1.436.601**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R$)

	Nota	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido ajustado do exercício		**928.977**	**497.750**
Lucro Líquido do exercício		432.878	101.734
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(63.641)	136.167
Depreciação e Amortização	15 e 16	23.141	14.745
Impostos diferidos		104.051	(94.196)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		456.815	346.881
Provisões / Reversões para contingências (líquidas)	38	(3.874)	(6.512)
Pagamento baseado em ações		3.286	21.880
Resultado de equivalência patrimonial	14	(24.615)	(22.949)
Amortização de ágio		936	-
Variação de ativos e passivos operacionais		**(2.366.642)**	**1.533.122**
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao VJR e VJORA (Instrumentos de dívida e de capital)		(4.356.775)	(409.769)
(Aumento) Redução de Derivativos (líquidos)		1.924.300	(1.282.215)
(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		(170.463)	310.200
(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a clientes		(2.610.226)	(1.795.383)
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao custo amortizado (Instrumentos de dívida)		(666.962)	(1.113.534)
(Aumento) Redução de Ativos não circulantes mantidos para venda		(6.850)	(119.507)
(Aumento) Redução de Devedores por depósitos em garantia		(8.847)	22.719
(Aumento) Redução de Imposto de renda a compensar		23.502	(13.645)
(Aumento) Redução de Outros ativos		(217.916)	(243.245)
(Aumento) Redução de Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.272	3.328
Aumento (Redução) de Depósitos de instituições financeiras		(357.099)	236.737
Aumento (Redução) de Depósitos de clientes		1.696.276	4.242.986
Aumento (Redução) de Captações no mercado aberto		(304.581)	939.119
Aumento (Redução) de Obrigações por títulos e valores mobiliários		1.567.513	263.122
Aumento (Redução) de Obrigações por empréstimos e repasses		152.596	44.898
Aumento (Redução) de Outros passivos financeiros		(12.899)	23.247
Aumento (Redução) de Provisões		4.627	(14.308)
Aumento (Redução) de Obrigações fiscais		8.215	1.787
Aumento (Redução) de Outras obrigações		964.675	436.585
Caixa líquido proveniente (aplicado em) de atividades operacionais		**(1.437.665)**	**2.030.872**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso	15	(15.612)	(37.844)
(Aquisição) Alienação de intangível	16	(10.629)	(10.456)
Aumento de capital em coligadas	14	-	(8.332)
Dividendos recebidos no período	14	-	6.605
(Aquisição)/Alienação de investimentos em coligadas, controladas e outros		-	1.404
(Aquisição) de outros investimentos		(7)	(3)
Caixa líquido proveniente (aplicado em) atividades de investimento		**(26.248)**	**(48.626)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital		48.232	100.343
Aumento (Redução) em obrigações por dívidas subordinadas		(121.556)	287.004
Venda (Aquisição) de ações em tesouraria		(73.290)	(28.132)
Juros sobre o capital próprio pagos		(123.902)	(83.196)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades de financiamento		**(270.516)**	**276.019**
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**(1.734.429)**	**2.258.265**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	2.327.961	205.863
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		63.641	(136.167)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	657.173	2.327.961

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento, câmbio e leasing.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Pine foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Consolidadas, e somente elas as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Informamos que foram aprovadas, em 18 de março de 2026, as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS, de 31 de dezembro de 2025, pela Diretoria do Banco Pine.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS incluem as normas contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores, tendo sido atendidas todas as normas, cuja aplicação era mandatória sem exceções.

b) Novas normas e interpretações em vigor em períodos futuros:

Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS: Incluem clarificações, simplificações, correções e alterações destinadas a melhorar a coerência de várias Normas de Contabilidade IFRS. As normas alteradas são: IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro; IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações e as orientações que a acompanham sobre a implementação da IFRS 7; IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas; e IAS 7- Demonstração do Fluxo de Caixa. As alterações são válidas para os períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação anterior. O Banco Pine está avaliando os impactos desta alteração.

IFRS S1 – Requerimentos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 – Divulgações Relacionadas ao Clima: O Banco Central do Brasil passará exigir, à partir do exercício de 2028, por meio da Resolução CMN nº 4.818 que as instituições elaborem e divulguem, como parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas, o relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS Foundation). O Banco Pine está avaliando os impactos da nova norma.

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Substitui o IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras e introduz novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. O Banco Pine está avaliando os impactos nas Demonstrações Financeiras.

IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: permite a uma subsidiária fornecer divulgações reduzidas ao aplicar as Normas de Contabilidade IFRS nas suas demonstrações financeiras. É opcional para as subsidiárias elegíveis e estabelece os requisitos de divulgação para as subsidiárias que optarem por aplicá-la. A nova norma se aplica a períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2027. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. O Banco Pine está avaliando os impactos nas Demonstrações Financeiras.

Emendas ao IFRS 9 e IFRS 7 - Emendas à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Para tratar de questões identificadas durante a revisão pós-implementação dos requisitos de classificação e mensuração do IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As emendas são efetivas para períodos de relatório iniciados em ou após 1° Janeiro de 2026. O Banco Pine está avaliando os impactos nas Demonstrações Financeiras.

c) Normas e interpretações que entraram em vigor após 1° de janeiro de 2024

Alteração ao IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis: se uma moeda não tiver conversibilidade, pode ser difícil determinar uma taxa de câmbio apropriada. Embora incomum, pode surgir uma falta de conversibilidade quando um governo impõe controles cambiais que proíbem a troca de uma moeda ou que limitem o volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras entender os impactos de uma moeda sem conversibilidade. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco Pine não identificou impactos materiais.

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: as alterações tem o propósito de especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem o que se entende por direito de adiar a liquidação; que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; e que somente um derivativo embutido em um passivo conversível for elepróprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. As alterações ao IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. O Banco Pine não identificou impactos.

IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Exige que as entidades forneçam divulgações adicionais sobre seus acordos de financiamentos de fornecedores. O IASB emitiu esses novos requisitos para fornecer aos usuários das demonstrações financeiras informações que lhes permitam avaliar como os acordos de financiamento de fornecedores afetam as obrigações e fluxos de caixa de uma entidade, e compreender o efeito dos acordos de financiamento de fornecedores na exposição de uma entidade ao risco de liquidez e como a entidade poderia ser afetada se os acordos não estivessem mais disponíveis para ela. As alterações no IAS 7 e IFRS 7 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. O Banco Pine não identificou impactos nas demonstrações financeiras.

IFRS 16 – Arrendamentos: esclarece os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de sale and leaseback, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações ao IFRS 16 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. O Banco Pine não identificou impactos.

3. PRÁTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras Consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas controladas pelo Pine.

a) Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas do Pine, são apresentadas em Reais (R$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda *(impairment)* do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Banco Pine.

Consolidação

O Banco Pine consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Banco Pine estruturou operações de cessão e securitização com o mercado, cujos montantes foram eliminados para fins de consolidação da Demonstração Financeira, pela retenção de riscos e benefícios.

A consolidação inclui Fundos de Investimento, nos quais o Banco Pine possui retenção substancial de risco e benefícios de suas cotas e sobre os quais o Banco Pine está exposto, ou tem direito a retornos variáveis e capacidade de afetar esses retornos através do poder decisório, de acordo com o IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas, dos exceção dos Fundos de Investimentos mencionados a seguir, que não atingem esses critérios de consolidação:

(i) Fiagro Imobiliário ID Goiana;

(ii) PFC Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizado;

(iii) Springs Equity Hedge Plus Fundo de Investimento Financeiro em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado.

(iv) LIFT Event Capital I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Responsabilidade Limitada; e

(v) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Responsabilidade Limitada Rede de Postos Monte Carlo.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Destacamos abaixo as entidades incluídas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas:

		Participação no capital (%)	
	Atividades	31/12/2025	31/12/2024
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Subsidiárias			
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	Consultoria	100,0000	100,0000
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	100,0000	100,0000
Pine Assessoria e Consultoria Ltda. (4)	Assessoria	99,9800	99,9800
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (2)	Imobiliária	100,0000	100,0000
Pine Corretora de Seguros Ltda. (1)	Intermediação de Negócios	99,9800	99,9800
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário (8)	Imobiliária	100,0000	100,0000
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda. (8)	Imobiliária	100,0000	100,0000
Chimera Alternative Assets I FIDC	Fundo de investimentos	95,0000	95,0000
LIFT JS FIDC Responsabilidade Limitada	Fundo de investimentos	88,2500	-
LIFT SO II Feeder Fundo de Investimento Financeiro - Responsabilidade Limitada	Fundo de investimentos	71,4000	-
LIFT Crédito Estruturado I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	Fundo de investimentos	64,4500	-
ID Goiania II Fundo de Investimento Fiagro Imobiliário Resposabilidade Limitada	Fundo de investimentos	100,0000	-
Springs Equity Hedge B Fundo de Investimento Financeiro em Cotas de FIM	Fundo de investimentos	100,0000	-
Correspondente Banqueiro Consignado INSS FIDC – Responsabilidade Limitada	Fundo de investimentos	-	100,0000
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	Comercialização de ativos ambientais	100,0000	100,0000
Pine Holding S.A. (3) (5) (6)	Holding de instituições não-financeiras	99,0000	99,0000
Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda. (9)	Participação	100,0000	-
Coligadas - Avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial			
Amigoz Ltda. (Anteriormente denominada BYX Produtos S.A.) (7)	Intermediação de Negócios	-	40,0000
BYX Capital Ltda. (7)	Intermediação de Negócios	-	30,0000

(1) Em instrumento particular datado de 22 de maio de 2024, foi deliberado sobre a alteração de sociedade limitada unipessoal para sociedade limitada, em razão do ingresso de mais um sócio.
(2) Em Alteração Contratual datada de 30 de julho de 2024, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R$6.300, mediante emissão de 9.130.435 novas cotas.
(3) Em Assembleia Geral de Constituição datada de 24 de maio de 2024, foi deliberado sobre a constituição da Pine Holding S.A. e a subscrição de 100 ações órdinárias, totalizando R$100 reais. O Banco Pine subscreveu 99 ações ordinárias nominativas, totalizando o montante de R$99 reais.
(4) Em instrumento particular datado de 1º de outubro de 2024, foi deliberado sobre a alteração de sociedade limitada unipessoal para sociedade limitada, em razão do ingresso de mais um sócio.
(5) Em Alteração Contratual datada de 07 de março de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Holding S.A., no montante de R$45.615, mediante emissão de 45.615.000 novas cotas.
(6) Em Alteração Contratual datada de 10 de julho de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Holding S.A., no montante de R$200, mediante emissão de 200.000 novas cotas.
(7) Em 04 de julho de 2025, a Amigoz Ltda. e Byx Capital Ltda. passaram a ser coligadas da Pine Holding S.A., controlada pelo Banco Pine. Em 26 de novembro de 2025, houve alienação da participação de 32,74% da Byx Capital Ltda (Nota 14).
(8) Refere-se a investimentos mantidos para venda conforme descrito na Nota 3.p.
(9) Em Instrumento Particular de Constituição datado de 19 de setembro de 2025, foi deliberado sobre a constituição da Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda. e a subscrição de 1.000 quotas, totalizando R$1.

b) Base de avaliação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo e instrumentos financeiros reconhecidos e designados como objeto de hedge em transações qualificáveis de hedge de valor justo atribuível ao risco protegido.

c) Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS exige que à Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam à aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Mensuração das provisões para perdas esperadas

A mensuração da provisão para perda de crédito esperada requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

• Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;

• Escolha de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;

• Estabelecimento de grupos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

(iii) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Pine terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser realizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em projeções de eventos e tendências de mercado.

(iv) Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

(v) Valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda

São ativos não circulantes, cujo valor contábil será recuperado através de venda e não pelo seu uso contínuo. São mensurados pelo menor montante entre seu valor justo menos custos de venda e o valor contábil na data em que foram classificados como "mantidos para a venda", deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. Essa provisão é reavaliada anualmente e sua classificação contábil é com base no valor de mercado. Estes bens não estão sujeitos à depreciação. O Banco Pine considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, bem como premissas estabelecidades pela Administração.

d) Regime de competência

A entidade prepara as suas Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com o critério contábil da competência.

e) Gestão do capital

A gestão do capital é efetuada nos níveis regulatórios e econômicos e está baseada na análise dos índices de capital do Bacen (Nota 41.a).

f) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Cada empresa do consolidado determina sua própria moeda funcional conforme IAS 21 – "Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio". Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas de cada entidade do Grupo são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (moeda funcional).

As Demonstrações Financeiras Consolidadas são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional do Pine, e inclusive da agência no exterior.

Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são aquelas originalmente denominadas ou com liquidação em moeda estrangeira. Tais transações são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados.

Os ganhos e perdas cambiais relacionados a caixa e equivalentes, empréstimos e adiantamentos, outros ativos, obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior, depósitos de clientes, obrigações por empréstimos e repasses, relações com correspondentes e dívidas subordinadas são apresentados na demonstração de resultado como receita (despesa) de juros.

Conversão de moeda funcional para moeda de apresentação para unidades no exterior.

Notas Explicativas

Considerando que nenhuma das unidades do Grupo opera com moeda funcional de economia hiperinflacionária, os resultados e as posições financeiras das entidades do Banco Pine, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos da seguinte maneira:

• Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço;

• Receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias no período de apuração.

Na consolidação, diferenças cambiais decorrentes da conversão de investimento líquido em entidades no exterior são lançadas em "outros resultados abrangentes".

Em caso de venda, total ou parcial, de negócio no exterior, as diferenças cambiais são reconhecidas no resultado como parte do ganho (perda) na venda.

g) Receitas e despesas de juros e similares

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado pelo método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e os recebimentos futuros durante a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras em operações de crédito.

Os juros decorrentes da aplicação da taxa efetiva são contabilizados na rubrica "Receitas com juros e similares" na demonstração do resultado.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as taxas e comissões, os custos de transação, os descontos e os prêmios que são pagos ou recebidos e que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação incluem os custos incrementais que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultados incluem:

• Juros de ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros;

• A parte efetiva de derivativos de *hedge* qualificados e designados em uma relação de *hedge* de fluxo de caixa, no mesmo período em que o item protegido é lançado em receitas/despesas de juros;

• Alterações no valor justo de derivativos qualificados (incluindo inefetividades do *hedge*) e dos respectivos itens protegidos, quando o risco de taxa de juros é o risco protegido.

Receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros para negociação são consideradas incidentes às operações de negociação do Pine e são apresentadas de forma agregada a todas as mudanças no valor justo dos ativos e passivos para negociação em "Resultado de ativos e passivos financeiros mensurados através de Valor Justo no Resultado (VJR)".

h) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

i) Tarifas e comissões

As receitas e as despesas de taxas e comissões que são parte integrante da taxa efetiva de juros de um ativo ou passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros e são contabilizados na rubrica "Receitas de juros e similares" na demonstração do resultado.

As demais receitas de taxas e comissões são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados e são contabilizados na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração do resultado.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

j) Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação a exercícios anteriores.

O imposto de renda diferido é incidente sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis dos ativos e passivos e os saldos fiscais para fins de apuração tributária. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social devem ser reconhecidos somente se há expectativa de que serão realizados com a geração de lucros tributáveis estimados. Os créditos tributários são mensurados às taxas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base em leis que estão promulgadas na data de balanço.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros sejam gerados para sua utilização, e devem ser revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados.

A despesa de imposto de renda compreende os impostos sobre a renda correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Imposto de renda e contribuição social", exceto nos casos em que se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

k) Instrumentos financeiros e mensuração do valor justo

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Banco Pine são efetuadas de acordo com o IFRS 9 e estão descritas a seguir:

(i) Reconhecimento inicial

Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o Banco Pine se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Pine. Enquanto as operações de crédito são reconhecidas quando o Banco Pine transfere os recursos aos clientes.

Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Banco Pine no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados a, ou subtraídos, desse valor.

(ii) Classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros

De acordo com os requerimentos do IFRS 9, a classificação de ativos financeiros é norteada por dois grandes direcionadores: a) O modelo de negócios em que são gerenciados os ativos financeiros; b) A característica do fluxo de caixa dos ativos financeiros (Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros).

(iii) Avaliação do modelo de negócio - Ativos Financeiros

O Banco Pine classifica e mensura sua carteira de negociação e seus derivativos em VJR. O Banco Pine pode designar instrumentos em VJR, de maneira irrevogável, se, ao fazer isso, eliminar e reduzir significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento.

Passivos financeiros, outros além dos relacionados a compromissos de empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR quando são mantidos para negociação, se forem instrumentos derivativos ou a designação ao valor justo tiver sido aplicada.

(iv) Teste de SPPJ ("Somente Pagamento de Principal e Juros") - Ativos Financeiros

Além da análise do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, o Pine avalia os termos contratuais de tais ativos para verificar se os mesmos possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

"Principal", para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo básico são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o Pine realiza julgamento e considera fatores relevantes, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais não são relacionados a um acordo de empréstimo básico, não resultado assim em fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados, independente de qual modelo de negócios seja

(v) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e

- Os termos contratuais do ativo financeiro representem fluxos de caixa contratuais que resultem apenas em pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de realização no vencimento; para os ativos financeiros, tal montante é ajustado por qualquer provisão para perda esperada de

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

A receita de juros dos ativos financeiros mensurados a custo amortizado está incluída em 'Receitas com juros'.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados com tal no reconhecimento inicial.

(vi) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Itens ao valor justo através do resultado compreendem itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com a IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído em sua marcação a valor justo, de modo a refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando assim as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

Quando um passivo financeiro é designado ao valor justo através do resultado, a variação no valor justo atribuível às mudanças na qualidade de crédito do Pine é apresentada em outros resultados abrangentes.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao VJR e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor pendente de liquidação de um dia para o outro.

(vii) Itens mensurados ao valor justo no resultado (VJR)

Um ativo financeiro é classificado como valor justo no resultado (VJR), se:

- For adquirido para ser vendido ou recomprado no curto prazo; ou

- No reconhecimento inicial, faz parte da carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Pine classificou instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e instrumentos financeiros derivativos como itens mensurados a valor justo no resultado (VJR), que atendem aos critérios apresentados acima.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Pine também classificou empréstimos e adiantamentos a clientes como itens mensurados a valor justo no resultado (VJR). Essa classificação foi definida pela Administração em modelo de negócios, com o objetivo de vender esses ativos financeiros, antes do vencimento contratual. A carteira de emprestimos e adiantamentos a clientes mensuradas a valor justo no resultado é composta por: (i) carteira de cartões benefícios e (ii) parte da carteira do segmento de varejo (essa parte da carteira do segmento de varejo foi apurada através do histórico de cessões de operações de crédito do segmento de varejo).

(viii) Designação irrevogável de um instrumento financeiro como mensurado a valor justo através do resultado

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado, se tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Pine não possuía ativos e passivos financeiros designados de forma irrevogável como mensurado ao valor justo por meio de resultado.

(ix) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciem uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Pine pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida pelo Pine em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a administração do Pine não optou por designar quaisquer instrumentos patrimoniais ao VJORA.

(x) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios em que tais ativos estão sendo geridos e das características de fluxo de caixa do mesmo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas e que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e

- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(xi) Técnicas de Avaliação x Hierarquia do valor justo e Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- **Nível 1** - mensurações à valor justo obtidas a partir de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados aplicações em cotas de fundos de investimentos com cotação disponível na Comissão de Valores Mobiliários e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores também são classificados no nível 1 da hierarquia.

- **Nível 2** - mensurações obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Privados (com destaque na carteira de Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1, por Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LFT, NTN-B e NTN-F). Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

- **Nível 3** - mensurações são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Banco Pine utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados determinados instrumentos de dívida de companhias de capital fechado, em situação de discussão judicial, classificados como ativos financeiros mensurados por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e empréstimos e adiantamentos a clientes, classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado (VJR). Não existem derivativos classificados no nível 3.

Categoria	Tipo de Ativo/Passivo	Técnicas de valorização	Principais inputs não observáveis
Derivativos lineares	Fra de cupom	Preços de fechamento BMF	Taxa de Cupom Cambial de longo prazo
	Swap de inflação	*Discounted cash flow*	Taxa de Cupom Cambial de IGPM
	Swap de taxa de juros	*Discounted cash flow*	Taxa pré-fixadas Cambial de longo prazo
Derivativos não lineares	Opções de equities	*Black&Scholes*	Volatilidades implícitas de longo prazo
	Opções de inflação	*Black&Scholes*	Volatilidades implícitas de longo prazo IPCA
	Opções de juros	*Black&Scholes*	Volatilidades implícitas de longo prazo IDI
	Opções de moedas	*Black&Scholes*	Volatilidades implícitas de longo prazo USD/BRL
Cash	Títulos privados	*Discounted cash flow*	Taxas de desconto ("Yields")
	Títulos públicos	*Discounted cash flow*	Curva futura de DI e PU ANBIMA
	Empréstimos e adiantamentos a clientes (VJR)	*Discounted cash flow*	Taxas de desconto ("Yields")

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Pine para apurar seu valor justo:

				31/12/2025
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	517.542	6.887.635	2.699.950	10.105.127
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	505	1.779.839	182.744	1.963.088
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	2.245.844	-	2.245.844

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

				31/12/2024
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	706	4.624.617	1.917.397	6.542.720
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	168.370	2.049.017	90.385	2.307.772
Passivos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (derivativos)	-	2.137.616	-	2.137.616

Movimentações de Valor Justo de Nível 3

A tabela a seguir mostra as movimentações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, para os ativos e passivos financeiros classificados como Nível 3 na hierarquia do valor justo:

	Valor justo em 31/12/2024	Adições, liquidações, ganhos/perdas e outras movimentações	Valor justo em 31/12/2025
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	1.917.397	782.553	2.699.950
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	90.385	92.359	182.744

	Valor justo em 31/12/2023	Adições, liquidações, ganhos/perdas e outras movimentações	Valor justo em 31/12/2024
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	1.849.464	67.933	1.917.397
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	90.385	-	90.385

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve transferência entre os níveis.

l) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

De acordo com o IFRS 7 e CPC 40 Instrumentos Financeiros – Divulgações, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros e seu valor justo, conforme quadro abaixo:

	31/12/2025		31/12/2024	
Ativos financeiros	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Caixa e equivalentes de caixa [(i)]	657.173	657.173	2.327.961	2.327.961
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras [(ii)]	297.943	297.943	127.480	127.480
Empréstimos e adiantamentos a clientes [(ii)]	11.198.679	10.517.964	10.725.214	8.424.404
Instrumentos de dívida [(ii) (v)]	5.371.116	5.778.543	6.057.019	5.568.396
Total dos ativos financeiros	**17.524.911**	**17.251.623**	**19.237.674**	**16.448.241**

	31/12/2025		31/12/2024	
Pasivos financeiros	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Depósitos de instituições financeiras [(iii)]	527.540	538.430	895.529	895.529
Depósitos de clientes [(iv)]	17.025.193	17.201.347	15.085.059	15.505.071
Captações no mercado aberto [(iii)]	4.681.536	4.681.536	4.986.117	4.986.117
Obrigações por títulos e valores mobiliários [(iv)]	2.522.184	2.557.529	845.406	990.016
Obrigações por empréstimos e repasses [(iv)]	197.494	197.494	46.480	44.898
Outros passivos financeiros e Outras Obrigações [(iii)]	53.822	53.822	66.721	66.721
Dívidas subordinadas [(iv)]	1.047.668	773.274	652.250	618.602
Total dos passivos financeiros	**26.055.437**	**26.003.432**	**22.577.562**	**23.106.954**

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

(i) O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, instrumentos de dívida, instrumentos de capital, instrumentos financeiros derivativos e empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras refletem seu valor contábil.

(ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes, instituições financeiras e instrumentos de dívida são mensurados líquidos da provisão para *impairment*. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.

(iii) O valor justo estimado dos depósitos de instituições financeiras, captações no mercado aberto, obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros e outros passivos financeiros refletem seu valor contábil.

(iv) O valor justo estimado dos depósitos de clientes e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares. O valor justo dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

(v) Reclassificação de instrumentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não houve reclassificação entre categorias em decorrência de mudanças no modelo de negócios.

(vi) Desreconhecimento de ativos financeiros

- Renegociações

O Pine desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida como no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no mesmo estágio na qual a operação anterior estava classificada, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Pine reconhece um ganho ou perda de modificação.

- Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o Pine transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou (ii) o Pine não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento é feito pelo Grupo quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias. A diferença entre o valor contábil do ativo original e o montante recebido é reconhecida no resultado.

- Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

m) Redução ao valor recuperável

(i) Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas:

O Pine registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para as garantias financeiras, que nesta seção serão todos considerados como “instrumentos financeiros sujeitos à perdas esperadas”.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida).

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na nota 45.i.

Notas Explicativas

O Pine estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas Demonstrações Financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na nota 45.i.

Baseado no processo acima, o Pine distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: Operações em curso normal. Quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Pine reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: Operações com atraso acima de 30 dias. Quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Pine registra uma provisão para PE Vida. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: Operações com atraso acima de 90 dia e instrumentos financeiros deteriorados ou ativos problemáticos. O Banco registra uma provisão para PE Vida.

Cálculo das perdas esperadas

O Pine calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default – PD*): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.

- Exposição no momento da inadimplência (Exposure at default - EAD): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados.

- Perda dada a inadimplência (*loss given default – LGD*): é uma estimativa de perda originada no caso da inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na nota 45.h.

O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o Pine tenha o direito legal de liquidar antecipadamente.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

Estágio 1: O Pine calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada descontada a valor presente.

Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o Pine reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs e LGDs são estimadas ao longo da vida do instrumento. A expectativa de insuficiência de caixa é descontada a valor presente.

Estágio 3: para operações consideradas com problemas de recuperação, o Pine reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizada para as operações do Estágio 2, no entanto a PD determinada em 100%.

Limites de crédito: A PE para limites utilizados é calculada através da PE vida. Para os limites concedidos e não utilizados, calculamos a PE através da PE vida aplicando o fator de conversão de crédito estimando a parcela do limite concedido passivo a utilização ao longo da vigência do limite.

(ii) Instrumentos de dívida mensurados ao VJORA

A PE de instrumentos de dívida mensurados ao VJORA não reduz o valor contábil desses ativos financeiros, que permanecem ao valor justo. Ao invés disso, o valor da PE é reconhecido em outros resultados abrangentes tendo como contrapartida o resultado. A perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é transferida para o resultado no momento do desreconhecimento dos ativos.

(iii) Garantias financeiras prestadas (avais e fianças)

A insuficiência de caixa das garantias prestadas é a diferença entre (i) os desembolsos esperados para reembolsar o beneficiário da garantia, com o propósito de cobrir a sua perda de crédito incorrida (valor garantido) e (ii) qualquer valor que a entidade espera recuperar junto ao solicitante da garantia financeira, que normalmente é um de seus clientes (valor passível de recuperação).

(iv) Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o Banco utiliza uma série de informações macro econômicas prospectivas, como:

- CDI; e

- PIB.

O Pine realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O Pine considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

(v) Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*low default portfolio – LDP*)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o Pine utiliza suas classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O Pine pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o Pine considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais e os títulos privados, classificados como *investment grade* pelas agências de rating na visão local.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, a IFRS 9 determina que não é necessário avaliar se houve ou não aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que essas operações serão inicialmente alocadas no Estágio 1 (PE para 12 meses) e se, porventura, vierem a apresentar inadimplência, serão migradas automaticamente para o estágio 3, onde as perdas esperadas serão reconhecidas pela vida do contrato (PE Vida).

n) Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos

Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos incluem todos derivativos ativos e passivos que não são classificados como mantidos ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR).

O Pine designa certos derivativos mantidos para gerenciamento de riscos como instrumentos de *hedge* em relações de *hedge accounting* . Na designação inicial do *hedge* , o Pine documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos de *hedge* e os itens objetos de *hedge* , incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos de *hedge* , juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade do *hedge* . O Pine avalia, no início e em bases periódicas, se os instrumentos de *hedge* são efetivos na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens objetos de *hedge* , durante o período para o qual o *hedge* está designado, e se os resultados atuais de cada *hedge* estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade.

Toda parcela de inefetividade é reconhecida no resultado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

Hedge de risco de mercado

Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações reconhecidas no resultado do período.

o) Ativos não circulantes mantidos para venda

São ativos não circulantes, cujo valor contábil será recuperado através de venda e não pelo seu uso contínuo.

Para que seja classificado como “mantido para a venda”, o ativo deve: estar disponível para a venda imediata; ter sua venda altamente provável, ou seja, deve haver um plano formal para sua alienação; estar em processo de identificação de um comprador e conclusão da venda; ser ativamente negociado em mercado de forma a permitir indicação de seu valor justo.

Imóveis e outros ativos não circulantes, tomados ou recebidos como quitação total ou pagamento das obrigações dos devedores, são considerados como ativos não correntes “mantidos para a venda”, se atenderem as condições supracitadas.

São mensurados pelo menor montante entre seu valor justo menos custos de venda e o valor contábil na data em que foram classificados como “mantidos para a venda”, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável. Essa provisão é reavaliada anualmente e sua classificação contábil é com base no valor de mercado. Estes bens não estão sujeitos à depreciação.

O Banco Pine considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, bem como premissas estabelecidas pela Administração.

p) Investimentos mantidos para venda

Em 31 de dezembro de 2025, as participações societárias detidas pelo Banco na Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. e Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda., estão apresentados como investimentos mantidos para venda, considerando o modelo de negócios determinado pela administração do Banco em relação a essas empresas, aprovado pelo Conselho de Administração. Espera-se que até março de 2028 se conclua a transação de venda. Esses investimentos mantidos para venda estão registrados pelo menor valor entre o seu valor justo e seu valor de custo no momento desta classificação.

Notas Explicativas

q) Ativos tangíveis

Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos tangíveis são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e perdas por *impairment.*

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos tangíveis construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Softwares adquiridos integrados à funcionalidade de um ativo tangível são registrados como parte do ativo tangível.

Quando os principais componentes de um ativo tangível possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do ativo tangível.

(ii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo tangível.

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis para os períodos atual e comparativo são:

- Veículos: 5 anos
- Sistemas de computação: 5 anos
- Outros bens: 10 anos

IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substituiu a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) inicialmente, reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados no início do arrendamento. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro.

O Banco arrenda, predominantemente, ativos objetos dos contratos de arrendamento de negócios mobiliários, imobiliários e transporte, referentes ao mecanismos de funcionamento de seu negócio.

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco.

O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data (Nota 14).

r) Ativos intangíveis

O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos, que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade e projetos desenvolvimentos internamente. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(i) Licença de uso de sistemas - software

De acordo com o IFRS (IAS 38), os gastos com softwares adquiridos e desenvolvidos são classificados em três etapas distintas: 1. Etapa Preliminar do Projeto (despesa); 2. Etapa de Implantação do Projeto (capitalizar) e 3. Etapa Pós-implementação do Projeto (despesa).

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

(ii) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software* , a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis para os períodos atual e comparativo são:

Softwares: 5 anos

(iii) Outros intangíveis

Os demais ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos pelo Pine são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por *impairment* .

As amortizações são reconhecidas no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada dos ativos.

s) Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e o valor de quaisquer outros valores e bens não considerados como ativo financeiro.

t) Outros passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida de adiantamentos e o valor de quaisquer outras obrigações não consideradas como passivo financeiro.

u) *Impairment* de ativos não-financeiros

De acordo com o IFRS (IAS 36), o *impairment* de ativos não financeiros tem como base o valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa que é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Em linhas gerais, o teste de *impairment* para o IFRS é efetuado com base no *recoverable amount* , que é o maior valor entre o valor justo (-) o custo para vender ou o valor em uso que representa o fluxo de caixa esperado pelo uso contínuo do ativo descontado ao valor presente.

v) Depósitos, títulos emitidos, dívidas subordinadas, empréstimos e repasses e captações no mercado aberto

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são as fontes do Pine para financiamento de suas operações.

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que o Pine designou os passivos a valor justo contra resultado.

Quando o Pine vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de recompra do ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura ("venda com compromisso de recompra" ou "empréstimo de títulos"), o contrato é contabilizado como captações no mercado aberto e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Pine.

w) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Pine tem uma obrigação presente, que pode ser estimada de modo confiável, e seja provável uma saída de benefícios econômicos para sua liquidação.

x) Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com o IAS 37, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Provisões: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas, quando é provável uma saída de recurso para liquidar tais perdas. A determinação da provisão necessária para esses processos é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas os processos para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;

- Passivo contingente: é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Pine ou uma obrigação presente não reconhecida porque não é provável uma saída de recurso. Tais contingências, quando avaliadas como possível pelos assessores jurídicos, são divulgadas;

y) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, etc. O Pine emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal dos seus negócios bancários.

De acordo com os requerimentos do IFRS 15, são registrados inicialmente ao valor justo ativos ou passivos de contrato de garantias financeiras, o quais representam geralmente o valor da comissão recebida ou a receber. Subsequentemente, os ativos e passivos de garantias financeiras são mensurados ao maior valor entre o valor justo inicialmente reconhecido (menos a apropriação do valor da comissão no resultado) e a melhor estimativa de gasto exigido para liquidar as obrigações. O Pine reconhece o valor presente de taxas, comissões e juros a receber das garantias financeiras prestadas na rubrica "Outros Passivos Financeiros".

z) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Pine no final do período, com base no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

aa) Capital acionário e reservas

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são deduzidos da mensuração inicial dos respectivos instrumentos de capital emitidos.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

(i) Ações em tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no patrimônio líquido em ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada em conta especifica do patrimônio líquido. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra conta de reservas no patrimônio líquido, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

(ii) Lucro ou prejuízo por ação

O Pine apresenta informações sobre o lucro ou prejuízo por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais segregadas por classe. O lucro ou prejuízo por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais do Pine pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O lucro ou prejuízo por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias e preferenciais com potencial diluição.

(iii) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa.

Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.

Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e ativos tangíveis e intangíveis.

Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

4. SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

- Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Pine opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Banco Pine se posicionou nas seguintes áreas de negócios:

Atacado: O segmento possui produtos tradicionais de crédito e como parte do modelo de negócios, cada *officer* de originação do Banco Pine possui determinado número de grupos econômicos em sua carteira de clientes.

Empresas

As operações de empréstimos corporativos são "colateralizadas", com diversos tipos de garantias, como alienação fiduciária de produtos e de imóveis, recebíveis e aplicações financeiras.

Mesa de Clientes

A Mesa de Clientes atua, principalmente, estruturação de produtos que permitem o gerenciamento de suas exposições às variações de preços de moedas, juros, commodities e no fechamento de câmbio.

Operações Estruturadas e Parcerias

Operações Estruturadas e Parcerias são compostas por: (i) Mercado de Capitais e Crédito Estruturado, atuando como participantes especiais em emissões de dívida em parceria com securitizadoras e empresas parceiras; (ii) Parcerias: parceiros estratégicos na originação de Crédito, Operações Estruturadas, Derivativos e Câmbio, através de fintechs, gestoras, agentes autônomos e securitizadoras; e (iii) Ativos Imobiliários: desenvolvimento, lançamento e comercialização de ativos imobiliários.

Tesouraria e Captação

Responsável pela gestão de ativos e passivos (ALM) do Banco Pine, pela captação de recursos e distribuição e pelos livros de *Booking* e *Trading*.

Varejo: Segmento baseado em parcerias e acordos de *funding* com *fintechs* e instituições financeiras na Gestão de Portfólios de Crédito de Varejo Colateralizado, em linhas de produtos de baixo risco como antecipação do FGTS e Créditos Consignados.

ATIVOS E PASSIVOS	31/12/2025		31/12/2024	
	Atacado	Varejo	Atacado	Varejo
Total do ativo [1]	**19.920.884**	**11.092.224**	**19.287.200**	**7.707.282**
Total do passivo	**9.758.130**	**19.818.377**	**25.766.813**	**155.752**
Total do patrimônio líquido	**1.273.905**	**162.696**	**711.217**	**360.700**
(1) O total do ativo inclui:				
Participações em coligadas	-	1.530	-	44.518
Imobilizado	30.583	60.221	82.598	-
Ativo Intangível	8.373	16.488	23.944	-

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA	31/12/2025			31/12/2024		
	Atacado	Varejo	Total	Atacado	Varejo	Total
Receitas com juros e similares	1.653.382	3.120.140	4.773.522	1.646.361	1.101.796	2.748.157
Despesas com juros e similares	(1.144.482)	(2.253.567)	(3.398.049)	(1.737.640)	(596.260)	(2.333.900)
Receitas de tarifas e comissões	146.197	-	146.197	80.648	-	80.648
Despesas de tarifas e comissões	(36.337)	-	(36.337)	(11.051)	-	(11.051)
Resultado de equivalência patrimonial	-	24.615	24.615	-	22.949	22.949
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado (VJR)	27.044	95.221	122.265	469.024	(331.953)	137.071
Variações cambiais (líquidas)	(42.149)	(102.010)	(144.159)	6.441	(1.166)	5.275
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(144.418)	(312.397)	(456.815)	(199.915)	(146.966)	(346.881)
Outras receitas (despesas) operacionais	52.645	48.455	101.100	66.905	(6.910)	59.995
Receita líquida operacional	**511.882**	**620.457**	**1.132.339**	**264.495**	**97.768**	**362.263**
Despesas Administrativas	(184.541)	(357.125)	(541.666)	(204.674)	(142.834)	(347.508)
Depreciações e Amortizações	(7.895)	(15.246)	(23.141)	(13.127)	(1.618)	(14.745)
Provisões líquidas	3.874	-	3.874	6.682	(170)	6.512
Resultado na alienação de bens	(10.399)	-	(10.399)	10.775	-	10.775
Lucro líquido operacional antes da tributação	**312.921**	**248.086**	**561.007**	**64.151**	**(46.854)**	**17.297**
Imposto de renda e contribuição social	(33.256)	(94.873)	(128.129)	47.066	37.371	84.437
Lucro líquido do exercício	**279.665**	**153.213**	**432.878**	**111.217**	**(9.483)**	**101.734**

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades (Caixa)	89.895	78.541
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras [1]	567.278	2.249.420
Total	**657.173**	**2.327.961**

(1) Refere-se a aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujos vencimentos na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

6. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	297.943	127.480
Total	**297.943**	**127.480**
Tipo:		
Aplicações em depósitos interfinanceiros	297.943	127.480
Total	**297.943**	**127.480**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE DÍVIDA E DE CAPITAL

a) Composição

Os instrumentos de dívida e de capital, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão compostos como segue:

	31/12/2025			31/12/2024		
Classificação	Valor Contábil	Valor de Curva	Ajuste de MTM	Valor Contábil	Valor de Curva	Ajuste de MTM
Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)						
Instrumentos de dívida	6.148.562	6.026.579	121.983	1.552.621	1.714.227	(161.606)
Instrumentos de capital	691	691	-	706	706	-
Total	**6.149.253**	**6.027.270**	**121.983**	**1.553.327**	**1.714.933**	**(161.606)**
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados Abrangentes (VJORA)						
Instrumentos de dívida	2.155.332	2.155.401	(69)	2.364.597	2.368.224	(3.627)
Total	**2.155.332**	**2.155.401**	**(69)**	**2.364.597**	**2.368.224**	**(3.627)**
Instrumentos financeiros ao custo amortizado						
Instrumento de dívida	5.778.543	5.778.543	-	5.568.396	5.568.396	-
Total	**5.778.543**	**5.778.543**	**-**	**5.568.396**	**5.568.396**	**-**
Total Geral	**14.083.128**	**13.961.214**	**121.914**	**9.486.320**	**9.651.553**	**(165.233)**

b) Composição por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento

A composição, por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento dos saldos da rubrica Instrumentos de Dívida e de Capital é a seguinte:

									31/12/2025
							Valor de Mercado/Contábil		Total
Papel/Vencimento	Vencidos	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Valor de Curva
Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado									
Ações de companhias abertas	-	691	-	-	-	-	-	691	691
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	-	506.542	506.542	506.542
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-	1.114.684	3.173.001	4.287.685	4.165.702
Debêntures	-	-	-	-	-	694.879	649.147	1.344.026	1.344.026
CDB - certificados de depósitos bancários	-	-	-	-	10.309	-	-	10.309	10.309
Total	**-**	**691**	**-**	**-**	**10.309**	**1.809.563**	**4.328.690**	**6.149.253**	**6.027.270**
Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros res. abrangentes									
Eurobonds	-	-	-	3.608	-	-	-	3.608	3.679
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	14.478	-	7.930	22.408	22.408
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	31.805	27.752	25.495	85.052	85.052
Debêntures [1]	-	-	5.517	124.807	655.341	47.436	138.140	971.241	971.241
Cédula do produto rural	51.706	-	9.895	128.571	265.365	616.981	-	1.072.518	1.072.518
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	505	-	505	503
Total	**51.706**	**-**	**15.412**	**256.986**	**966.989**	**692.674**	**171.565**	**2.155.332**	**2.155.401**
Instrumentos financeiros ao custo amortizado									
Cédula do produto rural	-	-	23.236	23.803	77.890	170.640	-	295.569	295.569
Nota Comercial	96.609	-	567.099	345.327	275.053	726.073	-	2.010.161	2.010.161
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	2.669.503	259.748	543.562	-	3.472.813	3.472.813
Total	**96.609**	**-**	**590.335**	**3.038.633**	**612.691**	**1.440.275**	**-**	**5.778.543**	**5.778.543**
Total Geral	**148.315**	**691**	**605.747**	**3.295.619**	**1.589.989**	**3.942.512**	**4.500.255**	**14.083.128**	**13.961.214**

									31/12/2024
							Valor de Mercado/Contábil		Total
Papel/Vencimento	Vencidos	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Valor de Curva
Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado									
Ações	-	706	-	-	-	-	-	706	706
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-	-	763.134	763.134	924.673
Debêntures	-	-	-	-	-	789.487	-	789.487	789.554
Total	**-**	**706**	**-**	**-**	**-**	**789.487**	**763.134**	**1.553.327**	**1.714.933**
Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros res. abrangentes									
Eurobonds	-	-	-	-	4.271	-	-	4.271	4.271
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	8.774	11.574	14.552	34.900	34.868
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	-	20.471	28.149	18.229	66.849	66.941
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-	-	317.111	317.111	317.111
Debêntures [1]	-	-	-	-	1.099.513	41.260	25.055	1.165.828	1.165.218
Cédula do produto rural	-	-	7.124	189.545	126.349	284.250	-	607.268	611.437
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	110.744	-	-	440	-	111.184	111.183
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	57.186	-	-	-	-	57.186	57.195
Total	**-**	**-**	**175.054**	**189.545**	**1.259.378**	**365.673**	**374.947**	**2.364.597**	**2.368.224**
Instrumentos financeiros ao custo amortizado									
Nota Comercial	114.843	-	16.394	846.153	253.751	376.033	-	1.607.174	1.607.174
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	241.171	201.936	2.710.959	746.672	60.484	3.961.222	3.961.222
Total	**114.843**	**-**	**257.565**	**1.048.089**	**2.964.710**	**1.122.705**	**60.484**	**5.568.396**	**5.568.396**
Total Geral	**114.843**	**706**	**432.619**	**1.237.634**	**4.224.088**	**2.277.865**	**1.198.565**	**9.486.320**	**9.651.553**

(1) Em 31 de dezembro de 2025, inclui debêntures no montante de R$57.937 (R$25.070 em 31 de dezembro de 2024), que tiveram declaração de vencimento antecipado, conforme consta Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 22 de setembro de 2023. Esses títulos privados possuem provisão de R$46.350 (R$24.167 em 31 de dezembro de 2024).

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVO E PASSIVO) e HEDGE

a) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o Pine oferece alternativas aos seus clientes de mitigação de riscos de mercado, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

b) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de Estresse. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela Administração. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de estresse.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pelo Pine com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swaps com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são considerados baixos em relação ao total do Pine.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

c) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, Intercontinental Exchange - ICE e Bloomberg. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

d) Posição dos instrumentos financeiros derivativos de negociação

	31/12/2025			31/12/2024		
Instrumentos financeiros derivativos - ATIVO	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Total**	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Total**
Swap - diferencial a receber	999.256	131.664	1.130.920	753.030	1.489.287	2.242.317
Contratos a termo - a receber	60.187	2.833	63.020	686.727	90.095	776.822
Prêmios de opções a exercer	18.978	1.360	20.338	2.184	42.378	44.562
Câmbio comprado a liquidar	1.445	-	1.445	-	-	-
Direito sobre vendas de câmbio	860	-	860	-	-	-
Futuros	25.380	13.961	39.341	15.931	19.386	35.317
Total a receber	**1.106.106**	**149.818**	**1.255.924**	**1.457.872**	**1.641.146**	**3.099.018**

	31/12/2025			31/12/2024		
Instrumentos financeiros derivativos - PASSIVO	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Total**	**Curto Prazo**	**Longo Prazo**	**Total**
Swap - diferencial a receber	(2.139.166)	(12.965)	(2.152.131)	(161.226)	(1.855.133)	(2.016.359)
Contratos a termo - a pagar	(26.679)	(18.432)	(45.111)	(25.047)	(3.860)	(28.907)
Prêmios de opções lançadas	(1.709)	(4.216)	(5.925)	(7.622)	(23.853)	(31.475)
Câmbio vendido a liquidar	(464)	-	(464)	-	-	-
Obrigações por compra de vendas de câmbio	(2.110)	-	(2.110)	-	-	-
Futuros	(27.820)	(12.283)	(40.103)	(16.276)	(44.599)	(60.875)
Total a pagar	**(2.197.948)**	**(47.896)**	**(2.245.844)**	**(210.171)**	**(1.927.445)**	**(2.137.616)**
Valor líquido	**(1.091.842)**	**101.922**	**(989.920)**	**1.247.701**	**(286.299)**	**961.402**

e) Valores de referência (*notional*) e valores justos de derivativos de negociação e *hedge*

	31/12/2025				31/12/2024			
	Valor de Referencia	**Valor a Receber**	**Valor a Pagar**	**Resultado**	**Valor de Referencia**	**Valor a Receber**	**Valor a Pagar**	**Resultado**
Swap								
Risco de mercado								
Posição ativa:	**5.314.175**	**1.129.431**	**-**		**7.321.897**	**2.242.317**	**-**	
Juros	4.718.177	1.104.503	-		6.892.059	2.194.712	-	
Moeda	595.998	24.928	-		429.838	47.605	-	
Posição passiva:	**5.314.175**	**-**	**(2.152.131)**		**7.321.897**	**-**	**(2.005.985)**	
Juros	4.290.079	-	(2.152.064)		7.019.334	-	(2.002.545)	
Moeda	1.024.096	-	(67)		302.563	-	(3.440)	
Valor líquido		**1.129.431**	**(2.152.131)**	**(435.554)**		**2.242.317**	**(2.005.985)**	**164.117**
Fluxo de Caixa								
Posição ativa:	**30.000**	**1.489**	**-**		**-**	**-**	**-**	
Juros	15.000	1.179	-		-	-	-	
Moeda	15.000	310	-		-	-	-	
Valor líquido		**1.489**	**-**	-		**-**	**-**	**-**
Hedge Accounting								
Risco de mercado								
Posição passiva:	**-**	**-**	**-**		**208.318**	**-**	**(10.374)**	
Juros	-	-	-		208.318	-	(10.374)	
Valor líquido	**-**	**-**	**-**	**-**		**-**	**(10.374)**	**(17.305)**
Valor líquido de *Swap*		**1.130.920**	**(2.152.131)**	**(435.554)**		**2.242.317**	**(2.016.359)**	**146.812**
Contratos a termo								
Posição ativa:	**5.318.285**	**63.020**	**-**		**11.594.502**	**776.822**	**-**	
Juros	3.056.860	41.848	-		5.751.234	96.167	-	
Moeda	2.194.475	20.929	-		5.605.717	575.468	-	
Commodities	66.950	243	-		237.551	105.187	-	
Posição passiva:	**5.318.285**	**-**	**(45.111)**		**11.594.502**	**-**	**(28.907)**	
Juros	2.261.426	-	(38.858)		6.182.884	-	(7.687)	
Moeda	3.025.161	-	(3.585)		5.411.618	-	(21.220)	
Commodities	31.698	-	(2.668)		-	-	-	
Valor líquido		**63.020**	**(45.111)**	**(215.397)**		**776.822**	**(28.907)**	**625.620**
Opções								
Prêmios de opções a exercer:	**1.391.460**	**20.338**	**-**		**32.285.670**	**44.562**	**-**	
Juros	998.400	32	-		105	1.072	-	
Moeda	389.010	1.497	-		32.284.678	9.020	-	
Commodities	4.050	18.809	-		887	34.470	-	
Prêmios de opções lançadas:	**1.883.900**	**-**	**(5.925)**		**31.928.915**	**-**	**(31.475)**	
Juros	998.400	-	-		-	-	-	
Moeda	885.500	-	(5.914)		31.928.915	-	(31.475)	
Commodities	-	-	(11)		-	-	-	
Valor líquido		**20.338**	**(5.925)**	**36.787**		**44.562**	**(31.475)**	**39.726**
Câmbio								
Ativo	**-**	**2.305**	**-**		**-**	**-**	**-**	
Câmbio comprado a liquidar	-	1.445	-		-	-	-	
Direito sobre vendas de câmbio	-	860	-		-	-	-	
Passivo	**-**	**-**	**(2.574)**		**-**	**-**	**-**	
Câmbio vendido a liquidar	-	-	(464)		-	-	-	
Obrigações por compra de vendas de câmbio	-	-	(2.110)		-	-	-	
Valor líquido		**2.305**	**(2.574)**	**(5.314)**		**-**	**-**	**-**
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		**1.216.583**	**(2.205.741)**	**(619.478)**		**3.063.701**	**(2.076.741)**	**812.158**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

f) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	31/12/2025				31/12/2024			
	Valor de Referência		Ajuste diário a receber		Valor de Referência		Ajuste diário a receber	
	Compra	Venda	(pagar)	Resultado	Compra	Venda	(pagar)	Resultado
Mercado interfinanceiro [1]	14.121.711	13.236.393	(70.345)		115.793.159	4.241.407	(22.710)	
Moeda	877.713	-	(3.880)		4.201.302	847.726	(14.142)	
Cupom de IPCA	3.264.540	-	3.689		1.996.934	-	(3.260)	
Cupom cambial futuro	12.544	2.043.142	23.168		12.064	5.185.237	14.554	
Commodities	118.848	280.539	(137)		455.491	391.282	-	
Total	**18.395.356**	**15.560.074**	**(47.505)**	**331.434**	**122.458.950**	**10.665.652**	**(25.558)**	**(1.064.963)**

(1) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, contém Instrumento de Hedge com Futuros - DI.

g) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

						31/12/2025	31/12/2024
Valor de referência - Compensação	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total
Swap	2.531.694	438.527	512.032	852.313	1.009.609	5.344.175	7.530.215
Contratos a termo	4.044.451	718.509	555.325	-	-	5.318.285	11.594.502
Opções	314.500	2.071.110	889.750	-	-	3.275.360	64.214.585
Futuros	1.750.034	884.746	3.159.752	644.024	27.516.874	33.955.430	133.124.602
Total	**8.640.679**	**4.112.892**	**5.116.859**	**1.496.337**	**28.526.483**	**47.893.250**	**216.463.904**

h) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujos valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas como segue:

	31/12/2025				31/12/2024			
Custodiante	*Swaps*	Contratos a termo	Opções	Futuros	*Swaps*	Contratos a termo	Opções	Futuros
Bolsa	**-**	**-**	**-**	**33.955.430**	**-**	**-**	**-**	**133.124.602**
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	-	33.575.399	-	-	-	132.277.829
Bolsas no exterior	-	-	-	380.031	-	-	-	846.773
Balcão	**5.344.175**	**5.318.285**	**3.275.360**	**-**	**7.530.215**	**11.594.502**	**64.214.585**	**-**
Instituições Financeiras	1.009.608	1.661.670	-	-	2.457.547	11.594.502	64.214.585	-
Empresas	4.334.567	3.656.615	3.275.360	-	5.072.668	-	-	-
Total	**5.344.175**	**5.318.285**	**3.275.360**	**33.955.430**	**7.530.215**	**11.594.502**	**64.214.585**	**133.124.602**

i) *Hedge Accounting*

***Hedge* de Riscos de Mercado**

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido pelo IFRS 9, já que o Pine optou por manter a sua estrutura de *hedge* seguindo os requisitos dessa norma.

Hedge da carteira de captação - CDB, LCA, LFS e LF: O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições das captações (i) CDBs e LCAs: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixados ao CDI; (ii) CDBs: pré-pós fixados ao IPCA e (iii) LFs e LF: pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pré-pós fixadas ao CDI, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros e inflação.

Hedge da carteira de operação de crédito – empréstimos (varejo): O objetivo do relacionamento deste hedge é reduzir as exposições da carteira de empréstimos INSS, INSS GDF, FGTS, Crédito Privado e SIAPE pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

	31/12/2025				31/12/2024			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Instrumento de *Hedge*								
Contratos de *swap* (ponta ativa)	-	-	-	-	208.318	262.651	260.391	(2.260)
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**208.318**	**262.651**	**260.391**	**(2.260)**
Objeto de *Hedge*								
Captações CDB	-	-	-	-	189.197	262.651	256.537	(6.114)
Captações LCI	-	-	-	-	48.218	55.703	52.279	(3.424)
Total	**-**	**-**	**-**	**-**	**237.415**	**318.354**	**308.816**	**(9.538)**
Instrumento de *Hedge*								
Futuros (DI)	3.613.360	3.613.360	3.613.360	-	3.204.530	3.206.385	3.206.415	30
Futuros (DAP)	4.754.844	4.754.844	4.754.844	-	1.996.934	1.996.934	1.996.934	-
Total	**8.368.204**	**8.368.204**	**8.368.204**	**-**	**5.201.464**	**5.203.319**	**5.203.349**	**30**
Objeto de *Hedge*								
Captações CDB	6.144.643	8.205.319	7.916.292	(289.027)	3.808.455	5.203.145	4.674.971	(528.174)
Captações LCA	5.986	7.439	7.286	(153)	6.006	6.764	6.266	(498)
Captações LCI	48.218	61.465	60.601	(864)	-	-	-	-
Captações LFS	80.965	88.996	88.389	(607)	80.000	94.092	60.074	(34.018)
Captações LF	191.488	237.839	208.471	(29.368)	-	-	-	-
Total	**6.471.300**	**8.601.058**	**8.281.039**	**(320.019)**	**3.894.461**	**5.304.001**	**4.741.311**	**(562.690)**
Instrumento de *Hedge*								
Futuros (DI)	7.135.610	7.135.610	7.135.610	-	4.506.502	4.509.033	4.509.090	57
Total	**7.135.610**	**7.135.610**	**7.135.610**	**-**	**4.506.502**	**4.509.033**	**4.509.090**	**57**
Objeto de *Hedge*								
Consignado INSS	4.241.092	4.241.092	4.174.294	(66.798)	2.811.185	4.001.622	3.652.435	(349.187)
Consignado INSS GDF	131.678	131.678	127.140	(4.538)	285.555	270.741	249.165	(21.576)
Consignado FGTS	633.026	633.026	621.730	(11.296)	150.306	597.605	559.337	(38.268)
Crédito Privado	1.600.818	1.600.818	1.599.526	(1.292)	-	-	-	-
SIAPE	142.558	142.558	142.955	397	-	-	-	-
Total	**6.749.172**	**6.749.172**	**6.665.645**	**(83.527)**	**3.247.046**	**4.869.968**	**4.460.937**	**(409.031)**

j) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis

	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Montante relacionado no passivo financeiro	31/12/2025
Instrumentos Financeiros Derivativos	36.122	19.470	16.652

	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos	Montante relacionado no passivo financeiro	31/12/2024
Instrumentos Financeiros Derivativos	29.593	17.151	73.056

Os Instrumentos Financeiros Derivativos não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos de compensação, mas que não atendem aos critérios de compensação do IAS 32, pois não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

9. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

a) Tipo de crédito

	31/12/2025	31/12/2024
Capital de giro	1.263.173	1.810.558
Conta corrente garantida	34.836	63.406
Financiamentos	273.400	61.898
Financiamentos a exportação	-	10.293
Financiamento em moeda estrangeira	281.595	302.595
Títulos descontados	356.921	16.116
Devedores por compra de valores e bens (1)	424.095	392.354
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber (5)	248.701	399.529
Avais e Fianças Honradas	39.338	40.352
Empréstimo FGTS (2)	582.369	344.826
Consignado (2)	8.949.271	7.111.215
Total da carteira de crédito	**12.453.699**	**10.553.142**
Créditos abertos para importação	49.978	501.270
Garantias prestadas	562.973	508.923
Garantias prestadas e responsabilidades	**612.951**	**1.010.193**
Outros recebíveis	32.936	9.019
Instrumentos de dívida privados (3)	6.165.223	4.897.168
Títulos com risco de crédito	**6.198.159**	**4.906.187**
Limites de Crédito a Liberar	**-**	**93.316**
(+/-) Ajuste ao valor justo (4)	**335.564**	**(409.031)**
Total da carteira expandida ajustada ao valor justo	**19.600.373**	**16.153.807**
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito	475.034	526.826
Total da carteira expandida ajustada pelo prêmio pago na aquisição de crédito	**20.075.407**	**16.680.633**

(1) Valores a receber pela venda de ativos não circulantes mantidos para venda.
(2) Contemplam contratos que são objeto de hedge de risco de mercado.
(3) Composto por debêntures, cotas de fundo de investimento, ações de companhias abertas, nota comercial, cédula de produto rural, certificado de recebíveis agronegócio, certificado de recebíveis imobiliários e eurobonds, exceto cotas de fundo de investimento não creditório e debêntures com retenção substancial de riscos e benefícios. (Nota 7.b).
(4) Refere-se ao ajuste ao valor justo da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 8.i) e ajuste ao valor justo da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes classificadas como mensurados ao valor justo no resultado, que não são objetos de hedge.
(5) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, inclui Rendas a Receber, no montante de R$46.383 e R$31.809, respectivamente, apresentados na Nota 13 - Outros Ativos.

O valor justo dos ativos financeiros é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

b) Por ramo de atividade

	31/12/2025	31/12/2024
Agronegócio	629.086	550.647
Imobiliário	526.884	698.461
Infraestrutura	24.089	42.629
Logística e Transporte	105.628	112.222
Mineração	-	145.736
Telecom e TI	6.233	17.403
Indústria	243.933	170.045
Serviços	37.403	276.434
Químico e Petroquímico	82.359	143.873
Energia	860	4.109
Comércio	111.992	302.494
Instituição Financeira	18.552	23.064
Saúde e Educação	13.847	26.680
Papel e Celulose	1.476	9.310
Pessoa física	9.561.971	7.897.597
Outros	1.089.386	132.438
Total - Custo amortizado e valor justo no resultado (VJR)	**12.453.699**	**10.553.142**
(+/-) Ajuste ao valor justo (1)	**335.564**	**(409.031)**
Total - Custo amortizado e valor justo no resultado (VJR) ajustado a valor justo	**12.789.263**	**10.144.111**

(1) Refere-se ao ajuste ao valor justo da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 8.i) e ajuste ao valor justo da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes classificadas como mensurados ao valor justo no resultado, que não são objetos de hedge.

c) Por nível de concentração

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	151.488	1,22	187.493	1,78
2º ao 10º	772.358	6,20	688.814	6,53
11º ao 20º	262.455	2,11	379.699	3,60
21º ao 50º	386.173	3,10	609.020	5,77
51º ao 100º	178.325	1,43	358.854	3,40
Demais devedores	10.702.900	85,94	8.329.262	78,93
Total	**12.453.699**	**100,00**	**10.553.142**	**100,01**

d) Recuperação de crédito

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R$14.895 (R$34.820 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

e) Renegociação de contratos

Em 31 de dezembro de 2025 existiam contratos renegociados no valor de R$143.163 (R$279.486 em 31 de dezembro de 2024). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

f) Cessões de Crédito

Operações com transferência e sem retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento atacado: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine no valor de R$5.766 anteriormente registradas como prejuízo (R$26.904 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). Essas cessões geraram receita de R$2.572 (R$6.109 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

Segmento varejo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R$3.474.187, referentes a Entes Federais. Essas cessões geraram resultado, líquido de prêmio, em relação ao valor de face, no valor de R$19.411. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Receitas de intermediação financeira – operações de crédito'.

Segmento varejo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, sem coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R$1.734.823, referentes a Entes Federais. Essas cessões geraram um resultado, líquido de prêmio, em relação ao valor de face, no valor de R$74.649. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica 'Receitas de intermediação financeira – operações de crédito'.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Operações de cessão com retenção substancial dos riscos e benefícios

Segmento varejo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, com coobrigação para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R$1.766.781, referentes a Entes Federais. Essas cessões não geraram resultado e as respectivas operações de crédito vinculadas a essas cessões não são desreconhecidas dos livros contábeis do Banco Pine. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas operações de cessões de crédito do segmento varejo, para empresas não ligadas ao Banco Pine, no valor de R$461.121, com custo de originação de R$36.293 na aquisição dos créditos e totalizando um valor de venda de R$497.413. No mesmo período, o Banco Pine efetuou a recompra das operações, anteriormente classificadas como operações sem transferências e com retenção substancial de riscos e benefícios.

10. CARTEIRA DE ATIVOS FINANCEIROS POR ESTÁGIO E PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS

a) Composição dos ativos financeiros por estágio

As tabelas a seguir representam a composição dos ativos financeiros, segregados pelos estágios de risco de crédito da IFRS 9:

	31/12/2025				31/12/2024			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros da carteira de crédito expandida	**17.367.405**	**798.558**	**821.459**	**18.987.422**	**14.333.421**	**403.523**	**313.354**	**15.050.298**
Empréstimos e adiantamentos a clientes	11.409.056	697.507	682.700	12.789.263	9.466.211	369.331	308.569	10.144.111
Instrumentos de dívida e outros recebíveis	5.958.349	101.051	138.759	6.198.159	4.867.210	34.192	4.785	4.906.187
Garantias prestadas e responsabilidades	**459.772**	**153.179**	**-**	**612.951**	**893.128**	**-**	**117.065**	**1.010.193**
Limites de crédito a liberar	**-**	**-**	**-**	**-**	**93.306**	**-**	**10**	**93.316**
Total de ativos financeiros da carteira de crédito expandida	**17.827.177**	**951.737**	**821.459**	**19.600.373**	**15.319.855**	**403.523**	**430.429**	**16.153.807**
% representatividade sobre a carteira expandida	**90,95%**	**4,86%**	**4,19%**		**94,84%**	**2,50%**	**2,66%**	
% perda esperada sobre a carteira por estágio	**0,81%**	**18,01%**	**76,89%**		**1,04%**	**15,50%**	**70,95%**	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	**(145.163)**	**(171.413)**	**(631.590)**	**(948.166)**	**(158.811)**	**(62.536)**	**(305.385)**	**(526.732)**

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de "Provisão para perdas de crédito esperadas". As tabelas a seguir representam a segregação das perdas esperadas por estágios e produtos.

b) Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

				31/12/2025
Estágios 1-2-3	1°	2°	3°	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2025	**158.811**	**62.536**	**305.385**	**526.732**
Migração de estágio de:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(61.445)	85	-	**(61.360)**
Estágio 1 para o Estágio 3	(294)	-	147.173	**146.879**
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(24.975)	25.016	**41**
Estágio 2 para o Estágio 1	305	(557)	-	**(252)**
Estágio 3 para o Estágio 2	-	84	(4.973)	**(4.889)**
Estágio 3 para o Estágio 1	20	-	(4.931)	**(4.911)**
Novos ativos financeiros originados ou comprados	**66.465**	**5.123**	**88.992**	**160.580**
Constituição (Reversão) (1)	**29.890**	**141.753**	**125.253**	**296.896**
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	**(48.589)**	**(12.636)**	**(50.325)**	**(111.550)**
Total dos movimentos	**(13.648)**	**108.877**	**326.205**	**421.434**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**145.163**	**171.413**	**631.590**	**948.166**

(1) Refere-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no período e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no período.

				31/12/2024
Estágios 1-2-3	1°	2°	3°	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	**63.742**	**41.429**	**92.177**	**197.348**
Migração de estágio de:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(152)	2.035	-	**1.883**
Estágio 1 para o Estágio 3	(532)	-	131.475	**130.943**
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(10.595)	25.278	**14.683**
Estágio 2 para o Estágio 1	663	(2.112)	-	**(1.449)**
Estágio 3 para o Estágio 2	-	91	(3.439)	**(3.348)**
Estágio 3 para o Estágio 1	65	-	(5.609)	**(5.544)**
Novos ativos financeiros originados ou comprados	**60.695**	**17.115**	**44.785**	**122.595**
Constituição (Reversão) (1)	**73.385**	**15.809**	**60.471**	**149.665**
Estorno de provisão de contratos liquidados e desreconhecimento de ativos financeiros	**(39.055)**	**(1.236)**	**(39.753)**	**(80.044)**
Total dos movimentos	**95.069**	**21.107**	**213.208**	**329.384**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**158.811**	**62.536**	**305.385**	**526.732**

(1) Refere-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no exercício e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no exercício.

11. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

	31/12/2025	31/12/2024
Bens Não de Uso	856.623	850.572
Provisão ao valor recuperável	(1.455)	(2.254)
Total	**855.168**	**848.318**

12. DEVEDORES POR DEPÓSITO EM GARANTIA

Em 31 de dezembro de 2025, referem-se a depósitos por interposição fiscal, no montante de R$85.743 (R$76.896 em 31 de dezembro de 2024), representados por depósitos sobre imposto PIS no valor de R$59.449 (R$56.368 em 31 de dezembro de 2024), por depósitos judiciais de processos cíveis no valor de R$5.991 (R$3.805 em 31 de dezembro de 2024), referente a depósito judicial para a garantia de ação de execução, movida para a cobrança de dívida e por depósitos judiciais de processos trabalhistas no valor de R$15.396 (R$11.660 em 31 de dezembro de 2024).

13. OUTROS ATIVOS

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos	25.041	14.820
Comissões sobre avais e fianças	26.412	31.169
Negociação e intermediação de valores com a bolsa	20.978	87.808
Despesas antecipadas	164.653	80.182
Câmbio	-	65.671
Títulos e créditos a receber	38.617	-
Outros recebíveis (1)	380.169	113.358
Total	**655.870**	**393.008**

(1) Em 31 de dezembro de 2025, refere-se principalmente, a: (i) valor a receber referente a venda da Byx Capital Ltda. pela Pine Holding, no montante de R$101.463, o montante de R$97.206 foi efetivamente liquidado em 26 de janeiro de 2026 e o restante será recebido em períodos futuros, (ii) derivativos vencidos a receber no montante de R$32.935 (R$9.018 em 31 de dezembro de 2024) e (iii) programas de pagamento baseados em ações transferidas e bloqueadas no montante de R$82.724 (R$7.020 em 31 de dezembro de 2024) e (iv) contas a receber de terceiros no montante de R$66.396.

14. PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS

							31/12/2025
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em coligadas
Amigoz S.A. (Anteriormente denominada BYX Produtos S.A.) (1) (2) (4)	87,8700	4.683.316	5.330	6.686	25.268	1.180	5.343
BYX Capital Ltda. (1) (3) (4)	-	-	4.286	3.059	34.362	-	4.887
Total					**59.630**	**1.180**	**10.230**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

							31/12/2024
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em coligadas
Amigoz S.A. (Anteriormente denominada BYX Produtos S.A.) (1) (2)	50,2900	2.680.456	5.330	4.190	1.965	4.327	-
BYX Capital Ltda. (1) (3)	32,7400	1.403.141	4.286	89.348	71.639	39.842	22.949
Total					**73.604**	**44.169**	**22.949**

(1) O Conselho de Administração, em reunião realizada em 19 de janeiro de 2024, aprovou: (a) a participação do Banco Pine nas sociedades Byx Corretora de Seguros Ltda. ("Byx Corretora"), no percentual de até 40% e Amigoz Corretora de Seguros Ltda. ("Amigoz Corretora"), no percentual de até 65%, participações estas indiretas, em razão da participação do Banco Pine na Byx Capital S.A. ("Byx Capital"), a qual será a sócia única da Byx Corretora; e (ii) na Byx Produtos S.A. ("Byx Produtos"), a qual será a sócia única da Amigoz Corretora; (b) o aumento da participação do Banco Pine nas sociedades: Byx Produtos, em 25%, passando a participação de 40%, conforme aprovado em reunião do Conselho de 27 de abril de 2023, para até 65%; (ii) Byx Capital, em 10%, passando a participação de 30%, conforme aprovado em reunião do Conselho de 29 de junho de 2023, para até 40%; e Byx Originação Ltda. ("Byx Originação"), em 10%, passando a participação de 30%, conforme aprovado em reunião do Conselho de 25 de outubro de 2023, para até 40%, esclarecendo-se que a participação do Banco Pine é indireta, em razão da participação do Banco Pine na Byx Capital, a qual será a sócia única da Byx Originação; todos os aumentos de participação foram aprovados pelo Bacen em 03 de maio de 2024. Com relação à Byx Produtos, cuja denominação foi alterada para Amigoz S.A. ("Amigoz") e o tipo jurídico para limitada, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024, a participação atual do Banco Pine é de 50,29%, decorrente do aumento de capital deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada na mesma data, no valor de R$5.330, tendo o Banco Pine integralizado R$2.672. Do montante total de capital social, R$638 de outros acionistas, será integralizado até 31 de dezembro de 2025. No que tange à Byx Capital, cujo tipo jurídico foi transformado para limitada em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2023, a participação atual do Banco Pine é de 32,74%, decorrente da cessão e transferência de 153.428 quotas, pelo montante de R$5.660, de titularidade da Byx Capital, mantidas em tesouraria, ao Banco Pine, conforme 3ª alteração contratual de 18 de março de 2024. Por fim, em relação à Byx Originação, considerando que a Byx Capital é a sócia única da referida Sociedade, a participação do Banco Pine é refletida por meio da participação na Byx Capital, ou seja, 32,74%.

(2) Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de investimentos inclui ágio no montante de R$1.180 (R$2.220 em 31 de dezembro de 2024).

(3) No primeiro semestre de 2024, houve o recebimento de dividendos no montante de R$5.956.

(4) Até julho de 2025, o Banco Pine detinha participação societária de 50,29% na Amigoz Ltda. e 32,74% na Byx Capital Ltda, representando 2.676.435 e 1.407.363 quotas, respectivamente. Em 04 de julho de 2025, por meio de aporte de capital de R$45.615 realizado com transferência de ativos, o Banco Pine transferiu essas participações societárias mencionadas para a Pine Holding, de forma que esta passou a ser cotista direta, enquanto o Banco passou a ter participação indireta nessas empresas. Conforme descrito no fato relevante datado de 26 de novembro de 2025, houve alienação da participação de 32,74% na Byx Capital pelo montante, a receber, de R$101.463, que está registrado na rubrica de 'Outros ativos' do Balanço Patrimonial no Consolidado. Parte desse valor a receber, correspondente a R$63.333, que foi financiado por meio da emissão, pela Compradora, de notas comerciais, com integral subscrição e desembolso pelo Banco, com garantias constituídas pela alienação fiduciária de cotas de fundo de investimento detidas pelo emissor das notas comerciais, conforme previsto no contrato da operação. O montante de R$97.206 foi efetivamente recebido em 26 de janeiro de 2026 e o restante será recebido em períodos futuros. A alienação dessa participação societária gerou um resultado de R$62.458, antes de efeitos tributários, registrado na rubrica 'Receitas (Despesas) Operacionais - Resultado de participação em controladas e coligadas' no Individual e 'Receitas (Despesas) Operacionais - Outras receitas operacionais' no Consolidado. Adicionalmente, nessa transação, a Pine Holding recebeu 2.006.881 de quotas da Amigoz (que representam 37,65% do seu capital social), previamente detidas pela Byx Capital, por meio de cisão parcial desproporcional da Byx Capital, com incorporação da parcela cindida (composta exclusivamente pelas Quotas Amigoz) pela Pine Holding, o que resultou na entrega dessas Quotas Amigoz à Pine Holding, pelo valor contábil, totalizando 87,87% de participação, passando a consolidar a Amigoz no conglomerado a partir de dezembro de 2025. A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pelo Bacen em dezembro de 2025.

15. IMOBILIZADO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	31/12/2024	01/01 a 31/12/2025					31/12/2025
	Saldo contábil	Remensuração	Aquisições	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Imobilizados de Uso	**11.176**	**-**	**4.515**	**(1.850)**	**33.904**	**(20.063)**	**13.841**
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	11.176	-	4.515	(1.850)	33.904	(20.063)	13.841
Outros Imobilizados de Uso	**71.422**	**467**	**16.670**	**(11.596)**	**88.002**	**(11.039)**	**76.963**
Sistema de Segurança e Comunicação	1.528	-	39	(303)	3.932	(2.668)	1.264
Sistema de Processamento de Dados	-	-	-	-	-	-	-
Sistema de Transporte	31.632	-	14.821	(3.491)	47.264	(4.302)	42.962
Imobilizado de arrendamento (1)	38.262	467	1.810	(7.802)	36.806	(4.069)	32.737
Total	**82.598**	**467**	**21.185**	**(13.446)**	**121.906**	**(31.102)**	**90.804**

(1) O Pine utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes. No contexto dos contratos de aluguel existentes, a taxa incremental referente à locação de edifício correspondem à 12,64%, a taxa incremental referente ao leasing de máquinas e equipamentos corresponde a 16,12%, a taxa incremental referente ao imobilizado de arrendamento de sistema de transporte corresponde a 17,61%.

16. INTANGÍVEL

O intangível corresponde aos gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 10%.

	31/12/2024	01/01 a 31/12/2025				31/12/2025
	Saldo contábil	Aquisições	Amortização	Valor de custo	Amortização acumulada	Saldo contábil
Licença de uso de sistemas - *software*	23.944	10.755	(9.838)	40.449	(15.588)	24.861
Total	**23.944**	**10.755**	**(9.838)**	**40.449**	**(15.588)**	**24.861**

17. DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2025	31/12/2024
Classificação		
Passivo financeiro ao custo amortizado (1)	538.430	895.529
Total	**538.430**	**895.529**
Vencimento		
De 31 a 60 dias	133.432	40.702
De 61 a 90 dias	93.578	412.518
De 91 a 180 dias	14.129	-
De 181 a 360 dias	297.291	88.476
Acima de 360 dias	-	353.833
Total	**538.430**	**895.529**

(1) Refere-se à certificados de depósitos interfinanceiros, captados junto à outras instituições do Sistema Financeiro Nacional.

18. DEPÓSITOS DE CLIENTES

	31/12/2025	31/12/2024
Classificação		
Passivo financeiro ao custo amortizado	17.201.347	15.505.071
Total	**17.201.347**	**15.505.071**
Tipo		
Depósitos à vista	69.120	103.631
Depósitos a prazo	15.141.452	14.560.012
Letras de crédito de agronegócio	1.601.704	478.681
Letras de crédito imobiliário	679.722	900.957
(+/-) Ajuste ao valor justo (1)	**(290.651)**	**(538.210)**
Total	**17.201.347**	**15.505.071**
Por vencimento		
Sem vencimento	69.120	103.631
Até 30 dias	1.176.107	520.469
De 31 a 60 dias	568.290	448.186
De 61 a 90 dias	436.043	416.916
De 91 a 180 dias	1.532.012	870.888
De 181 a 360 dias	2.348.410	2.952.823
Acima de 360 dias	11.071.365	10.192.158
Total	**17.201.347**	**15.505.071**

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 8.i).

19. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	31/12/2025	31/12/2024
Carteira Própria		
NTN - notas do tesouro nacional	3.618.497	2.070.000
Debêntures	1.060.856	1.236.990
Certificado de recebíveis agronegócio	-	24.832
Certificado de recebíveis imobiliários	2.183	46.420
Subtotal	**4.681.536**	**3.378.242**
Carteira de Terceiros		
NTN - notas do tesouro nacional	-	1.607.875
Subtotal	**-**	**1.607.875**
Total	**4.681.536**	**4.986.117**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

BANCO PINE

20. OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

No País	Taxa de Juros	31/12/2025	31/12/2024
Letras Financeiras	1,87% a.a.	2.557.529	990.016
Total		**2.557.529**	**990.016**

21. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	31/12/2025	31/12/2024
Repasses do país - instituições oficiais	41.913	44.257
Obrigações em moedas estrangeiras - Importação	155.581	641
Total	**197.494**	**44.898**

					31/12/2025
Por vencimento	Moeda de Emissão	Taxa de Juros	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Total
Repasses do país - instituições oficiais	R$	9,13% a.a.	-	41.913	41.913
Obrigações em moedas estrangeiras - Importação	US$	0,70% a.a.	155.581	-	155.581
Total			**155.581**	**41.913**	**197.494**

					31/12/2024
Por vencimento	Moeda de Emissão	Taxa de Juros	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Total
Repasses do país - instituições oficiais	R$	9,00% a.a.	-	44.257	44.257
Operações de empréstimos do exterior	US$	0,65% a.a.	641	-	641
Total			**641**	**44.257**	**44.898**

22. DÍVIDA SUBORDINADA

Por prazo	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	31/12/2025	31/12/2024
Letras Financeiras Subordinada	709	6.149	68.402	171.053	419.759	136.570	802.642	652.620
(+/-) Ajuste ao valor justo (1)	**-**	**-**	**(5.912)**	**-**	**(23.456)**	**-**	**(29.368)**	**(34.018)**
Total	**709**	**6.149**	**62.490**	**171.053**	**396.303**	**136.570**	**773.274**	**618.602**

(1) Refere-se ao valor justo de depósitos que são objetos de hedge de risco de mercado (Nota 8.i).

Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2025
Letras Financeiras						
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.835
	1.000	2020	2026	CDI	140,00%	1.023
	26.588	2021	2027 até 2028	IPCA+	9,76% a 10,15%	31.965
	30.300	2021	2027 até 2028	CDI	165% a 190%	30.525
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%	111.052
	139.350	2023	2030 até 2038	CDI	100% a 162%	147.784
	287.004	2024	2030 até 2099	CDI	100% a 154%	313.157
	121.556	2025	2030 até 2099	CDI	100% a 133%	131.933
Total	**676.415**					**773.274**

Papel	Valor Principal	Emissão	Vencimento	Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2024
Letras Financeiras						
	19.076	2019	2024 até 2026	CDI	140% a 150%	29.325
	1.500	2019	2025	IPCA+	9,76%	2.126
	1.000	2020	2026	CDI	140,00%	1.018
	26.588	2021	2027 até 2028	IPCA+	9,76% a 10,15%	33.033
	30.300	2021	2027 até 2028	CDI	162% a 190%	33.870
	65.317	2022	2029	CDI	132% a 150%	92.670
	139.350	2023	2030 até 2038	CDI	100% a 162%	135.112
	287.004	2024	2031 até 2039	CDI	100% a 154%	291.448
Total	**570.135**					**618.602**

23. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado de exercícios futuros - comissão de fiança	22.748	30.685
Passivo de arrendamento	31.074	36.036
Total	**53.822**	**66.721**

24. PROVISÕES

a) Provisões para passivos contingentes, riscos fiscais, compromissos e outras provisões

	31/12/2025	31/12/2024
Contingências trabalhistas	11.792	10.389
Contingências cíveis	1.334	1.435
Contingências fiscais	29	578
Total	**13.155**	**12.402**

b) Ativos e Passivos Contingentes

(i) Provisão para riscos fiscais

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1°. da Lei n° 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação a essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medida executiva, em relação à qual o Pine apresentou defesa e aguarda decisão definitiva. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não haviam depósitos judiciais referentes à COFINS.

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 31 de dezembro de 2025, os depósitos relativos ao PIS, representavam R$59.449 (R$56.368 em 31 de dezembro de 2024).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2025, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R$8.475 (R$8.139 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) Contingências classificadas como prováveis são provisionadas

	31/12/2025		31/12/2024	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Contingências Fiscais	29	64.356	578	61.431
Contingências Trabalhistas	11.792	15.396	10.389	11.660
Contingências Cíveis	1.334	5.991	1.435	3.805
Total	**13.155**	**85.743**	**12.402**	**76.896**

(iii) Movimentação das provisões passivas

	31/12/2025				31/12/2024			
	Fiscais/ Obrigação Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total	Fiscais/ Obrigação Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	**578**	**10.389**	**1.435**	**12.402**	**709**	**8.593**	**4.026**	**13.328**
Constituição (reversão)	(549)	84	(104)	(569)	(131)	653	(2.716)	(2.194)
Atualização	-	1.319	3	1.322	-	1.143	125	1.268
Saldo final	**29**	**11.792**	**1.334**	**13.155**	**578**	**10.389**	**1.435**	**12.402**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

(iv) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:

Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Pine não possuia processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Pine não possuia processos fiscais classificados como possíveis.

25. OBRIGAÇÕES FISCAIS - OUTRAS

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda a pagar	12.041	6.281
Contribuição social a pagar	5.487	3.032
Total	**17.528**	**9.313**

26. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos e contribuições a pagar	40.372	21.905
Honorários advocatícios	93	119
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	9.038	47.395
Relações com correspondentes	-	344
Sociais e estatutárias	30.786	19.311
Recebimentos à identificar	213	219
Câmbio	19.559	-
Provisão para despesas de pessoal (2)	58.072	27.366
Outros passivos (1)	1.138.415	539.621
Total	**1.296.548**	**656.280**

(1) Em 31 de dezembro de 2025, refere-se, substancialmente, a obrigação por operação vinculada a cessão. Em 31 de dezembro de 2024 o montante era de R$349.679 , sendo que durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a movimentação do saldo é composta por adições, liquidações e juros no montante de R$511.254, sendo o saldo final de R$860.933.

(2) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, refere-se principalmente, a provisão de participação nos lucros.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Conforme Estatuto Social, em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado totaliza R$1.000.910 (R$952.678 em 31 de dezembro de 2024) e está dividido em 232.451.347 ações nominativas, sendo 119.162.783 ordinárias e 113.288.564 preferenciais (229.747.621 em 31 de dezembro de 2024) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o aumento do capital social do Banco dentro do limite do capital autorizado nos termos do Estatuto Social, no valor de, no mínimo, R$36.954 e, no máximo, R$48.719, mediante a emissão de, no mínimo, 4.337.268 ações, sendo 2.225.396 ações ordinárias e 2.111.872 ações preferencias, e, no máximo, 5.718.156 novas ações, sendo 2.933.911 ações ordinárias e 2.784.245 ações preferenciais de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O preço de emissão é de R$8,52 por ação ordinária ou preferencial do Banco. Os acionistas poderão exercer o direito de preferência na subscrição das novas ações na proporção do número de ações que possuírem. Será concedido a todos os acionistas que constarem da posição acionária do Banco na data de 16 de outubro de 2025 o prazo de 30 dias para o exercício do direito de preferência. Após a efetiva subscrição das ações e a integralização deste Aumento de Capital, nova Reunião do Conselho de Administração do Banco será realizada para homologar parcial ou totalmente o aumento de capital, dentro do limite de capital autorizado. Após a homologação pelo Conselho de Administração do Banco, o aumento de capital será levado à aprovação do Bacen.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de outubro de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$1.642, mediante emissão de 386.717 novas ações nominativas, sendo 188.445 ordinárias e 198.272 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de setembro 2025 a 30 de setembro de 2025 ("Décimo Primeiro período de exercício") e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 01 de setembro 2025 a 30 de setembro de 2025 ("Terceiro período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 22 de dezembro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$997, mediante emissão de 311.198 novas ações nominativas, sendo 129.441 ordinárias e 181.757 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de junho 2025 a 30 de junho de 2025 ("Décimo período de exercício") e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 02 de junho 2025 a 30 de junho de 2025 ("Segundo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 22 de setembro de 2025.

Em 24 de abril de 2025, o Conselho de Administração do Banco Pine, em atendimento ao disposto na Resolução CVM nº 44/21, aprovou o cancelamento de 3.342.492 ações preferenciais nominativas e 73.100 ações ordinárias nominativas de emissão do Banco, no montante de R$15.104, atualmente mantidas em tesouraria, sem redução do valor do capital social, nos termos do artigo 19, XVI do Estatuto Social do Banco. Referidas ações foram adquiridas por meio do programa de recompra de ações, em consonância com a Resolução CVM nº 77/22. Em razão do cancelamento de ações mantidas em tesouraria, o capital social da Companhia de R$952.902, passa a ser dividido em 226.428.370 ações nominativas, sendo 115.914.712 ordinárias e 110.513.658 preferenciais, sem valor nominal.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de abril de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$130, mediante emissão de 49.979 novas ações nominativas, sendo 18.740 ordinárias e 31.239 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 06 de março de 2025 a 31 de março de 2025 ("Nono período de exercício") e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 06 de março de 2025 a 31 de março de 2025 ("Primeiro período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 24 de junho de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de janeiro de 2025, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$93, mediante emissão de 46.362 novas ações nominativas, sendo 15.454 ordinárias e 30.908 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2024 ("Oitavo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 27 de janeiro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, foi deliberado sobre a homologação parcial do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$26.252, mediante emissão de 5.926.213 novas ações nominativas, sendo 5.598.076 ordinárias e 328.137 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência da deliberação do Conselho de Administração em reunião 03 de outubro de 2024 e de acordo com as características e condições estabelecidas no Aviso aos Acionistas divulgado em 03 de outubro de 2024. O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 03 de dezembro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, foi aprovado o aumento do capital social do Banco dentro do limite do capital autorizado nos termos do Estatuto Social, no valor de, no mínimo, R$21.341 e, no máximo, R$29.857, mediante a emissão de, no mínimo, 4.817.368 ações, sendo 4.627.167 ações ordinárias e 190.201 ações preferencias, e, no máximo, 6.739.760 novas ações, sendo 6.308.409 ações ordinárias e 431.351 ações preferenciais de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O preço de emissão é de R$4,43 por ação ordinária ou preferencial do Banco. Os acionistas poderão exercer o direito de preferência na subscrição das novas ações na proporção do número de ações que possuírem. Foi concedido a todos os acionistas que constavam da posição acionária do Banco na data de 10 de outubro de 2024, o prazo de 30 dias para o exercício do direito de preferência. Após a efetiva subscrição das ações e a integralização deste Aumento de Capital, nova Reunião do Conselho de Administração do Banco foi realizada para homologar parcial ou totalmente o aumento de capital, dentro do limite de capital autorizado. Após a homologação pelo Conselho de Administração do Banco, o aumento de capital foi levado à aprovação do Bacen. Na mesma reunião, foi aprovada a emissão de Bônus de Subscrição, dentro do limite do capital autorizado, nos termos de seu Estatuto Social, sendo emitido a quantidade de 3.369.880 ações ordinárias e 3.369.880 preferenciais. O preço de exercício é de R$8,86. Cada um dos Bônus de Subscrição poderá ser exercido por seu titular, nos períodos compreendidos entre 06 de março de 2025 a 31 de março de 2028, segregados em 13 períodos. Após o término do 13° Período de Exercício, os Bônus de Subscrição que não forem exercidos serão extintos de pleno direito. As ações ordinárias e preferenciais emitidas em decorrência do exercício do Bônus de Subscrição serão em tudo idênticas às ações ordinárias e preferenciais já existentes e participarão de forma integral em quaisquer dividendos e/ou juros sobre capital próprio que vierem a ser declarados após a aprovação pelo Bacen.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de outubro de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$26.901, mediante emissão de 13.450.704 novas ações nominativas, sendo 4.483.568 ordinárias e 8.967.136 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de setembro de 2024 a 30 de setembro de 2024 ("Sétimo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 25 de outubro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$222, mediante emissão de 110.772 novas ações nominativas, sendo 36.924 ordinárias e 73.848 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 03 de junho de 2024 a 28 de junho de 2024 ("Sexto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 24 de julho de 2024.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de abril de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$2.564, mediante emissão de 1.281.891 novas ações nominativas, sendo 427.297 ordinárias e 854.594 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março de 2024 a 28 de março de 2024 ("Quinto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 23 de abril de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de janeiro de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$44.404, mediante emissão de 22.201.893 novas ações nominativas, sendo 7.400.631 ordinárias e 14.801.262 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de dezembro de 2023 a 28 de dezembro de 2023 ("Quarto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 26 de janeiro de 2024.

b) Reservas de Capital

As reservas de capital podem ser compostas por: reserva de ágios por subscrição de ações e outras reservas de capital, e somente podem ser usadas para absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão; incorporação ao capital social; ou pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias. Em 31 de dezembro de 2025, as reservas de capital do Banco Pine, são compostas pelo diferimento dos planos de remuneração baseados em ações.

c) Reservas de Lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

d) Juros sobre o Capital Próprio

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$23.700, à base de R$0,1022642, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 17 de janeiro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento adicional de juros sobre o capital próprio no montante de R$57.316, à base de R$0,253295, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 27 de novembro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 09 de outubro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$23.200, à base de R$0,1025173, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 29 de outubro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de julho de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$24.700, à base de R$0,1099374, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 25 de julho de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de abril de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$18.750, à base de R$0,0823389, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 25 de abril de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$18.117, à base de R$0,080554, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 16 de janeiro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de outubro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$16.890, à base de R$0,0766333, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 21 de outubro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento adicional de juros sobre o capital próprio no montante de R$35.126, à base de R$0,159371, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 22 de novembro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$16.852, à base de R$0,0814303422, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 15 de julho de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de abril de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R$16.615, à base de R$0,08005042888, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2° do artigo 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 18 de abril de 2024.

De acordo com o previsto na Lei n.º 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em R$66.450 (R$46.620 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, houve deliberação de juros sobre o capital próprio, conforme quadro a seguir:

						31/12/2025
Descrição	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	26/12/2025	17/01/2026	0,102264	23.700	0,086663	20.145
Juros sobre o Capital Próprio	13/10/2025	27/11/2025	0,253295	57.316	0,214866	48.719
Juros sobre o Capital Próprio	09/10/2025	29/10/2025	0,102517	23.200	0,086974	19.720
Juros sobre o Capital Próprio	04/07/2025	25/07/2025	0,109937	24.700	0,092722	20.995
Juros sobre o Capital Próprio	04/04/2025	25/04/2025	0,082339	18.750	0,069356	15.938
Total				**147.666**		**125.517**

						31/12/2024
Descrição	Data de deliberação	Data do pagamento	Valor por ação bruto	Valor total bruto	Valor por ação líquido de IR	Valor total líquido
Juros sobre o Capital Próprio	26/12/2024	16/01/2025	0,080554	18.117	0,067025	15.399
Juros sobre o Capital Próprio	03/10/2024	22/11/2024	0,159371	35.126	0,141926	29.857
Juros sobre o Capital Próprio	04/10/2024	21/10/2024	0,076633	16.890	0,068245	14.357
Juros sobre o Capital Próprio	01/07/2024	15/07/2024	0,081430	16.852	0,068127	14.324
Juros sobre o Capital Próprio	08/04/2024	18/04/2024	0,080050	16.615	0,068039	14.141
Total				**103.600**		**88.078**

e) Dividendos

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de dezembro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025 no montante de R$6.300. O pagamento ocorreu no dia 17 de janeiro de 2026.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 11 de fevereiro de 2025, foi deliberado sobre o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2024 no montante de R$3.131. O pagamento ocorreu no dia 28 de fevereiro de 2025.

f) Ações em tesouraria

Em 18 de março de 2024, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de até 7.000.000 de ações de própria emissão de qualquer espécie, tanto ordinária quanto preferencial, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, em conformidade com o parágrafo 5° do artigo 7° do Estatuto Social, bem como com a Resolução CVM n° 77/22. A referida aquisição objetiva viabilizar o pagamento de remuneração variável aos Administradores do Banco Pine, em linha com a Resolução CMN n° 3.921/10.

Em abril de 2024, houve a liberação de ações da diretoria estatutária, no montante de R$7.247, referente a planos de remuneração baseada em ações, concedidos em 16 de junho de 2023 e 21 de julho de 2023, de acordo com a Resolução CMN n° 3.921.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Em março de 2024, houve a liberação de ações da diretoria estatutária, no montante de R$7.323, referente a planos de remuneração baseada em ações, concedidos em 28 de fevereiro de 2023 e 29 de fevereiro de 2024, de acordo com a Resolução CMN n° 3.921.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco pine recomprou 11.644.187 ações, no montante de R$73.290, a um custo médio de R$6,29. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Banco pine recomprou 6.178.300 ações, no montante de R$28.133, a um custo médio de R$4,55.

Descrição	Valor	Quantidade	31/12/2025 Custo médio
Ações em tesouraria no início do exercício	**20.406**	**4.676**	
Aquisições de ações	73.290	11.644	6,29
Cancelamento de ações	(15.104)	(3.416)	4,42
Liberações - Remuneração baseada em ações	(70.522)	(12.081)	5,84
Ações em tesouraria no final do exercício	**8.070**	**823**	

28. AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os saldos da rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial” incluem os valores, líquido do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e receitas e despesas reconhecidas até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das controladas são apresentados linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

A demonstração de resultado abrangente inclui as variações ocorridas na rubrica “ajustes de avaliação patrimonial”.

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**(83)**	**(1.995)**
Instrumentos de dívida	(69)	(3.627)
Efeito fiscal	(14)	1.632
Empresas coligadas		
Outros ajustes	**(1.615)**	**(1.615)**
Outros [1]	(1.615)	(1.615)
Total	**(1.698)**	**(3.610)**

(1) Em 31 de dezembro de 2025, refere-se a efeitos contábeis reflexos decorrentes de registros ocorridos entre contas do patrimônio líquido de empresas coligadas.

Quando os títulos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) são vendidos ou sofrem perda impairment, os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são reconhecidos no resultado.

29. RECEITAS COM JUROS E SIMILARES

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício sobre todos os ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	29.490	31.753
Instrumentos de dívida	1.832.760	1.023.555
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.911.272	1.692.849
Total	**4.773.522**	**2.748.157**

30. DESPESAS COM JUROS E SIMILARES

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício e sobre todos os passivos financeiros, calculada aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Depósitos de instituições financeiras	105.959	107.578
Depósitos de clientes	2.299.799	1.561.824
Captações no mercado aberto	800.201	529.632
Obrigações por empréstimos e repasses	13.088	10.474
Dívidas subordinadas	122.088	43.286
Outros juros	56.914	81.106
Total	**3.398.049**	**2.333.900**

31. RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica 'Receitas de tarifas e comissões' é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Pine e empresas controladas no exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Comissão de Fiança	16.820	9.029
Comissões	73.657	51.739
Tarifas	11.529	13.019
Serviços de Corretagem	19.087	6.784
Outras [1]	25.104	77
Total	**146.197**	**80.648**

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, refere-se, principalmente, receita de prestação de serviços de intermediação de negócios / gestão de carteira consignado.

32. DESPESAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica 'Despesas de tarifas e comissões' mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no exercício exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Comissões [1]	15.065	4.600
Serviços bancários	2.194	669
Teleprocessamento	17.580	4.327
Outros	1.498	1.455
Total	**36.337**	**11.051**

(1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, refere-se principalmente, a despesas com comissões com parceiros de operações de varejo.

33. GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (LÍQUIDOS) AVALIADOS AO VALOR JUSTO

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

a) Títulos e valores mobiliários e empréstimos e adiantamentos a clientes

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Empréstimos e adiantamentos a clientes	419.090	-
Instrumentos de dívida	149.023	(6.110)
Instrumentos de capital	70.818	19.773
Total	**638.931**	**13.663**

b) Derivativos

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Futuro	86.174	(662.933)
Opções	36.787	39.867
Swap	(435.554)	120.995
Termo	(215.397)	625.479
Câmbio	11.324	-
Total	**(516.666)**	**123.408**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

34. VARIAÇÕES CAMBIAIS

As variações cambiais mostram, basicamente, os ganhos e perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgadas para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação. Não são considerados os efeitos de variação cambial para hedge. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o valor de despesa com variação cambial é de R$144.159 (receita de R$5.275 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

35. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Recuperação de despesas	41.325	43.060
Rendas de aluguéis	499	1.108
Outras receitas (despesas) (1)	59.435	15.870
Outras provisões	(159)	(43)
Total	**101.100**	**59.995**

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, refere-se principalmente, ao resultado auferido na venda da Byx Capital Ltda. pela Pine Holding no montante de R$62.458 (Nota 14). No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, refere-se principalmente, à equalização dos valores a pagar de ILP, devidamente protegidos pela aquisição das ações.

36. DESPESAS COM PESSOAL

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Proventos	99.866	70.388
Benefícios e treinamento	22.597	19.193
Encargos sociais	32.665	30.880
Participações nos resultados	122.380	44.408
Total	**277.508**	**164.869**

37. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Despesas de água, energia e gás	653	465
Despesas com aluguéis	11.005	10.020
Despesas de arrendamento de bens	882	548
Despesas de comunicações	8.375	6.638
Despesas de manutenção e conservação de bens	4.786	3.132
Despesas de processamento de dados	45.394	30.861
Despesas de relações públicas	5.257	3.396
Despesas de seguros	8.023	6.967
Despesas com serviços do sistema financeiro	10.584	7.966
Despesas com serviços de terceiros	15.134	10.142
Despesas com serviços de vigilância e segurança	3.280	2.689
Despesas com serviços técnicos especializados	47.832	19.228
Despesas de transporte	4.543	1.279
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	4.656	14.267
Despesas de viagens	6.643	3.198
Emolumentos judicias e cartorários	5.012	2.327
Outras despesas administrativas	13.835	25.860
Total	**195.894**	**148.983**

38. PROVISÕES LÍQUIDAS

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Atualização monetária	3.854	4.443
(Provisão)/Reversão de processos cíveis, trabalhistas e fiscais	20	-
Total	**3.874**	**6.512**

39. RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE BENS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida a despesa no montante de R$10.399 (receita no montante de R$10.775 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024) corresponde principalmente a venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

40. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Lucro líquido antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidos as participações no resultado	561.007	17.297
Lucro antes da tributação	**561.007**	**17.297**
Alíquota vigente	45%	45%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(252.453)	(7.784)
Diferenças permanentes	**124.324**	**92.221**
Juros sobre o capital próprio	66.450	46.620
Outros ajustes (1)	57.874	45.601
Imposto de renda e contribuição social	**(128.129)**	**84.437**

(1) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, refere-se, principalmente, à equivalência das empresas controladas e exclusão da receita de atualização de impostos a compensar.

b) Impostos diferidos reconhecidos no resultado

	31/12/2025	31/12/2024
Impairment	234.595	146.166
Ajustes a valor de mercado dos instrumentos financeiros	(65.901)	(342.854)
Outras provisões	88.262	(62.126)
Outros ajustes	(317.841)	(80.832)
Prejuízo fiscal / base negativa	443.998	465.266
Crédito Presumido - Res. n° 4.838/20	183.960	548.130
Total	**567.073**	**673.750**

c) Impostos reconhecidos no patrimônio

	31/12/2025	31/12/2024
Avaliação de títulos (renda fixa)	(14)	1.632
Total	**(14)**	**1.632**

d) Movimentação de impostos diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**675.382**	**584.514**
Débito (crédito) ao resultado	(106.677)	94.526
Débito (crédito) no patrimônio líquido	(1.646)	(3.658)
Saldo final	**567.059**	**675.382**

e) Prazo de realização

	31/12/2025	31/12/2024
Até 1 ano	547	649
De 1 a 2 anos	3.675	4.530
De 2 a 3 anos	21.647	25.691
De 3 a 4 anos	42.005	49.853
De 4 a 5 anos	60.982	72.376
De 5 a 8 anos	247.878	294.192
De 8 a 10 anos	190.325	228.091
Total	**567.059**	**675.382**

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

41 LIMITES OPERACIONAIS

a) Índice da Basileia

O índice de Basileia em 31 de dezembro de 2025, foi de 14,69% (14,54% em 31 de dezembro de 2024), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'. De acordo com a Resolução CMN nº 4.958/21, o requerimento mínimo de capital é de 10,50%, considerando fator F (8%) e 2,5% da parcela ACPConservação.

b) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Circular Bacen nº 54/20, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

42. GARANTIAS PRESTADAS

O Pine oferece uma série de garantias para que os seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro abaixo apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	13.869	1	271.926	119
Outras Fianças Bancárias	549.104	120	236.997	9
Total	**562.973**	**121**	**508.923**	**128**

São fornecidos aos clientes do Pine garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Pine tenha de pagar devido a essas garantias. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

43. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotada pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie; e

b) o correspondente aos 50% restantes da remuneração variável será pago em instrumentos baseados em ações:

i. 10% do valor será pago em instrumentos baseados em ações de forma a vista; e

ii. 40% do valor será pago em instrumentos baseados em ações diferidos em 3 anos.

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 5.177/25 que revoga a Resolução CMN nº 3.921/10.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi apurado referente a remuneração variável no montante de R$14.201 (R$13.360 em 31 de dezembro de 2024) e a despesa de R$45.363 (R$28.891 em 31 de dezembro de 2024) de acordo com os critérios definidos no plano.

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Remuneração fixa	14.638	12.908
Remuneração variável	14.201	13.360
Benefícios de curto prazo	13.141	12.315
Total	**41.980**	**38.583**

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados, principalmente, por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Remuneração baseada ações

							31/12/2025	
						Quantidade		Vencimento
	outorga	Preço	Outorgada	Exercida	Extinta	Não exercida	% Exercível	Exercida em
PLANO XIII [1]	28/02/2023	1,76	2.953	2.129	(114)	710	20,00% 46,67% 73,34% 100,00%	31/05/2023 28/02/2024 27/02/2025 27/02/2026
PLANO XIV [2]	21/07/2023	1,93	6.203	6.203	-	-	14,29% 57,14% 100,00%	31/03/2024 31/03/2025 31/03/2026
PLANO BÔNUS 2023	28/02/2024	4,30	2.453	1.144	-	1.309	20,00% 46,67% 73,34% 100,00%	31/03/2024 31/03/2025 31/03/2026 31/03/2027
PLANO RENTENÇÃO DE TALENTOS 2024	16/05/2024	4,30	294	48	(116)	130	25,00% 50,00% 75,00% 100,00%	31/03/2025 31/03/2026 31/03/2027 31/03/2028
ILP - PARTICIPAÇÃO DE LUCROS E RESULTADOS 2024	11/02/2025	4,38	3.245	649	-	2.596	20,00% 46,67% 73,33% 100,00%	11/02/2025 11/02/2026 11/02/2027 11/02/2028
PROGRAMA DE SÓCIOS II	19/09/2025	4,81	3.326.403	-	-	3.326.403	33,33% 66,66% 100,00%	26/03/2027 24/03/2028 26/03/2029
Total			**3.341.551**	**10.173**	**(230)**	**3.331.148**		

(1) Conversão do Bônus da diretora do Banco Pine em Pine4 (Ações) de acordo com a Resolução CMN n° 3.921, que determina que 40% do pagamento de Bônus da Diretoria Estatutária seja convertido em ações da companhia e seus pagamentos sejam diferidos em no mínimo 3 anos. A conversão ocorreu de acordo com a média dos últimos 20 pregões da Pine4 no momento de sua outorga – 28/02/2023. O total de ações convertidas foi de 2.804 ações. Em 28 de fevereiro de 2024, foi outorgado um novo plano de remuneração baseada em ações, como complemento ao Plano XIII, com 149 ações.

(2) Programa de retenção outorgado em 16/06/2023 e 21/07/2023 com 3 lotes. Total de 5.433 ações (Pine4) outorgadas. O preço das ações foi considerado a média dos últimos 20 pregões. Em 28 de fevereiro de 2024, foi outorgado um novo plano de remuneração baseada em ações, como complemento ao Plano XIV, com 379 ações.

Em 21 de julho de 2023, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Plano XIV), de acordo com a Resolução CMN n° 3.921.

Em 28 de fevereiro de 2023, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Plano XIII), de acordo com a Resolução CMN n° 3.921.

Em 28 de fevereiro de 2024, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Plano Bônus 2023), de acordo com a Resolução CMN n° 3.921.

Em 16 de maio de 2024, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Retenção de Talentos 2024), de acordo com a Resolução CMN n° 3.921.

Em 11 de fevereiro de 2025, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (ILP - Participação de Lucros e Resultados 2024), de acordo com a Resolução CMN n°

Em 19 de setembro 2025, houve constituição de um novo plano de remuneração baseada em ações da diretoria estatutária (Programa de Sócios II), de acordo com a Resolução CMN n° 3.921.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

b) Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com as empresas discriminadas na nota 3.a, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Taxa de Juros		Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	% CDI	Prazos até	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Administradores [1]			**(13.589)**	**(7.976)**	**(1.990)**	**(359)**
Operações de crédito	-	10/03/2031	17.056	-	(586)	-
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	(6)	(6)	-	-
Depósitos à prazo	100% a 120% CDI e 100% IPCA	26/03/2031	(23.511)	(5.305)	(1.078)	(213)
Capital no Mercado Aberto	-	19/06/2029	(2.183)	-	(74)	-
Recursos de letras de crédito do agronegócio	96% a 100% CDI	28/11/2028	(1.680)	(125)	(36)	(7)
Recursos de letras de crédito imobiliário	95% a 100% CDI	16/04/2027	(1.214)	(870)	(140)	(61)
Recursos de letras financeiras	100% CDI e 100% IPCA	14/06/2028	(2.051)	(1.670)	(76)	(78)
Familiares imediatos [1]			**(38.208)**	**(5.562)**	**(1.271)**	**(2.516)**
Operações de crédito	6,50% CDI	07/05/2031	730	41.043	(261)	(302)
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	(5.369)	(11.559)	-	-
Depósitos à prazo	99% a 120% CDI e 100% IPCA	14/04/2031	(5.455)	(6.304)	(204)	(168)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	100% CDI	27/11/2028	(1.066)	-	(15)	-
Recursos de letras de crédito imobiliário	98% CDI	18/05/2026	(494)	(488)	(60)	(47)
Recursos de letras financeiras	135% CDI e 100% IPCA	27/09/2030	(26.554)	(28.254)	(731)	(1.999)

	Taxa de Juros		Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	% CDI	Prazos até	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Empresas ligadas			**(48.866)**	**(61.152)**	**(10.860)**	**(5.553)**
Valores a Receber						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.			-	1	-	16
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.			7.980	2.016	1	510
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)			-	-	103	6
Pine Corretora de Seguros Ltda.			28	16	-	125
Pine Ativos Imobiliários LTDA			-	2.994	12	55
Pine Holding S.A.			2.923	-	-	-
Depósitos à vista						
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.		Sem vencimento	(2.135)	(8.920)	-	-
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)		Sem vencimento	(2)	(1)	-	-
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.		Sem vencimento	(1.290)	(1.592)	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.		Sem vencimento	(484)	(107)	-	-
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.		Sem vencimento	-	(1)	-	-
Pine Ativos Imobiliários LTDA		Sem vencimento	-	(7)	-	-
Pine Holding S.A.		Sem vencimento	(160)	-	-	-
Pine 1 Desenvolvimento Participações Ltda.		Sem vencimento	(1)	-	-	-
Depósitos à prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99% CDI	27/11/2028	(4.299)	(4.235)	(523)	(431)
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99% CDI	28/12/2028	(14.486)	(31.161)	(6.205)	(1.681)
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)	99% CDI	24/01/2028	(2.786)	(337)	(336)	(16)
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	07/12/2028	(60)	(2.560)	(319)	(515)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI	21/12/2028	(16.804)	(7.981)	(1.512)	(656)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	20/10/2028	(1.884)	(8.391)	(894)	(907)
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	99% CDI	04/08/2028	(15.290)	(876)	(1.178)	(2.058)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	112% CDI	29/06/2028	(10)	(10)	(2)	(1)
Pine Holding S.A.	99% CDI	29/06/2028	(106)	-	(7)	-
Empresas indiretas			**(12.825)**	**2.922**	**(638)**	**-**
Valores a Receber						
Amigoz Ltda.	-	-	-	2.924	-	-
Depósitos à vista						
Amigoz Ltda.	-	Sem vencimento	(1)	(1)	-	-
BYX Capital Ltda.	-	Sem vencimento	-	(1)	-	-
Amigoz Corretora de Seguros Ltda.	-	Sem vencimento	(9.184)	-	-	-
Pine Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	Sem vencimento	(3)	-	-	-
Boreal Capital Ltda.	-	Sem vencimento	(176)	-	-	-
Depósitos a prazo						
Amigoz Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI	13/04/2028	(164)	-	(16)	-
Pine Empreendimentos Imobiliários Ltda.	99% CDI	21/12/2028	(3.297)	-	(139)	-
Operações de crédito						
BYX Capital Ltda. [2]	21,27% a.a.	31/01/2028	-	-	(483)	-

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.
(2) Refere-se às receitas auferidas até a data de alienação da Byx Capital, conforme divulgado na nota explicativa 14.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva.

						31/12/2025
Acionistas	Ações Ordinárias	% - Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% - Ações Preferenciais	Total de Ações	% - Total de Ações
Pessoa Física	116.302.114	97,60	41.423.926	36,56	157.726.040	67,85
Pessoa Jurídica	920.847	0,77	8.727.759	7,70	9.648.606	4,15
Conselho de Administração	3.044	0,00	82.851	0,07	85.895	0,04
Conselho Fiscal	604.244	0,51	6.989.701	6,17	7.593.945	3,27
Diretoria Executiva	219.657	0,18	17.305.084	15,28	17.524.741	7,54
Total	**118.049.906**	**99,06**	**74.529.321**	**65,79**	**192.579.227**	**82,85**

						31/12/2024
Acionistas	Ações Ordinárias	% - Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% - Ações Preferenciais	Total de Ações	% - Total de Ações
Pessoa Física	113.433.026	97,83	40.402.028	35,50	153.835.054	66,96
Pessoa Jurídica	584.239	0,50	14.698.439	12,92	15.282.678	6,65
Conselho de Administração	3.044	0,00	118.852	0,10	121.896	0,05
Conselho Fiscal	587.983	0,51	6.928.077	6,09	7.516.060	3,27
Diretoria Executiva	204.554	0,18	5.872.027	5,16	6.076.581	2,64
Total	**114.812.846**	**99,02**	**68.019.423**	**59,77**	**182.832.269**	**79,57**

44. OUTRAS DIVULGAÇÕES

a) Covenants

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Pine não possuía empréstimos com covenants atrelados.

45. GERENCIAMENTOS DE RISCOS

a) Introdução

O Banco Pine apresenta como diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, através da abordagem de gerenciamento integrado de riscos e capital, sendo sua supervisão realizada por comitês colegiados que apoiam as decisões da Administração.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

As práticas de gerenciamento integrado e controle de risco, refletindo as melhores práticas de mercado, buscam identificar e definir limites de monitoramento das perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, de forma sustentável e em observância ao apetite de riscos definido, sempre mantendo transparência na governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é definida pelo Conselho de Administração, que estabelece as funções subsidiárias ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao CRO e à Diretoria, no que tange as atribuições de aprovação de modelos de cálculo, dos fatores de risco, das métricas e indicadores para controle e monitoramento de limites e alertas.

O gerenciamento integrado de Riscos do Banco Pine abrange os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Gerenciamento Integrado de Riscos

O processo de gerenciamento integrado de riscos no Pine compreende o conjunto de atividades integradas de gestão e no controle, desde a definição de estratégias, diretrizes, cálculo, divulgação periódica de informações de gestão, controle e monitoramento (Teste de Uso).

A estrutura de governança do gerenciamento integrado de riscos, compreende:

Gerenciamento do risco de crédito

• Conselho de Administração, para definição do apetite de risco e aprovação das políticas de risco;

• Comitê de Gestão de Riscos e Capital, para supervisão e coordenação gerais;

• Comitê de Portfolio, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (crédito e sócio ambiental);

• Comitê ALCO (Asset and Liability Committee) e Comitê de Riscos e Tesouraria, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (liquidez);

• CRO (Chief Risk Officer), para acompanhamento e implementação das definições e diretrizes estabelecidas;

• Área Tesouraria, para acompanhamento do mercado e negociação de operações de zeragem no mercado;

• Demais Áreas de Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, para negociação de operações com clientes e para registro, processamento e contabilização;

• Área de Controladoria, para acompanhamento gerencial de operações e programação orçamentária;

• Área de Controle de Riscos, para cálculo de riscos e controle de limites;

Os processos e as políticas de gerenciamento e controle de riscos são submetidos a revisões periódicas, com objetivo de garantir alinhamento às melhores práticas de mercado, bem como o atendimento à regulamentação em vigor.

As atividades de controle de riscos são realizadas de forma centralizada por área independente em relação às áreas de Tesouraria, Controladoria, Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, garantindo isenção no reporte e implementação das ações corretivas identificadas.

RAS

A avaliação e definição do apetite de riscos são realizadas de forma estruturada e coordenada através da Declaração de Apetite a Riscos (RAS, Risk Appetite Statement), instrumento de gestão que integra os diversos tipos de risco e implementa seu monitoramento periódico, frente aos níveis estabelecidos, em atendimento aos objetivos da Administração e em conformidade com a programação orçamentária de negócio e aos requerimentos regulatórios. A RAS estabelece os indicadores através de limites e alertas, com acompanhamento periódico, sejam estratégicos ou superiores, sejam táticos ou operacionais.

c) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;

• Avaliação da necessidade de capital para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse;

• Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O Banco Pine possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco.

d) Categorias de Riscos

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo variação das taxas de juros, de câmbio, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, próprios ou de clientes e parceiros, pela instituição.

Risco de Conformidade

O Risco de Conformidade (ou regulatório) é definido como a possibilidade da instituição sofrer sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de Leis, Regulamentações, Recomendações dos órgãos de supervisão e Códigos de auto regulação aplicáveis.

Risco Reputacional (ou imagem)

O Risco Reputacional é definido pela possibilidade de perdas financeiras decorrentes da impossibilidade da instituição em manter e ou estabelecer novas relações no mercado e em sua base de clientes.

e) Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição, concentração, suficiência de garantias e adimplência de valores a receber de clientes e contrapartes;

• Avaliação e monitoramento da necessidade de provisionamento para perdas, alocação adicional de garantias, e/ou reestruturação de crédito, considerando os indicadores de inadimplência, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse;

• Planejamento de metas e de controle de limites de risco de crédito, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métrica de Controle e Gestão

As análises do risco de crédito são realizadas com base nas seguintes métricas:

Rating e Limite de Crédito

A classificação de risco de inadimplência (rating) e a concessão de limite de crédito, realizados de forma estruturada e coordenada e formalizado através da PLC (Proposta de Limite de Crédito), têm por objetivo avaliar e atribuir a exposição máxima esperada com clientes e contrapartes, produtos, volumes, prazos e de garantia exigidas.

Monitoramento de Concentração

O monitoramento de concentração tem por objetivo definir e monitorar a exposição máxima esperada por rating, classificação de risco, cliente, contraparte, segmento econômico, região geográfica e prazo.

Monitoramento de Indicadores de Inadimplência

O monitoramento de inadimplência tem por objetivo acompanhar e definir os níveis aceitáveis de provisionamento de perda frente aos prazos de atraso no recebimento de valores a receber de clientes e contrapartes. Destes indicadores destaca-se o índice 'Over 90', que demonstra, ao longo do tempo o comportamento da carteira, permitindo a identificação e implementações de ações corretivas.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

f) Exposição máxima ao risco de crédito — Instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros não sujeita a provisão ao valor recuperável:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros ao valor justo (VJR)	**6.149.253**	**1.553.327**
Instrumentos de dívida	6.148.562	1.552.621
Instrumentos de capital	691	706
Instrumentos financeiros derivativos	**1.255.924**	**3.099.018**
Exposição Máxima dos instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável	**7.405.177**	**4.652.345**

g) Qualidade de crédito

O quadro abaixo apresenta a exposição total dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

		Total em %
Classificação Interna	31/12/2025	31/12/2024
Baixo	91%	97%
Médio	5%	2%
Alto	4%	1%

O Banco Pine estimou os fluxos de caixa esperados, levando em consideração todos os termos contratuais do ativo financeiro, incluindo as perdas de crédito esperadas.

i) Avaliação da redução ao valor recuperável

Baseando-se na orientação fornecida pelo IFRS 9 “Instrumentos Financeiros”, o Banco Pine estima a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. O Banco Pine adotou em 01 de janeiro de 2025 a Resolução CMN n° 4.966/21, que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros. A partir da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 estabeleceu-se que as instituições mensurem sua provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para 12 meses (PE 12 meses) e para a vida da operação (PE Vida) foi recalibrada, com o objetivo de melhorar a previsibilidade de perdas futuras provenientes de operações de crédito em default.

O modelo de LGD foi revisado, alterando a metodologia genérica para um modelo ponderado por tipo de garantia, aumentando a qualidade e eficiência do modelo.

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo Banco Pine para fins de elaboração destas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais práticas contábeis do Pine (nota 3).

(i) Deterioração do nível de risco

O Pine considera como um instrumento financeiro inadimplente e, consequentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de PE, todos os casos que se encontram vencidos há mais de 90 dias em relação a seus pagamentos contratuais. Para operações interbancárias (operações interfinanceiras de liquidez), o Pine as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Como parte de avaliação qualitativa o Pine considera a classificação interna de risco de crédito.

(ii) Classificações internas de risco e o processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (*probability of default – PD*)

O Pine possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (ratings) a seus clientes, associados empiricamente a probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

(iii) Mensuração do risco de crédito

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto e faixa de utilização do limite atual, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do Pine.

Para calcular a EAD o Banco Pine faz a seguinte consideração em relação às classificações em estágios:

• Para uma operação que esteja no Estágio 1, o Banco Pine avalia a possibilidade de default nos próximos 12 meses para o cálculo da PE.

• Para uma operação que esteja nos Estágios 2 e 3, o Banco Pine avalia a possibilidade de default ao longo da vida para o cálculo da PE.

Aumento significativo de risco de crédito

O Banco Pine considera que uma operação teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou quando a operação flegar como renegociação.

O Banco Pine considera que há aumento significativo do estágio 2 para o estágio 3 quando o ativo financeiro possui atraso superior a 90 dias ou a operação em renegociação apresentar atraso superior a 60 dias.

Perda em caso de default (LGD)

O Banco Pine monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o Banco Pine avalia se houve um aumento significativo no risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas

Conforme mencionado na nota 3.I, o Pine calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de Empréstimos e adiantamentos a clientes.

O Banco Pine agrupa essas exposições através de critérios e grupos homogêneos de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

• Segmentação de Carteira (Atacado, Varejo, Multisacado e Fianças);

• Para modelo atacado, incluímos o agrupamento por produto (capital de giro, cheque empresa, títulos e valores mobiliários e outros); e

• Para modelo varejo, observamos a modalidade de produto (INSS, FGTS, cartão benefício e outros benefícios).

j) Garantias recebidas (mitigadoras da exposição máxima ao risco de crédito)

As garantias são consideradas como segunda fonte de pagamento, dada eventual inadimplemento do devedor.

As garantias formalizadas em operações de crédito são aprovadas em comitê, formalizadas e/ou constituídas por área distinta da área responsável por contratação e controladas em sistema específico.

k) Risco de liquidez

Definição

O Risco de Liquidez é a possibilidade do Pine não satisfazer suas necessidades de caixa para o cumprimento de suas obrigações correntes e futuras ou de novas exigências de recursos sem afetar a continuidade de suas operações.

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez tem como objetivo identificar, informar e precaver o Pine de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o Pine monitora a exposição ao risco de liquidez de suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

O gerenciamento do risco de liquidez abrange os processos de controle, monitoramento e planejamento efetuados através de relatórios enviados aos integrantes do ALCO - *Asset and liability committee* e alta Administração, bem como aprovação de políticas, estratégias, diretrizes, cenários e limites no referido comitê e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado, conforme segue:

Diariamente (Superintendência de Risco de Liquidez & Mercado e Produtos):

• Posição e movimentação da liquidez do conglomerado;

• Monitoramento dos indicadores do risco de liquidez.

Semanalmente (ALCO - *Asset and liability committee*):

• Fluxo de descasamentos entre pagamentos, recebimentos e outras movimentações de todo conglomerado (*funding gap*);

• Projeção da movimentação da liquidez do conglomerado considerando os planos das áreas de negócios, necessidades de captação e nível de liquidez desejado;

Mensalmente (ALCO - *Asset and liability committee)* :

• Projeção de cenários de estresse de liquidez : moderado e extremo;

• Metodologia de definição dos níveis de liquidez desejado e mínimo;

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

• Revisão do plano de contingência de liquidez e dos indicadores do risco de liquidez.

As políticas de gestão do risco de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições do ALCO - *Asset and liability committee* .

Desta forma, no processo de gestão do risco de liquidez no Pine, o conjunto de atividades que estão relacionadas e integradas na gestão, desde a definição de estratégias, diretrizes, controle, monitoramento até o gerenciamento, são desempenhadas e estão distribuídas nas seguintes unidades:

• Comitê de Ativos e Passivos (ALCO - *Asset and liability committee*);

• Área ALM na Tesouraria;

• Risco de Liquidez & Mercado e Diretoria de Riscos, Compliance, PLD e Segurança da Informação.

l) Gerenciamento de Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de níveis adequados de liquidez;

• Avaliação da necessidade de manutenção de liquidez mínima para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse;

• Planejamento de metas e de necessidade de liquidez, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métricas de Controle e Gestão

As análises do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas:

Liquidez Efetiva na Data

A liquidez efetiva na data tem por objetivo apurar o saldo realizado e a projeção para D+1 e as movimentações já contratadas nos saldos dos ativos que compõem a liquidez efetiva, títulos públicos livres, compromissada Selic e disponível em ME.

Liquidez *Target*

A liquidez *target* tem por objetivo demonstrar o valor esperado a manutenção da continuidade dos negócios correntes, calculado em função do objetivo estratégico e do valor considerando margem de segurança em excesso à 'Liquidez Mínima'.

Liquidez Cenário Projetado e Cenário Estresse

A liquidez cenários projetado e estresse têm por objetivo demonstrar cenários prospectivos de liquidez, construídos a partir da 'Liquidez na Data', em consonância com a programação orçamentária e de negócio, considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Liquidez Mínima (Cenário Projetado e Cenário Estresse)

A liquidez mínima, nos cenários projetado e estresse, tem por objetivo demonstrar os montantes mínimos representativos de 'colchão' a ser mantido, calculado de forma prospectiva, em consonância com a programação orçamentária e de negócio considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Plano de Contingência de Liquidez

O pano de contingência de liquidez tem por objetivo estabelecer um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de necessidade de liquidez, que alterem o perfil de prazo e volume de recebimentos de ativos e passivos.

Balanço Patrimonial por liquidez

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com o período em que se estima que sejam recuperados ou liquidados.

					31/12/2025
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
ATIVO					
Disponibilidades [1]	6.334.317	-	-	-	-
Instrumentos de dívida	535.547	614.753	2.036.223	2.275.788	3.155.518
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2.939.903	3.632.568	3.696.000	1.919.832	615.469
Total	**9.809.767**	**4.247.321**	**5.732.223**	**4.195.620**	**3.770.987**
PASSIVO					
Depósitos de clientes	2.707.012	5.118.538	11.340.696	1.525.570	645.908
Depósitos de instituições financeiras	3.845.720	311.796	601	128	14
Dívidas subordinadas	709	6.149	68.402	171.320	528.492
Obrigações por empréstimos e repasses	14.069	4.446	250	-	-
Total	**6.567.510**	**5.440.929**	**11.409.949**	**1.697.018**	**1.174.414**
Derivativos	**(1.104.715)**	**147.475**	**26.868**	**46.515**	**44.409**
GAP	**2.137.542**	**(1.046.133)**	**(5.650.858)**	**2.545.117**	**2.640.982**

(1) Contém saldos referentes à Títulos Públicos com liquidez, apresentados pelo prazo final de seus vencimentos.

					31/12/2024
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
ATIVO					
Disponibilidades [1]	1.443.076	77.998	409.544	324.611	360.793
Instrumentos de dívida	(134.694)	-	409.544	912.619	122.911
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.883.292	1.912.711	4.089.779	1.862.725	373.419
Total	**3.191.674**	**1.990.709**	**4.908.867**	**3.099.955**	**857.123**
PASSIVO					
Depósitos de clientes	149.906	357.708	1.000.470	1.427.165	3.238
Depósitos de instituições financeiras	1.309.164	2.344.087	6.061.961	847.453	196.822
Dívidas subordinadas	-	92.781	52.163	-	-
Total	**1.459.070**	**2.794.576**	**7.114.594**	**2.274.618**	**200.060**
Derivativos	**2.379.568**	**(1.281.526)**	**(1.440.548)**	**-**	**-**
GAP	**4.112.172**	**(2.085.393)**	**(3.646.275)**	**825.337**	**657.063**

(1) Contém saldos referentes à Títulos Públicos com liquidez, apresentados pelo prazo final de seus vencimentos.

m) Gerenciamento de Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição às variações de mercado;

• Avaliação da necessidade de adequação das exposições, através de hedge, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse;

• Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Intenção de Negociação

O risco de mercado é apurado em conformidade com a estratégia de negócio e a intenção de negociação das operações, podendo ser:

A 'Carteira de Negociação' (trading) é composta por operações negociadas com a intenção de giro, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem de assimetrias de mercado. O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão DDR (Demonstrativo Diário de Acompanhamento das Parcelas de Requerimento de Capital e Limites Operacionais) BACEN, compatível com a abordagem VaR.

A 'Carteira Bancária' (banking) é composta pelas demais operações não classificadas na 'Carteira de Negociação' (trading). O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) BACEN, compatível com a abordagem movimentos adversos no resultado e no capital em decorrência de choque nas curvas de juros.

Métricas de Controle e Análises

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de Valor em Risco (*Value at Risk – VaR*)

O VaR tem por objetivo apurar a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. Utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%, com apuração por mercado, vértices de vencimento e por fator de risco.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de Resultado Gerencial à Mercado

A análise de resultado a mercado tem por objetivo apurar o resultado gerencial econômico a mercado (MtM), pelo apreçamento dos ativos e passivos, segregando seu impacto conforme a natureza do resultado, se contábil e/ou gerencial.

Análise de Sensibilidade e de Estresse

A análise de sensibilidade tem por objetivo avaliar a variação do valor de mercado da carteira considerando o deslocamento de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros ou conforme cenários pré-estabelecidos.

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para as operações com instrumentos financeiros, em decorrência da possibilidade de variação cambial, juros ou quaisquer outros fatores. Para a apuração dos impactos às taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos DV01s, para a data base:

n) Análise de sensibilidade

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Pine a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 31 de dezembro de 2025:

		Análise de Sensibilidade		
		31/12/2025		
		Cenários		
Fator de Risco	Exposição	Provável (I)	Possível (II)	Remoto (III)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(328.953)	(411.192)	(616.788)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	10.959	13.699	20.548
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	(6.243)	(7.804)	(11.706)
Cesta de Moedas	Variação na cotação da cesta de moedas	(6.243)	(7.804)	(11.706)
Total (soma não correlacionada)*		**(330.480)**	**(413.101)**	**(619.652)**
Total (soma correlacionada)**		**(52.625)**	**(65.781)**	**(98.672)**

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.
**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários

Cenário I - Provável

Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado em 31 de dezembro de 2025 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA (λ=94).

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,81%	0,01%	13,82%
Índice de Preços (IPCA)	9,76%	0,01%	9,77%
Taxa Referencial (TR)	2,05%	0,01%	2,06%
Taxa de Cupom de Dólar	4,82%	0,01%	4,83%
Taxa de Cupom de Outras Moedas	4,79%	0,01%	4,80%
Taxas *OffShore* (Libor + outras Offshore)	2,85%	0,01%	2,86%
Moedas	5,50	0,01%	5,50

Cenário II - Possível

Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,81%	25%	17,27%
Índice de Preços (IPCA)	9,76%	25%	12,20%
Taxa Referencial (TR)	2,05%	25%	2,56%
Taxa de Cupom de Dólar	4,82%	25%	6,03%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	4,79%	25%	5,98%
Taxas *OffShore* (Libor + outras Offshore)	2,85%	25%	3,56%
Moedas	5,50	25%	6,88

Cenário III - Remoto

Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado (1 ano)	Choque	Nova Taxa Mercado (1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	13,81%	50%	20,72%
Índice de Preços (IPCA)	9,76%	50%	14,64%
Taxa Referencial (TR)	2,05%	50%	3,07%
Taxa de Cupom de Dólar	4,82%	50%	7,23%
Taxas de Cupom de Outras Moedas	4,79%	50%	7,18%
Taxas *OffShore* (Libor + outras Offshore)	2,85%	50%	4,27%
Moedas	5,50	50%	8,25

(i) Balanço por moeda

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com sua exposição à moedas, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com as principais moedas negociadas.

	31/12/2025		31/12/2024	
	Dólar	Euro	Dólar	Euro
ATIVO				
Disponibilidades	36.395	1.329	48.620	1.562
Empréstimos e adiantamentos a clientes	147.808	8.821	97.413	8.407
Outros ativos	(4.747)	-	(7.166)	-
Total	**179.456**	**10.150**	**138.867**	**9.969**
PASSIVO				
Obrigações por empréstimos e repasses	8.055	-	1.999	-
Relações com correspondentes	18.895	-	24.299	1.443
Total	**26.950**	**-**	**26.298**	**1.443**
Derivativos	**160.925**	**2.804**	**115.089**	**7.646**
GAP	**(8.419)**	**7.346**	**(2.520)**	**880**

(ii) Balanço por Risco de Mercado

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com sua exposição à mercado, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com os principais fatores de risco incorridos.

	31/12/2025			31/12/2024		
	Pré	IPCA	TR	Pré	IPCA	TR
ATIVO						
Disponibilidades	5.435.138	899.179	-	2.469.207	146.815	-
Instrumentos de dívida	7.679.770	177.099	52.152	2.347.918	(94.296)	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	12.581.545	203.461	18.766	9.548.022	15.054	-
Total	**25.696.453**	**1.279.739**	**70.918**	**14.365.147**	**67.573**	**-**
PASSIVO						
Depósitos de clientes	16.141.389	5.061.249	-	3.014.075	20.873	-
Depósitos de instituições financeiras	4.156.926	-	-	7.760.176	3.767.315	-
Captações no mercado aberto	-	-	-	178.309	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	18.766	-	-	-
Dívidas Subordinadas	740.541	34.532	-	-	-	-
Total	**21.038.856**	**5.095.781**	**18.766**	**10.952.560**	**3.788.188**	**-**
Derivativos	**(1.102.097)**	**7.183**	**-**	**(158.790)**	**-**	**-**
GAP	**3.555.500**	**(3.808.859)**	**52.152**	**3.253.797**	**(3.720.615)**	**-**

o) Gerenciamento de Outros Riscos Relevantes

O gerenciamento dos demais riscos relevantes compreende um conjunto de atividades:

• Processo contínuo de monitoramento de indicadores representativos dos eventos críticos;

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

• Avaliação da necessidade de adequação e melhoria de processos, ferramentas e soluções, para fazer frente à programação de negócio e incorporar novas exigências regulatórias, tecnologias e práticas de mercado, inclusive garantindo a implementação do plano de continuidade de negócio, sob condições de estresse; e

• Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Política de Responsabilidade Sócio Ambiental e Climática (PRSAC)

A PRSAC tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental e climático por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação a este tema. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza socioambiental e climática nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas de negócio, como também para um desenvolvimento sustentável.

As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas por nossas atividades. Assim sendo, o Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PRSAC estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração.

No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, se o Compliance e PLD encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito.

Além disso, neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica segmentos ou organizações para as quais o Pine tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades considerados nocivos à sociedade e ao meio ambiente. Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

O Banco Pine está revisando seus processos e políticas internas para medir, controlar e, quando aplicável, reduzir os riscos associados a cada cliente do seu portfólio

Tecnologia da Informação

O Banco Pine se caracteriza pelo *mindset* digital e investe estrategicamente em melhoria contínua do ambiente tecnológico, incorporando as tendências de novos produtos e linguagens e adotando melhores práticas de mercado, na automatização contínua dos processos críticos e na formulação de solução sistêmica para integração dos processos internos visando escalabilidade, sinergia e agilidade.

Plano de Continuidade de Negócios

O Banco Pine adota políticas conservadoras de armazenamento e segurança de dados e soluções tecnológicas que permitem a manutenção dos sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real, para mitigar os impactos causados e falhas operacionais de hardware e software, no seu próprio ambiente tecnológico e na infraestrutura e conectividade de mercado.

A estrutura e capacidade de processamento computacional garantem a manutenção dos níveis de performance e segurança para o funcionamento adequado dos aplicativos e soluções sistêmicas para atendimento ao cliente, tratamento de informações cadastrais, negociação de operações, controle financeiro e contabilização, controle de riscos, e processamento de dados.

Segurança de Informação

O Banco Pine adota procedimentos estritos para garantia da segurança de informação. Qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, estão cobertas pelo monitoramento contínuo, seja para garantia da integridade física dos dados, seja também para fins de atendimento às exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados, de 2018).

46. RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (BRGAAP e IFRS)

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, denominadas "BRGAAP" e estão sendo apresentadas separadamente dessas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

De acordo com a Resolução CMN n° 4.818/20, apresentamos a seguir a reconciliação do lucro líquido e patrimônio líquido entre o BRGAAP e o IFRS:

Resultado	Referência	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Resultado - BRGAAP		**444.835**	**258.248**
Resultado de não-controladores (1) (2) (3) (4)		1.122	296
Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - *Impairment*	a	(30.757)	(284.964)
Ajuste IFRS 9 - Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)	b	3.752	(357)
Ajuste IFRS 16 - Aluguel	c	(456)	183
Ajuste IFRS - Ativo fiscal diferido	d	12.182	128.328
Ajuste IFRS - Outros ajustes		2.200	-
Resultado - IFRS		**432.878**	**101.734**

(1) Refere-se à participação de não controladores do Chimera Alternative Assets I FIDC. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

(2) Refere-se à participação de não controladores do LIFT JS Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

(3) Refere-se à participação de não controladores do LIFT SO II Feeder Fundo de Investimento Financeiro - Responsabilidade Limitada. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

(4) Refere-se à participação de não controladores do LIFT Crédito Estruturado I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

Patrimônio Líquido	Referência	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio Líquido - BRGAAP		**1.407.630**	**1.227.207**
Participação de não-controladores (1) (2) (3) (4)		30.036	4.100
Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - *Impairment*	a	-	(280.653)
Ajuste IFRS 9 - Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)	b	-	(3.752)
Ajuste IFRS 16 - Aluguel	c	(1.938)	(1.482)
Ajuste IFRS - Ativo fiscal diferido	d	873	126.497
Patrimônio Líquido - IFRS		**1.436.601**	**1.071.917**

(1) Refere-se à participação de não controladores do Chimera Alternative Assets I FIDC. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

(2) Refere-se à participação de não controladores do LIFT JS Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

(3) Refere-se à participação de não controladores do LIFT SO II Feeder Fundo de Investimento Financeiro - Responsabilidade Limitada. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

(4) Refere-se à participação de não controladores do LIFT Crédito Estruturado I Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. A consolidação desse Fundo não é aplicável às Demonstrações Financeiras em BRGAAP.

a) Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - *Impairment*

Baseando-se na orientação fornecida pelo IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", o Banco Pine estima a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Para fins de BRGAAP, o Banco Pine adotou em 01 de janeiro de 2025 a Resolução CMN n° 4.966/21, que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros. A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que as instituições mensurem sua provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes.

b) Ajuste IFRS 9 – Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)

Em consonância com o IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculados ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Para o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas, pelo regime de caixa.

c) Ajuste IFRS 16 - Aluguel (Contratos de arrendamentos)

O Banco Pine arrenda predominantemente ativos objetos dos contratos de arrendamento de negócios mobiliários e imobiliários referentes aos mecanismos de funcionamento de seu negócio. Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco. O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data. Para o BRGAAP, os alugueis são reconhecidos como despesa administrativa. O Banco Pine adotou, de forma prospectiva, a aplicação da Resolução CMN nº 4.975/21, para os contratos celebrados a partir de 1° janeiro de 2025, por esse motivo para essa Demonstração Financeira é aplicável manter o ajuste IFRS 16.

d) Ajuste IFRS - Ativos fiscais diferidos

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre os ajustes de IFRS, foram refletidos na reconciliação. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

47. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aumento de capital social

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de janeiro de 2026, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$21.917, mediante emissão de 5.206.870 novas ações nominativas, sendo 2.524.594 ordinárias e 2.682.276 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício: (i) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de dezembro 2025 a 31 de dezembro de 2025 ("Décimo Segundo período de exercício") e (ii) de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 03 de outubro de 2024 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, no período de 01 de dezembro 2025 a 31 de dezembro de 2025 ("Quarto período de exercício"). O aumento está pendente de aprovação pelo Bacen.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de março de 2026, foi deliberado o aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R$245.926, mediante emissão de 21.860.095 novas ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, com exclusão do direito de preferência dos seus atuais acionistas, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das S.A., sendo que a integralidade do preço por ação é de R$ 11,25. Em razão da necessidade de homologação do aumento de capital social pelo Bacen, foram emitidos recibos de subscrição, integralizados à vista em moeda corrente nacional, conferindo aos seus titulares o direito à conversão em ações após a homologação. Após a homologação, as ações passarão a conferir aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições aplicáveis às ações preferenciais de emissão do Banco Pine, nos termos do Estatuto Social e da legislação vigente.

b) Participação societária Amigoz Ltda.

Em Instrumento Particular de Alteração datado de 27 de janeiro de 2026, a Pine Holding adquiriu 638.634 quotas da Amigoz Ltda., no montante de R$13.601. Após a aquisição dessas novas quotas a Pine Holding passará a deter 99,85% de participação da Amigoz, o que representa a quantidade de 5.321.950 quotas.

****

A DIRETORIA

CONTADOR
Breno Costa Amaral - CRC MG 074923/O-9

Notas Explicativas

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
ANEXO I - DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R$)

	01/01 a 31/12/2025	01/01 a 31/12/2024
Receitas	**4.833.001**	**2.724.123**
Intermediação financeira	5.000.957	2.946.781
Prestação de serviços	146.197	13.319
Provisão/(Reversão) de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(456.815)	(346.881)
Outras	142.662	110.904
Despesas de intermediação financeira	**(3.398.049)**	**(2.333.900)**
Insumos adquiridos de terceiros	**(517.759)**	**(172.034)**
Materiais, energia e outros	(1.109)	(1.090)
Serviços de terceiros	(354.722)	(137.326)
Outros	(161.928)	(33.618)
Valor adicionado bruto	**917.193**	**218.189**
Retenções	**(23.141)**	**(14.746)**
Depreciação e amortização	(23.141)	(14.746)
Valor adicionado líquido produzido	**894.052**	**203.443**
Resultado de participações em coligadas	24.615	22.949
Valor adicionado total a distribuir	**918.667**	**226.392**
Distribuição do valor adicionado	**918.667**	**226.392**
Pessoal	**277.508**	**164.870**
Remuneração direta	99.866	70.388
Benefícios	22.597	19.193
FGTS	6.599	5.489
Outros	148.446	69.800
Impostos, taxas e contribuições	**196.394**	**(50.780)**
Federais	181.448	(58.585)
Municipais	14.946	7.805
Remuneração de capitais de terceiros	**11.887**	**10.568**
Aluguéis	11.887	10.568
Remuneração de capitais próprios	**432.878**	**101.734**
Juros sobre o capital próprio/dividendos	153.966	106.731
Lucros retidos do exercício	278.912	(4.997)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Notas Explicativas

BANCO PINE

CNPJ 62.144.175/0001-20
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, n° 1.830
6º andar | São Paulo – Brasil

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Banco Pine S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Pine S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Mensuração de valor justo de instrumentos financeiros complexos ou sem liquidez, classificados em hierarquia nível 3 (Notas 3(e) e 6(a))

O Banco possui investimentos em instrumentos financeiros, classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado (VJR), classificados em hierarquia nível 3.

Esses instrumentos financeiros não são negociados em mercado ativo. O processo de mensuração do seu respectivo valor justo envolve subjetividade em sua determinação, considerando técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos que, por sua vez, envolvem premissas e julgamentos da administração para sua mensuração.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes identificados nesse

processo, tais como os controles de validação das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros.

Analisamos a aderência da metodologia de mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros e a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em períodos anteriores, bem como práticas de mercado, quando aplicável.

Efetuamos testes de recálculo do valor justo desses instrumentos financeiros, com base nas premissas adotadas pela administração.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros, conforme divulgados nas demonstrações financeiras são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Notas 3(i) e 8)

A partir de 1º de janeiro de 2025 entrou em vigor a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que altera os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, de forma prospectiva, bem como para a mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

A mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da Res. CMN nº 4.966, é uma área que envolve julgamento da Administração na classificação dos créditos por estágios previstos no respectivo normativo, bem como a aplicação de metodologia que utiliza premissas e considera fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência, a situação financeira da contraparte, garantias e políticas de renegociação.

Essa é uma área determinada como foco de auditoria, pois o uso de julgamento da administração na mensuração do valor da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em relação a implementação da Resolução CMN nº 4.966, avaliamos os processos adotados pela Administração para a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, com foco nos modelos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

Realizamos entendimento sobre os procedimentos adotados pela administração para análise, avaliação e aplicação da Res. CMN nº 4.966, bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a avaliação da aderência aos requisitos da referida norma, aplicáveis ao processo de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Em relação à metodologia e mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, aplicamos procedimentos relacionados à (i) análise das políticas contábeis em comparação aos requerimentos ao normativo, (ii) entendimento e recálculo, em base amostral, da mensuração da provisão para perdas, que considera a avaliação da integridade da base de dados, os modelos e premissas adotadas pela Administração, (iii) comparação de dados e premissas utilizados com dados de mercado, quando aplicável, (iv) testes sobre a classificação dos ativos financeiros por estágios, (v) conciliação dos saldos contábeis com a posição analítica; e (vi) análise e consistência das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Valor recuperável do crédito tributário (Notas 3(t) e 10)

O Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses ativos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração e aprovados pelos órgãos de governança do Banco, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos na determinação de premissas pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de julgamento na determinação das premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributários, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração.

Comparamos determinadas premissas utilizadas nas projeções orçamentárias elaboradas pela administração com projeções

macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável.

Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes de realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Mensuração do valor recuperável de ativos não financeiros mantidos para venda (Notas 3(k) e 12(a))

O Banco e suas controladas possuem ativos não financeiros mantidos para venda compostos, principalmente, por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo, menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido por provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, e avaliações internas que mensuram o valor justo de certos ativos, com base em metodologia de cálculo, considerando premissas estabelecidas pela administração.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento dos controles da administração sobre a avaliação do valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda, bem como a análise dos laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos ou, quando aplicável, a análise da razoabilidade da metodologia e premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Adicionalmente, efetuamos testes para observar a aplicação da metodologia de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos, incluindo a avaliação do histórico de vendas, de imóveis similares, realizadas pelo Banco e suas controladas, quando aplicável.

Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Contingências fiscais (Notas (3(s) e 16(b))

O Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes as suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido à complexidade dos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e no entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos no semestre corrente.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e efetuamos procedimentos de confirmação dos dados dos principais processos com os assessores jurídicos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Ambiente de tecnologia da informação

Devido a diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a

elaboração das demonstrações financeiras.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco e suas controladas em sua operação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas.

Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Consideramos que o ambiente de tecnologia da informação e controles estabelecidos pela administração apresentaram uma base razoável de eficácia para suportar os principais processos de negócios que geram informações críticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras.

Outros assuntos – Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas,

independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2026

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

****
****

Banco Pine S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2025 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos

relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco Pine S.A. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Mensuração de valor justo de instrumentos financeiros complexa ou sem liquidez, classificados em hierarquia nível 3 (Notas 3(c).(ii), 3(k) e 7)

O Banco possui investimentos em instrumentos financeiros, classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado (VJR), classificados em hierarquia nível 3.

Esses instrumentos financeiros não são negociados em mercado ativo. O processo de mensuração do seu respectivo valor justo envolve subjetividade em sua determinação, considerando técnicas de avaliação realizadas com base em modelos internos que, por sua vez, envolvem premissas e julgamentos da administração para sua mensuração.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, uma vez que o uso de diferentes modelos de mensuração ou de premissas poderiam produzir variações no valor justo significativamente diferentes daquelas estimadas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram, entre outros, a atualização do nosso entendimento sobre os controles relevantes identificados nesse processo, tais como os controles de validação das premissas e da aplicação dessas no processo de mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros.

Analisamos a aderência da metodologia de mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros e a razoabilidade das premissas adotadas pela administração, bem como analisamos a consistência dessas premissas com as adotadas em exercícios anteriores.

Efetuamos testes de recálculo do valor justo desses instrumentos financeiros em base amostral, de acordo com as premissas adotadas pela administração.

Consideramos que os modelos e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes (Notas 3(c).(i), 3(m) e 10)

A administração do Banco mensurou a provisão para perdas de crédito esperadas para empréstimos e adiantamentos a clientes, considerando os requerimentos da norma contábil IFRS 9 - Financial Instruments.

A determinação da provisão para perdas de crédito esperadas em empréstimos e adiantamentos a clientes, considerando os requerimentos da IFRS 9, é uma área que envolve julgamento da Administração na classificação dos créditos nos estágios previstos na IFRS 9, bem como na determinação da mensuração da provisão necessária, mediante a aplicação de metodologia e processos que utilizam diversas premissas e que consideram fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência, a situação financeira da contraparte, garantias e políticas de renegociação.

Essa é uma área que permanece como foco de auditoria, pois o uso desse julgamento na apuração do valor da provisão para perdas de crédito esperadas poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Atualizamos nosso entendimento sobre os procedimentos adotados pela administração para análise, avaliação e aplicação da IFRS 9,

bem como realizamos determinados procedimentos de auditoria com o auxílio de nossos especialistas, relacionados a avaliação da aderência aos requisitos da referida norma quanto ao processo de mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas para empréstimos e adiantamentos a clientes.

Em relação à metodologia e mensuração da perda de crédito esperada, aplicamos procedimentos relacionados à (i) análise das políticas contábeis em comparação aos requerimentos da IFRS 9, (ii) entendimento e recálculo, em base amostral, da mensuração da provisão para perdas, que considera a base de dados, os modelos e premissas adotadas pela Administração, (iii) comparação de dados e premissas utilizados com dados de mercado, quando aplicável, (iv) testes sobre a classificação dos empréstimos e recebíveis nos estágios previstos pela IFRS 9, e (v) análise e consistência das divulgações realizadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro da provisão para perdas de crédito esperadas, conforme divulgados nas demonstrações financeiras, são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Valor recuperável do crédito tributário (Notas 3(c).(iii), 3(j) e 40)

O Banco possui ativos decorrentes de créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Esses créditos foram constituídos com base em estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração e aprovado pelos órgãos de governança do Banco.

Na elaboração do referido estudo foram utilizados julgamentos na determinação de premissas pela administração, para projeção de lucros tributários futuros.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois a utilização de julgamento na determinação das premissas poderia alterar significativamente a projeção de lucros tributáveis, e consequentemente, os prazos previstos de realização do crédito tributário, com consequente impacto contábil.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos consideraram o entendimento e a análise da razoabilidade das premissas relevantes e da metodologia utilizadas na projeção de lucros tributáveis futuros contidas no estudo de realização do valor recuperável do crédito tributário elaborado pela administração.

Comparamos também determinadas premissas utilizadas nas projeções orçamentárias elaboradas pela administração com projeções macroeconômicas divulgadas no mercado, quando aplicável.

Como base no resultado dos procedimentos de auditoria e no contexto das incertezas inerentes da realização dos valores registrados como crédito tributário, consideramos que as premissas adotadas pela administração são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Mensuração do valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda (Notas 3(c).(v), 3(o) e 11)

O Banco possui ativos não circulantes mantidos para venda compostos, principalmente, por imóveis recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil da dívida e o valor justo, menos o custo de venda, na data em que foram classificados nessa categoria, deduzido de provisão para ajuste ao valor de realização, quando aplicável.

A administração considera na mensuração do valor recuperável desses ativos, laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos, e avaliações internas que mensuram o valor justo de determinados ativos, com base em metodologia de cálculo, considerando premissas estabelecidas pela administração.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, pois envolve a utilização de premissas e julgamentos por parte da administração na mensuração do valor recuperável desses imóveis.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento dos controles da administração sobre avaliação do valor recuperável de ativos não circulantes mantidos para venda, bem como a análise dos laudos de avaliação elaborados por avaliadores externos ou, quando aplicável, a análise da razoabilidade da metodologia e premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos.

Adicionalmente, efetuamos testes para observar a metodologia da aplicação de cálculo desenvolvida pela administração na mensuração do valor recuperável desses ativos, incluindo a avaliação do histórico de vendas, de imóveis similares, realizadas pelo Banco, quando aplicável.

Consideramos que a metodologia e as premissas adotadas pela administração no registro do valor recuperável desses ativos são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Contingências fiscais (Notas 3(c).(iv), 3(w) e 24(b)(i))

O Banco é parte em processos administrativos e judiciais de natureza fiscal, inerentes as suas operações, os quais são avaliados de forma recorrente, com os impactos contábeis reconhecidos de acordo com a probabilidade de perda.

A determinação da probabilidade de perda envolve julgamento por parte da administração, que conta com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.

As contingências fiscais podem ser encerradas após um longo espaço temporal e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também de aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente.

Continuamos considerando essa uma área de foco de auditoria, devido à complexidade dos aspectos processuais e ao nível de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o apoio de nossos especialistas na leitura e no entendimento dos processos administrativos ou judiciais relevantes. Adicionalmente, realizamos a inspeção documental das principais movimentações dos processos no exercício corrente.

Realizamos o confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte e efetuamos procedimentos de confirmação com os dados dos principais processos com os assessores jurídicos, incluindo sua avaliação da probabilidade de perda.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para a determinação da provisão para contingências fiscais, bem como as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Porque é um PAA

Ambiente de tecnologia da informação

Devido à diversidade e volume de transações, o Banco é dependente da sua estrutura de tecnologia para a gestão e geração de informações utilizadas no processamento de suas operações.

Assim, a não adequação da estrutura de tecnologia e dos respectivos controles, poderia ocasionar o processamento impreciso de informações críticas para a tomada de decisões ou das próprias operações, bem como de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras.

Essa área permanece como foco de auditoria, devido à complexidade do ambiente de tecnologia e a dependência do Banco em sua operação.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos consideraram os diferentes níveis de maturidade dos controles e incluíram, entre outros, o apoio de nossos especialistas em sistemas para a atualização do nosso entendimento e testes sobre a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia da informação que consideram também segurança da informação e gerenciamento de mudanças sistêmicas.

Testamos também a efetividade dos principais controles automatizados ou dependentes de tecnologia, relacionados aos processos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras, bem como os necessários controles compensatórios, quando aplicável.

Com base no resultado desses trabalhos, consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza, período e extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos – Demonstração do Valor Adicionado Consolidada

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) consolidada referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada no Anexo I como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado consolidada foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos

qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco Pine S.A. e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco Pine S.A. e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar ao Banco Pine S.A. e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar,

consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Pine S.A., infra-assinados, no uso de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, de acordo com o previsto no artigo 163, VII, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e no artigo 27, § 1º, III, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, que incluem os balanços patrimoniais e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e as notas explicativas ("Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas"), incluindo a proposta de destinação do resultado, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração, e à vista do Relatório Semestral do Comitê de Auditoria, datado de 18 de fevereiro de 2026, e do "Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas", emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC"), não havendo quaisquer ressalvas a serem feitas em relação às citadas peças.

São Paulo, 18 de fevereiro 2026.

Presidente do Conselho Fiscal

Sergio Tuffy Sayeg

Membros do Conselho Fiscal

Francisco Asclepio Barroso Aguiar
Felipe Camera Ruiz

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta - NIRE 35300525515
CNPJ 62.144.175/0001-20
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria do Banco Pine S.A. e suas controladas ("Conglomerado Pine") é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto unicamente por membros independentes, implantado conforme regulamentações do Banco Central do Brasil – BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este órgão atua de acordo com o estabelecido em seu Regimento, disponível no sítio eletrônico de Relações com Investidores (https://ri.pine.com), tendo por competência zelar: (i) pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras; (ii) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (iii) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de auditoria independente; (iv) pela atuação, independência e qualidade do trabalho da Auditoria Interna; e (v) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Para o cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria se baseia em informações recebidas da Administração; nos trabalhos da Auditoria Interna e do Auditor Independente; nas informações das estruturas responsáveis pelo Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Conformidade; assim como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê estabeleceu canal eficiente de comunicação, por intermédio da Auditoria Interna e da Secretaria de Governança, de modo que as solicitações de informações são atendidas pela Administração e demais funcionários.

A elaboração das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, é de responsabilidade de sua Administração, a quem cabe estabelecer procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na sua elaboração. Ainda, compete à Administração, dentre outras responsabilidades, gerenciar os riscos, estabelecer a estrutura e funcionamento do sistema de controles internos e garantir a conformidade legal.

O Auditor Independente é responsável por examinar as Demonstrações Financeiras e emitir relatório sobre sua adequação e apresentação, em todos os aspectos relevantes, da posição patrimonial e financeira do Conglomerado Pine, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Conselho de Administração e supervisionada pelo Comitê de Auditoria. Atua de forma independente e adota metodologia própria em conformidade com as normas aplicáveis e melhores práticas da profissão. A metodologia utiliza uma abordagem baseada em riscos para priorização e determinação da frequência dos trabalhos. A Auditoria Interna provê o Conselho, o Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva, com avaliações independentes, imparciais e objetivas, da eficiência e eficácia dos controles internos do gerenciamento de riscos, das práticas de governança e da aderência dos processos às normas regulamentares e procedimentos estabelecidos pela Administração.

1. Atividades do Comitê de Auditoria no semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

No cumprimento de suas atribuições, o Comitê de Auditoria realizou as seguintes atividades:

a) Auditoria Independente: O Comitê sempre que necessário realizou reuniões com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PwC") para apreciar o escopo, planejamento e resultados de seus trabalhos, bem como discutir aspectos contábeis relevantes que fundamentam a opinião do auditor sobre as demonstrações financeiras e relatórios financeiros, as recomendações incluídas nos relatórios de controles internos e os respectivos planos de ação desenvolvidos pela Administração. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

b) Auditoria Interna: O Comitê em diversas reuniões interagiu com a Auditoria Interna de forma a monitorar a adequação da estrutura e funcionamento, discutir, aprovar e acompanhar a execução do plano de Auditoria Interna quanto à cobertura dos principais riscos do Conglomerado Pine e o resultado dos trabalhos realizados, os relatórios emitidos, conclusões e recomendações, assim como os planos de ação desenvolvidos pela Administração para implantá-las. Não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, das regulamentações e das normas internas que possam colocar em risco a operação do Conglomerado Pine.

c) Demonstrações Financeiras: O Comitê em reuniões com a Contabilidade, Controladoria e a Diretoria repassou e acompanhou o processo de elaboração e discussão dos critérios e práticas contábeis aplicadas para a elaboração das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, as Notas Explicativas, o Relatório da Administração e o Relatório do Auditor Independente. Não foram identificadas divergências significativas pela Administração, pelo Auditor Independente e pelo Comitê de Auditoria para o período em análise, que possam comprometer as informações apresentadas.

d) Administração de Riscos: O Comitê reuniu-se em diversas ocasiões com a Diretoria de Compliance, PLD, Riscos e Segurança da Informação, responsável pela Gestão Integrada de Riscos do Conglomerado Pine, de forma a acompanhar os aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos do Conglomerado Pine e o processo de governança para definir o apetite de riscos e controlar os limites estabelecidos.

e) Canal de Denúncias: O Comitê de Auditoria acompanha o funcionamento do Canal de Denúncias disponível no sítio eletrônico do Conglomerado Pine, bem como o tratamento dos casos com envolvimento da Administração, quando existentes, através de reuniões realizadas periodicamente com a área de Compliance.

f) O Comitê realizou, ainda, reuniões com diversas áreas do Conglomerado Pine para o conhecimento, apreciação e avaliação do ambiente de controles internos, com ênfase nos aspectos de conformidade legal, gestão de riscos, práticas de governança, atuação e comprometimento dos gestores.

g) O Comitê conta com a participação de um membro do Conselho de Administração que permite relatos sistemáticos das suas atividades. Adicionalmente, a Presidente do Comitê esteve presente em reuniões do Conselho de Administração.

2. Conclusão

O Comitê de Auditoria, ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórios de acordo com os objetivos propostos, bem como o sistema de controles internos e os esforços que vêm sendo realizados para seu contínuo aprimoramento são adequados ao porte e complexidade das operações do Conglomerado Pine e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Banco Pine S.A. e suas controladas para o semestre/exercício findo em 31 de dezembro de 2025, assim como ao estudo de realização do crédito tributário desta mesma data, recomendando sua aprovação ao Conselho de Administração.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2026.

Walkyria Aparecida Augusto – Presidente

Harumi Susana Ueta Waldeck – Membro qualificado

Sérgio Machado Zica de Castro – Membro representante do Conselho de Administração

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e empresas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que incluem os balanços patrimoniais individuais e consolidados e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e notas explicativas ('Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'), acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha
Cristiano Oliveira Da Silva
Gersom Pereira Precaro
Guilherme Vieira Neves
Giuseppe Paternostro Neto
Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho
Ricardo de Castro Bampa
Ronaldo Silvestre
Tatiana Aparecida Munhoz

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

BANCO PINE S.A.
Companhia Aberta
CNPJ 62.144.175/0001-20
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Após análise das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Pine S.A. e do Banco Pine S.A. e empresas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que incluem os balanços patrimoniais individuais e consolidadas e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e notas explicativas ('Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas'), acompanhadas do Relatório da Administração, Parecer do Conselho Fiscal e Relatório dos Auditores Independentes, os membros da Diretoria, para fins de atendimento ao disposto no artigo 27, §1º, inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, declaram que discutiram, reviram e concordam com a opinião expressa no relatório de revisão dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

Diretores Executivos

Rodrigo Esteves Pinheiro
Noberto Nogueira Pinheiro Junior

Diretores sem Designação Específica

Alcides Roberto Rocha
Cristiano Oliveira Da Silva
Gersom Pereira Precaro
Guilherme Vieira Neves
Giuseppe Paternostro Neto
Odilardo Guerreiro Rodrigues Filho
Ricardo de Castro Bampa
Ronaldo Silvestre
Tatiana Aparecida Munhoz